

Maria José Batista Bezerra de Melo

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO E NA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS MULHERES
MARISQUEIRAS DA RIBEIRA NA PARAÍBA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para obtenção do grau de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tereza Kleba Lisboa (UFSC)

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC)

Florianópolis, SC
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Melo, Maria José Batista Bezerra de
As Relações de Gênero no Trabalho e na Organização Social
e Política das Mulheres Marisqueiras da Ribeira na Paraíba /
Maria José Batista Bezerra de Melo ; orientadora, Teresa
Kleba Lisboa ; coorientador, Marcos Fábio Freire
Montysuma. - Florianópolis, SC, 2015.
229 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. Gênero. 3. Catação de Mariscos.
4. Trabalho. 5. Organização Social e Política. I. Lisboa,
Teresa Kleba. II. Montysuma, Marcos Fábio Freire. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Maria José Batista Bezerra de Melo

**As relações de gênero no trabalho e na organização social e política das
mulheres marisqueiras da Ribeira na Paraíba**

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor(a) em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, no dia 22 de setembro de 2015, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa
Orientadora

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma
Coorientador

Florianópolis, 22 de setembro de 2015.



Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas

Banca Examinadora:



Teresa Kleba Lisboa (orientadora) - UFSC



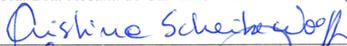
Profa. Dra. Maria Núbia Medeiros de Araújo (membro externo) – IFPE



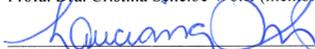
Profa. Dra. Marlene de Fáveri (membro externo) - UDESC



Profa. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas (membro interno) - UFSC



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (membro interno) - UFSC



Profa. Dra. Luciana Patrícia Zucco (membro interno) - UFSC

Às pessoas responsáveis por esta conquista, meu pai José Inácio e minha mãe Maria José, meu filho Matheus Augusto e minha filha Sophia, meu esposo Wladimir e todas as mulheres marisqueiras

AGRADECIMENTOS

Nesse instante faço uma reflexão sobre minha trajetória no processo de doutoramento e lembro-me da contribuição valiosa de cada pessoa nesse percurso, fazendo-me ter a certeza de que, como diria Lenini, na música Castanho, “o que eu sou, eu sou em par, não cheguei sozinho(a)”. Por isso, gostaria de agradecer imensamente,

À Deus por representar na minha vida uma força que me impulsiona na conquista dos meus objetivos, ajudando-me de alguma forma a continuar cada vez que penso em desistir.

Aos amados de minha alma, meus pais, José Inácio e Maria José, pelo amor, pela dedicação, por tudo que eu sou e por tudo que eu conquistei nessa vida. Na sua simplicidade diziam que a única herança que poderiam deixar para os filhos era os estudos e hoje sou muito grata a eles por usufruir dessa riqueza.

Ao meu filho Matheus Augusto, meu grande companheiro de todas as horas, meu melhor amigo, meu orgulho imenso pelo ser humano que se tornou. Obrigada pelo amor, pela paciência e pelos inúmeros momentos de discussão e de reflexão sobre o meu objeto de estudo, enriquecendo sempre as minhas análises quando apresentava um novo olhar. Ficar longe de você foi uma das fases mais difíceis de todo esse processo, mas trouxe-me a certeza de que juntos, eu, você e sua irmã, formamos um só diamante. Te amo eternamente.

À minha filha Sophia, que chegou inesperadamente na minha vida no início do doutorado e com muito vigor enfrentou comigo todos os momentos, re-ensinando-me a ser mãe depois de vinte anos, ajudando-me a superar as dificuldades encontradas durante essa trajetória e possibilitando-me comprovar que a mulher que é mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora, também pode fazer ciência. Tão pequenina e tão guerreira, enche de cor o meu dia e alegre o meu coração com uma frase tão singela “eu te amo você”. Eu também te amo você eternamente.

Ao meu esposo Wladimir, pelas renúncias, pela compreensão e pelo apoio. Durante os últimos quatro anos vivenciamos muitos momentos difíceis, mas conseguimos chegar ao fim juntos. Para mim, isso significa amor. Obrigada por tudo.

À minha enteada e filha Izabella, pelos lanches carinhosos nos momentos de muito estudo e pela ajuda valiosa na reta final desse processo. Você mora no meu coração.

Ao meu sobrinho Andret e minha sobrinha Isabela, que em muitos momentos assumiram a posição de pais de Sophia para que eu pudesse cumprir com minhas obrigações acadêmicas. Vocês são muito importantes nessa história e na vida de Sophia.

À minha irmã Osana, pelas orações, pelo apoio em todos os momentos, sobretudo, com a chegada de Sophia, e pelo amor que dedica ao meu filho e a minha filha. Obrigada por tudo e, principalmente, por ser a voz da nossa mãe na minha vida, acalmando o meu coração.

À minha nora, Letícia, pelo carinho, pela atenção, pela troca de conhecimento, ajudando-me a clarear e a organizar minhas ideias e, sobretudo, pelo amor que dedica juntamente com Matheus a nossa pequena Sophia. Você é de ouro minha nora querida.

Aos meus irmão Jonas e José Inácio, minha irmã Luiza e suas respectivas famílias pelo amor de toda vida.

Ao meu primo Dimas e sua esposa Geuza por compreenderem a dimensão deste trabalho, colocando-se disponíveis no momento da impressão do material escrito.

Aos(às) colegas de doutorado, Fatinha, Marlisson, Samarone, Sandra, Sergio Guimarães, Sergio Rodrigues, Socorro, pelos momentos compartilhados nesse processo. Em especial,

- à Aline e sua família por me ajudar a enfrentar os momentos difíceis vivenciados em Florianópolis, acolhendo a mim e a minha família com tanto carinho e atenção, além de cuidar da minha fragilidade emocional. Obrigada também por cuidar da minha filhinha nos dias em que eu precisava assistir aula;

- à Beatriz por todos os momentos, desde a seleção até hoje. Muito obrigada pela preocupação comigo e minha família em Florianópolis e pela presença constante na minha vida, dando-me sempre muita força para eu não desistir;

- à Célia Braga (não é qualquer Célia), por tantos momentos compartilhados e, principalmente, por ter sido um dos anjos da minha vida, acolhendo-me na sua casa em Florianópolis com muito carinho e renovando a minha credibilidade em mim. Você foi uma das pessoas que mais contribuiu para que eu chegasse até aqui. Minha amiga e minha irmã, muito obrigada por você existir na minha vida.

- à Eliana por cuidar da minha filha em Florianópolis com tanto carinho para que eu pudesse estudar, sacrificando o seu tempo de estudo. Obrigada a sua família também pelo apoio, atenção e acolhimento.

- à Jamylle, por todos os momentos e conhecimentos compartilhados durante esse processo e, em especial, nesse último momento em que com muita atenção debruçou-se sobre as minhas escritas, dando contribuições valiosíssimas que possibilitaram a fluidez das minhas ideias. Aprendi muito com você e, por isso, sou muito grata.

- à Raquel, pela preocupação constante comigo e pelas palavras de conforto em todos os momentos.

- à Valquíria, por todo apoio a mim e a minha família, compreendendo as situações de dificuldades vivenciadas e buscando alternativas para tornar os meus dias mais confortáveis em Florianópolis. Obrigada por tudo.

Ao meu amigo e colega de trabalho Guilherme, pelo apoio e pelas contribuições dadas desde o momento da elaboração do ante-projeto. Obrigada pela amizade e por acreditar em mim.

À minha amiga Olga e colega de trabalho por iniciar essa história comigo e estar na torcida pela minha vitória.

Ao meu amigo Miguel pelos almoços divertidos e pelo grande companheiro de trabalho.

Às minhas amigas e colegas de trabalho Lúcia e Valéria, pelo apoio, pela compreensão, pela solidariedade e pelos tantos momentos que assumiram o meu lugar nas atividades da instituição sem me cobrarem nada. Vocês que acompanharam comigo as angústias e alegrias com relação ao destino desse estudo, obrigada por tudo, sem o apoio de vocês não sei se teria chegado até o fim.

À Profa. Dra. Socorro Burity pela gentileza e carinho de aceitar fazer a revisão ortográfica deste trabalho, dando valiosas contribuições.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnológica da Paraíba (IFPB) pela oportunidade de participar de um Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Ciências Humanas de grandiosa importância e pelo apoio dado no decorrer desse processo.

À Pró-Reitoria de Extensão pelo apoio e pela compreensão em todo o processo desta Tese.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnológica de Pernambuco (IFPE) – Campus Vitória de Santo Antão pelo apoio logístico necessário ao desenvolvimento deste doutorado.

À Profa. Dra. Núbia Frutuoso pela atenção e sensibilidade às demandas apresentadas pelo grupo de alunos(as), procurando atendê-las da melhor forma possível.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela riqueza de conhecimento que me proporcionou compartilhar, fazendo-me ver a vida, as pessoas e o mundo sob outra perspectiva.

Ao grupo de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa, pelos diálogos enriquecedores dos nossos encontros. As trocas de conhecimentos regadas a um delicioso chá foram muito importantes para reflexão da minha pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa, pelas contribuições, pelo apoio, pela compreensão e pela paciência no decorrer de todo esse processo. Muito obrigada por tudo mesmo.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma, pelas contribuições, pelo apoio e, principalmente, pelo anjo que tem sido na minha vida, incentivando-me e encorajando-me para chegar ao final dessa jornada com sucesso. Jamais esquecerei do momento em que eu estava disposta a desistir e ele disse: “faça como as marisqueiras que todos os dias estão na maré catando os mariscos, mesmo com toda escassez, cate as palavras e escreva. Mesmo com toda dificuldade, não desista. Você chegou até aqui e é capaz de ir até o fim”. Obrigada, meu mestre e amigo por acreditar em mim.

À Profa. Verena Alberti e Profa. Rosana Martinelli pelas valiosas contribuições dadas na ocasião da qualificação que me ajudaram a reorganizar o meu trabalho.

Na oportunidade, não posso esquecer da valiosa contribuição dos(as) professores(as) com quem tive a oportunidade de dialogar no período em que cursei as disciplinas. São eles(as) Teresa Kleba Lisboa, Luiz Fernando Scheibe, Joana Maria Pedro, Luzinete Simões Minella, Marcos Fábio Freire Montysuma, Carmen Silvia Rial, Miriam Pillar Grossi, Alexandre Fernandez Vaz, Selvino José Assmann, Júlia Silvia Guivan, Cristina Scheibe Wolff e, em especial, a Eunice Sueli Nodari, pela sensibilidade e compreensão do momento em que eu estava vivendo na ocasião da sua disciplina.

Agradeço também as Professoras Marlene de Fáveri, Núbia Frutuoso, Luciana Zucco, Cristina Scheibe, Rosana Martinelli e Teresa Kleba, que participaram na minha Banca de Defesa, pelas contribuições e por tornar esse dia tão especial.

Um agradecimento mais que especial às marisqueiras Alessandra, Ana Darc, Anunciada, Cida, Edite, Elizete, Janete, Janiele, Marileide, Marta e Sheila que deixaram seus afazeres para gentilmente

contribuírem com a minha pesquisa, recebendo-me com muita atenção nas suas residências e ensinando-me que o importante da vida é não desistir nunca.

E, por fim, a todas as pessoas que no decorrer de toda minha vida escolar, contribuíram para o meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

À todos(as) o meu mais fraternal abraço

“Eu trabalho na maré [...] quatro anos de idade, [...] eu puxava o arrasto mais minha mãe, a gente ia a pé” (Marta). “[...] aqui muita gente não tem trabalho, então tem que recorrer à maré pra poder sobreviver” (Janiele). “[...] eu vou por necessidade porque o lucro é bem pouco” (Alessandra). “[...] eu fico tão feliz, mulher, no dia que eu vou, no dia que eu não vou eu fico tão triste” (Edite). “[...] aqui nessa redondeza é mais mulher, mais mulher do que homem” (Cida). “[...] os homens é sempre mais preguiçoso pra esse negócio de maré” (Marileide). “[...] hoje em dia muitos deixaram, preferiram trabalhar fora” (Sheila). “[...] a mulher eu acho mais lutadora, mais batalhadora de que homem em termos de pesca” (Elizete). “[...] a gente além de trabalhar na maré, trabalha em casa, não é brinquedo não”. (Janete). “Hoje, minha filha, as marisqueiras tão tirando mais viu? De que homens pescando”. (Anunciada). “[...] eu tenho orgulho de ser pescadora”. (Ana Darc)

RESUMO

O presente estudo investigativo versa sobre a questão de gênero na pesca artesanal. Ele tem como objetivo analisar as relações de gênero no âmbito do trabalho e da organização social e política das marisqueiras da comunidade Ribeira, na Paraíba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo método escolhido para entrevistas foi o da História Oral, uma vez que a análise recai sobre as narrativas das mulheres marisqueiras. A técnica utilizada foi a análise temática e as categorias foram: gênero, identidade, trabalho e organização social e política. Na Ribeira, vi que a catação de mariscos constitui-se em uma atividade exercida, predominantemente, por mulheres, sendo a pesca de rede, majoritariamente, por homens, os quais nos últimos anos têm se inserido em atividades fora dessa cadeia produtiva sob a justificativa de considerar a mariscagem um trabalho muito pesado e sem lucratividade. Noto que a mariscagem é uma prática que tem gerado entre as marisqueiras sentimentos dicotômicos de “divertição” e/ou de sacrifício, traduzidos pelo prazer obtido através da comercialização e pelo martírio provocado pela exaustão. Nesse contexto, a concepção da ajuda ainda se faz presente, dificultando em alguns casos o reconhecimento da mariscagem como atividade laboral de pesca e, portanto, como trabalho. Das mulheres entrevistadas, seis consideram que o marido é a pessoa que trabalha no âmbito da casa e quatro consideram a atividade de catação de mariscos como trabalho. Esse entendimento também tem impactado a efetivação do registro profissional que, por sua vez, tem se ampliado entre as mulheres em virtude da presença de ações de políticas públicas de economia solidária realizada no local. Diante disso, ressalto a importância de tais ações para a valorização do trabalho das marisqueiras, para conscientização dos direitos sociais da categoria e para o exercício de formas de empoderamento.

Palavras-chave: Gênero. Catação de mariscos. Marisqueiras. Trabalho. Organização social e política.

ABSTRACT

The current investigative research address gender matters in handpicking fishing. It aims at analyzing gender relations related to labor and political and social organization with the shellfish picking women of Ribeira community, in Paraíba. It is a qualitative research, which uses Oral History for the interviews, since the analysis draws on the women's narratives. The used technique for the analysis was the thematic and the categories were: gender, identity, labor, and social and political organization. In Ribeira, I saw that women predominantly carry out the handpicking of shellfish, on the other hand fishing is carried out by men, whom have also sought other work-related activities outside this field over the past few years since they have considered handpicking shellfish a very hardworking activity and profitless. I also observed that shellfish picking is a practice that has rendered dichotomy in feelings of "funniness" and/or sacrifice, which are translated in the pleasure of being able to commercialize their products and by the suffering caused by the exhausting physical task, respectively. Within this context, the notion of help makes itself present making it difficult for the women to acknowledge the shellfish handpicking as a labor activity in the fishing business and therefore as labor. Of the interviewed women, six consider the husband as the working family member in the house and only four consider the shellfish handpicking as labor. Such understanding has impact on the increase of professional registering of these women alongside the public policies regarding solidary economy in the region. Thus, I highlight the relevance of such actions in order to value women's labor, to raise awareness for social rights and to exercise empowering actions.

Keywords: gender; shellfish handpicking; labor; social and political organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapas do Brasil, da Paraíba e da Região Metropolitana de João Pessoa.....	25
Figura 2: Localização da Ribeira – Santa Rita/PB	26
Figura 3: A comunidade Ribeira e sua ligação com João Pessoa e Cabedelo.....	27
Figura 4: Fotografia da chegada à Ribeira pelo Rio Paraíba.	29
Figura 5: Fotografia da Colônia de Pescadores e Aquicultores Antônio Elias PessoaZ-11	33
Figura 6: Fotografia das mulheres da Ribeira na catação de mariscos..	34
Figura 7: Fotografia da Casa de Taipa	40
Figura 8: Fotografia da embarcação utilizada na pesca na artesanal (Caíco).....	62
Figura 9: Rede de pesca	63
Figura 10: Tarrafa.....	63
Figura 11: Anzol de pesca.....	64
Figura 12: Puçá	64
Figura 13: Fotografia da Unidade de Produção Familiar	66
Figura 14: Fotografia do Marisco(Anomalocardia brasilian).....	72
Figura 15: Fotografia de uma marisqueira transportando as caixas de marisco	79
Figura 16: Fotografia do transporte alternativo marítimo	83
Figura 17: Fotografia de Edite trabalhando em uma das croas do Rio Paraíba do Norte.....	109
Figura 18: Fotografia da extração do marisco com o ciscador (ancinho)	112
Figura 19: Fotografias do processo de lavagem dos mariscos	113
Figura 20: Fotografias do processo de catação de mariscos com as mãos	114
Figura 21: Fotografia da extração do marisco com colher de pedreiro	118
Figura 22: Fotografias dos utensílios utilizados no beneficiamento do pescado.....	131

Figura 23: Fotografia do local de beneficiamento dos mariscos 1 (Porto da Ribeira de Baixo)	132
Figura 24: Fotografia do local de beneficiamento dos mariscos 2 (Porto da Ribeira de Baixo)	133
Figura 25: Fotografia da pesca de rede	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP - Articulação Nacional das Pescadoras
CPDOC - Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPF - Cadastro de Pessoa Física
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INCUTES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSF - Programa de Saúde da Família
RGP - Registro Geral da Atividade de Pesca
RGP - Registro Geral da Atividade de Pesca
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	25
Problematização do objeto	30
Motivações da pesquisa	37
Procedimentos metodológicos	43
Análise dos dados da pesquisa	53
Estruturação da tese	54
2. GÊNERO E PESCA ARTESANAL: ENTENDENDO O CONTEXTO EM QUE AS MARISQUEIRAS ESTÃO INSERIDAS	57
2.1 Considerações sobre a categoria gênero.....	57
2.2 Pesca artesanal e a catação de mariscos	61
2.3 As mulheres marisqueiras: histórias que se encontram.....	76
2.4 Marisqueira, pescadora, pescadeira: discutindo a questão da identidade	102
3. GÊNERO, PESCA ARTESANAL E TRABALHO: DISCUTINDO O UNIVERSO DA MARISCAGEM	107
3.1 O processo da catação de mariscos: entre “sacrifício” e “divertição”	107
3.1.1 Da captura	109
3.1.2 Do beneficiamento	130
3.1.3 Da comercialização: a figura do “pombeiro”	134
3.2 A divisão sexual do trabalho: uma articulação com o contexto da pesca artesanal.....	138
3.3 Homens e mulheres na pesca artesanal: uma relação de espaço e tempo.....	144
4. GÊNERO, TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	157
4.1. Trajetória histórica da categoria trabalho	157
4.2. Concepções da categoria trabalho	161
4.3 Trabalho e emprego	175
4.4 A inserção da dimensão sexuada na nova conceituação do trabalho	178
4.5 O reconhecimento da atividade pesqueira como trabalho	183
4.6 A Colônia de Pescadores e Pescadoras como organização social e política da categoria	197

5. CONCLUSÃO	205
REFERÊNCIAS	211
APÊNDICE A - Roteiro da entrevista com as mulheres da Ribeira ..	225
APÊNDICE B - Roteiro da entrevista com Ana Darc	227
APÊNDICE C - Autorização.....	229

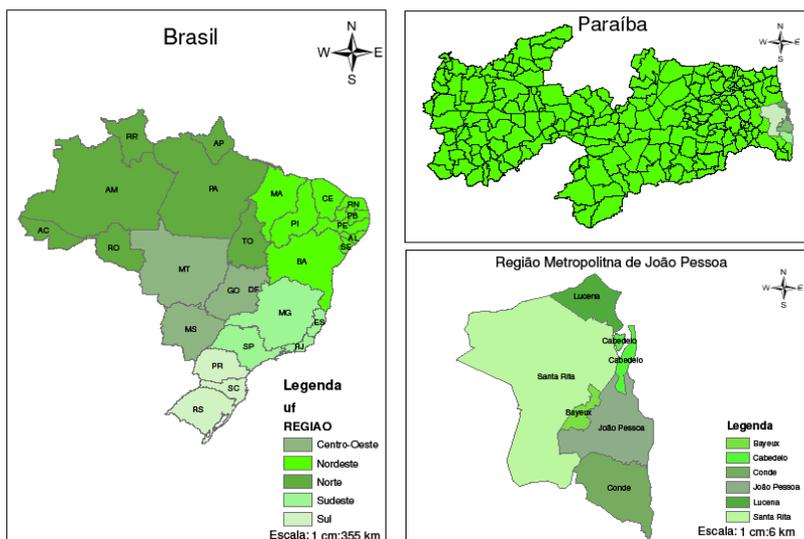
1. APRESENTAÇÃO

A presente tese envolve uma discussão acerca da questão de gênero na pesca artesanal. Nela, analiso como as relações de gênero se manifestam no âmbito do trabalho e da organização social e política das marisqueiras da Ribeira, comunidade litorânea no estado da Paraíba, através dos relatos orais obtidos com a utilização do método da história oral.

O Estado da Paraíba possui um litoral com aproximadamente 130 km de extensão, onde estão localizados 12 municípios e 39 comunidades pesqueiras. João Pessoa é a capital do estado, possui população equivalente a 723.515 habitantes e sua região metropolitana é formada por onze municípios, dentre os quais estão: Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Conde e Lucena.

Na Figura 01, estão o mapa do Brasil – mapa na lateral esquerda da Figura –, destacando o Estado da Paraíba – mapa no canto superior direito –, com foco na região metropolitana de João Pessoa, em detalhe no canto inferior direito.

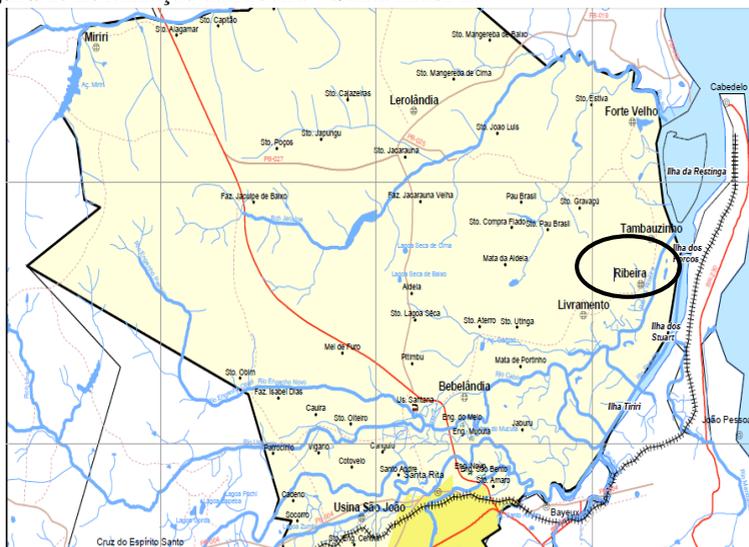
Figura 1: Mapas do Brasil, da Paraíba e da Região Metropolitana de João Pessoa



Fonte: CABRAL, Luciano Lima. (Construção dos mapas - Programa: Quantum GIS)

A Ribeira é uma dessas 39 comunidades e está situada no município de Santa Rita, que possui, uma área de 730,205 km², com aproximadamente 120.310 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse município está situado entre as bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Norte, região do Baixo Paraíba, Miriri e Gramame. O último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹ de Santa Rita registrado em 2010 é de 0,627. De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), responsável pelo Relatório de Desenvolvimento Humano, o índice pode variar de 0 a 1, sendo considerado muito baixo, até 0,499; baixo, de 0,500 a 0,599; médio, de 0,600 a 0,699; alto, de 0,700 a 0,799 e muito alto, acima de 0,800. Desta forma, é considerado médio o desenvolvimento humano de Santa Rita, diferentemente de João Pessoa que apresenta um índice de 0,763, apontado como município de alto desenvolvimento humano (Atlas ..., 2010).

Figura 2: Localização da Ribeira – Santa Rita/PB



Fonte: Plano Diretor de Santa Rita/PB – 2006. Disponível em: <http://www.santarita.pb.gov.br/s/plano-diretor>. Acesso: 25 nov. 2013

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um cálculo utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios através dos indicadores de educação, longevidade e renda.

Na Figura 02 vemos o município de Santa Rita com seus distritos e subdistritos. No alto, à direita está destacada a Ribeira.

O Plano Diretor de 2006 compreende como perímetro urbano de Santa Rita, uma área que vai do Distrito de Livramento, passando pelos povoados de Lerolândia, Bebelândia, Cícerolândia, Odilândia, Forte Velho e Ribeira. Uma de suas principais atividades econômicas, segundo o Plano, é o cultivo do abacaxi e da cana de açúcar. A pesca aqui não é colocada em destaque, talvez por não ser de grande lucratividade, uma vez que, ao meu ver, não apresenta investimentos importantes. Segundo as marisqueiras da região os políticos só procuram a Ribeira em época de eleição, desaparecendo logo que conseguem se elegerem.

Figura 3: A comunidade Ribeira e sua ligação com João Pessoa e Cabedelo



Fonte: Google Maps – Acesso em: 07 abr. 2014

A Figura 3 situa a comunidade do lado oposto à praia do Jacaré, a qual pertence ao município de Cabedelo.

De acordo com os estudos de Nishida *et al.* (2008), a bacia do Rio Paraíba do Norte possui uma extensão de aproximadamente 380 km e subdivide-se em bacia do Alto, Médio e Baixo Paraíba, o seu Estuário “[...] localiza-se entre as latitudes de 6° 54’ 14” e 7° 07’ 36” S, e as longitudes de 34° 58’ 16” e 34° 49’ 31” W (Baixo Paraíba), drenando as cidades de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, e próximo à desembocadura, a cidade portuária de Cabedelo” (NISHIDA *et al.*, 2008, p. 208). A Ribeira é um povoado localizado às margens do Rio da Ribeira, que é um canal natural do Rio Paraíba do Norte, e, encontra-se entre a Ilha dos Porcos e Ilha dos Stuart, daí seu nome. Tem características rurais e sua população é constituída por pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras. Essa comunidade divide-se em Ribeira de Baixo, Ribeira do Meio e Ribeira de Cima, e possui uma população estimada de 472 habitantes, correspondendo a 118 famílias que, na sua maioria, vivem da pesca artesanal, principalmente da catação de mariscos, e da agricultura. Nela, verifica-se a existência de um posto do Programa de Saúde da Família (PSF) e uma Escola de Nível Fundamental (primeira fase), Escola Municipal de Ensino Fundamental Zumira Maul de Andrade, como pude observar por este depoimento de Marileide,

[...] aula agora aqui só a noite e mesmo assim, só em Forte Velho, aqui não tem esses negócio não...só tem pra lá, praqui não tem não....aí [aponta para uma escolinha perto] é só pros birrai pequeno até a quarta....tem esse colégio e tem um lá em cima, só que o de lá de cima é fechado, faz muitos anos já que ele é fechado, só funciona esse....só pros meninos pequenos ².

² Em toda pesquisa optei por utilizar os depoimentos na íntegra e manter os nomes verdadeiros das mulheres, o que foi me concedido através da autorização oral e escrita. Para diferenciar das citações bibliográficas, nos depoimentos com mais de três linhas, mantenho o recuo de 4cm com espaçamento simples, sendo a letra fonte 10,5 igual ao restante do texto. Em cada um deles, o primeiro nome da marisqueira é mencionado antes ou após a citação.

Para Marileide, a falta de escolas na redondeza dificultou a continuidade de seus estudos. Acredito que essa realidade faz parte da vida de outras marisqueiras que, assim como Marileide pararam seus estudos sem perspectiva de uma retomada.

A Ribeira é uma comunidade em que se registra um alto nível de exclusão social pelas precárias condições de moradia, de transporte, de segurança, de saneamento básico, de assistência à saúde, à educação. Todos estes problemas afetam tanto as mulheres quanto os homens. Contudo, existe, ainda, um outro que recai, particularmente, sobre as mulheres e está atrelado à falta de reconhecimento profissional, que é exatamente a ausência de cobertura dos benefícios que a Lei garante ao trabalhador(a) da cadeia produtiva da pesca.

A falta de reconhecimento formal da prática pesqueira exercida pelas mulheres, mais comumente denominada de catação de mariscos, é resultado de um processo histórico e cultural que tem, na relação de gênero, o seu alicerce.

O acesso a esse local se dá através de barco saindo de Cabedelo ou de ônibus saindo do terminal rodoviário da cidade de Santa Rita, pela BR-101.

Figura 4: Fotografia da chegada à Ribeira pelo Rio Paraíba.



Fonte: BATISTA FILHA, Maria José Teixeira (Ribeira/Santa Rita/PB – 10/05/2011).

Esta fotografia mostra uma das formas de acesso à comunidade. A paisagem caracteriza uma área rural, que tem na pesca artesanal uma das suas atividades econômicas. A imagem visa mostrar ao leitor o perfil das embarcações utilizadas na prática pesqueira pelas mulheres que integram este trabalho, os denominados caícos³. Aqui, temos canoas ancoradas no porto, na praia da Ribeira, que “descansam” na enchente da maré. Ao fundo vemos um homem que faz a manipulação e preparo das embarcações. Aqui, a posse de barco é, predominantemente, masculina. Como foi dito por Edite “[...] os barco são mais dos home”. Fator que tem forte impacto no trabalho desenvolvido pelas mulheres na catação de mariscos.

Problematização do objeto

De um modo geral, quando nos remetemos ao ofício da pesca é comum termos em mente uma prática exercida por homens, cuja captura de peixes é o foco privilegiado. Segundo Cavalcanti (2010, p. 32), os estudos realizados nessa área demonstram que o peixe tem maior valor comercial e que, sendo este, capturado em maior parte pelo homem, os pesquisadores consideram que essa é uma atividade de homens e não de mulheres. Esse autor diz, ainda, que para os estudos de ordem econômica os homens são os únicos produtores e a força feminina apresenta-se, apenas, como uma força auxiliar à masculina. Ainda nesses estudos, a atividade de captura de moluscos e crustáceos é relegada a segundo plano. Tal visão é corroborada pela ausência de ações de políticas públicas direcionadas às pessoas que trabalham nessa atividade para atenderem as suas reais necessidades.

Na pesca, a captura de moluscos é realizada em grande parte por mulheres, que desenvolvem suas atividades nos mangues e no beneficiamento do pescado. Elas estão inseridas em um dos ramos da pesca artesanal que é o da catação de mariscos e, por isso, são chamadas de marisqueiras.

Contudo, mesmo sendo a catação uma atividade reconhecida expressamente na Lei Nº11.959 de 2009, que trata da Política Nacional

³Caícos são as canoas utilizadas pelos(as) pescadores(as) artesanais, elas podem ser a remo ou a motor.

de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca⁴, muitas mulheres marisqueiras ainda não têm seu trabalho valorizado e por esta razão, não percebem a importância de sua participação nessa cadeia produtiva. A desvalorização do trabalho feminino, no contexto da pesca, por ser este um universo denominado de masculino, impede em muitos casos, que as próprias mulheres se reconheçam como pescadoras e, portanto, como trabalhadoras. Isso pôde ser constatado quando se perguntou a uma marisqueiras quem trabalhava em sua casa e ela respondeu: “só meu marido” (SHEILA). O ofício da pesca é reduzido ao universo masculino na fala da marisqueira.

De acordo com o Boletim de Estatística de 2009, publicado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, em que apresenta o número de pescadores e pescadoras registrados(as) por unidade da federação, a Paraíba possui um total de 19.543 registros, sendo 14.077 (72%) de homens e 5.466 (28%) de mulheres. Entretanto, sabe-se que esses dados ainda estão longe de representarem a realidade concreta, pois é possível verificar nas comunidades pesqueiras a existência de mulheres que realizam a pesca, através da catação de mariscos, como fonte de sustento da família, mas não possuem carteira de pescadora e, por isso não têm o reconhecimento jurídico de sua atividade.

De acordo com Silva e Leitão (2012, p. 3),

a falta de reconhecimento do trabalho das pescadoras impede seu acesso a muitos direitos conquistados pelas mulheres em outras atividades laborais. Um claro exemplo é a concessão de auxílio doença por parte da Previdência Social. Além disso, licença maternidade e seguro desemprego são direitos garantidos a todas as profissionais, mas que, pela condição auxiliar das pescadoras, não lhes é possível acessar. Outro problema é a contagem do tempo para aposentadoria especial, da qual faz jus os pescadores artesanais, mas não as mulheres trabalhadoras da pesca (SILVA; LEITÃO, 2012, p. 3)

⁴ A Lei N^o11.959 de 29/06/2009 define no Capítulo II como “pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”.

O acesso feminino à Carteira Nacional de Pesca foi assegurado, pela primeira vez, em 1980, quando as mulheres que trabalhavam embarcadas passaram, oficialmente, a ter os seus direitos trabalhistas e previdenciários atendidos, além de outros benefícios. Isso se deu em virtude da inserção da mulher na Marinha do Brasil. De acordo com Inácio e Leitão (2012, p. 172), passados mais de trinta anos, as mulheres ainda encontram dificuldade para se registrarem, em virtude da forma de ingresso que confere ao Presidente da Colônia, que é eleito pelos(as) pescadores(as), a responsabilidade de confirmar a atividade de pesqueira junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Nas colônias, salvo algumas, “[...] ainda é concebido como pescador quem trabalha no mar, atividade raramente desenvolvida pelas mulheres” (INÁCIO; LEITÃO, 2012, p. 172).

Na Paraíba existem 61 colônias de pescadores, todas sob a liderança masculina. A Ribeira está inserida na colônia Z-11⁵, que está situada em Forte Velho e abrange todo o município de Santa Rita (Bebelândia, Cicerolândia, Livramento, Ribeira, Forte-Velho e Tibiri). Um fato curioso sobre essa colônia é que, segundo informação do Vice-Presidente, cerca de 70% dos cadastros são de mulheres e o restante de homens. Ele afirma, em conversa informal, que as mulheres procuram mais por causa do salário maternidade, salário família, aposentadoria e auxílio doença; e que os homens para tirarem seguro defeso, se não têm não tiram a carteira.

De acordo com o levantamento realizado na pesquisa entre as fichas do recadastramento 247 eram de mulheres e 154 de homens⁶ e, mesmo assim, ainda identifiquei no processo de entrevistas na comunidade, mulheres pescadoras que não são registradas.

⁵ Z-11 é o termo utilizado para designar zona de pesca de número 11. Cada estado tem suas zonas de pesca que são numeradas a partir do número 1.

⁶É importante informar que os números apresentados são aproximados, visto que o período de recadastramento já havia encerrado, mas faltavam chegar algumas fichas da Superintendência da Pesca. Conteí as fichas uma por uma porque o representante da Colônia não sabia informar, precisamente, a quantidade de pescadores e de pescadoras daquela região.

Figura 5: Fotografia da Colônia de Pescadores e Aquicultores Antônio Elias PessoaZ-11



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Forte Velho/Santa Rita/PB – 27/08/2014)

Essa imagem foi obtida no dia da visita à Colônia. No momento ela se encontrava fechada, era uma tarde de quinta-feira de agosto de 2014, por volta das 15 horas.

Para Inácio e Leitão (2012, p. 173), uma das razões da relação desigual entre homens e mulheres, na prática pesqueira, reside no fato de a atividade coletora e extrativa ser, predominantemente, desenvolvida pelas mulheres que, além da catação realizam outras tarefas em terra, consertando redes, processando o pescado e comercializando-o. Segundo Leitão (2008), no universo da pesca, a relação de gênero reproduz as relações sociais de subordinação, que acontecem nos demais setores da sociedade. Constatatei essa realidade na Ribeira com fala de Marta quando ela disse: “[...]as mulher quer trabalhar fora e os home não quer deixar, acha que a mulher vai atrás de macho, tem medo de levar chifre”. Para Marta, nada justifica a posição da mulher ao submeter-se a tal situação, uma vez que ela mesma saia para buscar marisco muito longe e nada lhe acontecia.

O trabalho da catação de mariscos na comunidade Ribeira é uma prática exercida, predominantemente, pelas mulheres que são chamadas de marisqueiras. São mulheres apontadas na categoria de pescadoras artesanais por trabalharem de forma manual na extração de moluscos, como a ostra, o marisco e o sururu. Sua atividade de trabalho é denominada de catação, porque consiste em efetivamente procurar extrair da areia cada unidade de molusco, por isso são nomeadas também de catadoras de mariscos. A finalidade é complementar a renda da família, ou seja, ajudar o marido nas despesas da casa. Talvez, por isso, para alguns e algumas, até hoje, não seja considerado trabalho.

Neste contexto, um número expressivo de mulheres ficam afastadas dos direitos trabalhistas e previdenciários que a lei garante por não serem registradas como pescadoras junto às colônias. Essa problemática decorre tanto da falta de informação sobre seus direitos, como da introjeção de uma cultura que só considera como pesca e, portanto, trabalho, a atividade realizada só por homens, mesmo estando, em alguns casos, catando mariscos ao lado de suas mulheres.

Figura 6: Fotografia das mulheres da Ribeira na catação de mariscos



Fonte: Livro *Mãos que constroem vidas: relatos de experiências*

Na fotografia⁷ da figura 6, estão quatro marisqueiras, da esquerda para a direita Margarida, Ana Darc, marisqueira da cidade de Cabedelo, Edite e Eliane, mãe e filha. Elas estão trabalhando em um banco de areia do Rio Paraíba do Norte. Nesse momento, Ana Darc estava de passagem e aproveitou para conversar um pouco com elas. Como podemos ver, o terreno é areno-lamoso, no qual elas permanecem até a maré começar a encher e o único instrumento de proteção que utilizam é o boné. No fundo vemos a vegetação halófitas⁸ que acompanha todo percurso do rio, são os manguezais de onde elas colhem as ostras que se reproduzem agarradas às madeiras. Além do trabalho de catação, esse é um momento em que também dividem suas angústias, compartilham seus problemas e se divertem, uma com a história da outra. É importante destacar que dessas mulheres foram entrevistadas Ana Dar e Edite, pois Margarida, devido a grande dificuldade financeira, havia deixado a mariscagem e estava trabalhando como empregada doméstica; e Eliane se encontrava com o filho doente no momento das entrevistas.

Dessa maneira, alguns aspectos podem ser observados na realidade dos homens, que diferem da realidade das mulheres. Eles, na sua maioria possuem registro de pescador e têm sua atividade reconhecida; além disso, possuem barco, o que facilita o desempenho do seu trabalho, uma vez que não precisam, como algumas mulheres, alugarem a embarcação ou pedirem emprestada para exercerem sua atividade de trabalho.

A falta de embarcação é outro grande problema enfrentado pelas marisqueiras, impactando tanto no processo de catação quanto no de comercialização do produto, uma vez que ficam impossibilitadas de transitarem para outras localidades para comercializarem o seu o seu produto. Esse fato tem resultado na submissão a um atravessador que, percebendo suas fragilidades, impõe o preço que lhe é conveniente. Pude conferir isto na fala de Janiele: “tem um rapaz que ele compra a gente um preço e vende por outro [...] a gente vende a ele”. O uso do

⁷Essa fotografia foi retirada da seguinte referência bibliográfica: BATISTA FILHA, Maria José Teixeira; MARTINS, Maria Lúcia Ribeiro da Silva; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Mãos que constroem vidas**: relatos de experiências. João Pessoa: IFPB, 2012. Livro publicado pelo IFPB ao término do projeto de criação Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INCUTES), com o objetivo de divulgar as ações de incubação desenvolvidas nos grupos produtivos das comunidades: Engelho Velho, São José e Ribeira.

⁸Diz-se da vegetação tolerante ao sal, típica de mangue.

termo rapaz seria uma forma discreta de fazer referência a figura do atravessador.

Em consequência disso, o rendimento financeiro obtido pelas marisqueiras torna-se inferior ao do homem, o que, por sua vez, vem corroborar com a “feminização da pobreza”⁹ (NOVELLINO, 2004) nessa atividade.

Assim, observando essa realidade desigual que permeia o âmbito do trabalho das marisqueiras, cujas consequências se espalham para outros espaços de suas vidas, senti-me instigada a realizar esse estudo investigativo que tem como norte a seguinte questão: como as relações de gênero têm se manifestado no âmbito do trabalho e no processo de organização social e política das marisqueiras da Ribeira na Paraíba?

De acordo com a posição defendida por Scott (1995, p. 86), o gênero pode ser entendido de duas maneiras, como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, e como “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Para a Scott (1990), o gênero indica construções sociais, na medida em que expressa a criação social de ideias sobre os papéis dos homens e das mulheres. E, desta forma, é uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p.75). A partir desta citação, temos que a categoria gênero aqui é considerada sob o ponto de vista relacional – masculino / feminino. Com isto Lisboa também concorda quando diz que “o gênero é social e historicamente construído” (LISBOA, 2007, p. 6).

Segundo Pedro (2005), quando falamos em relações de gênero, nos referimos ao gênero como uma categoria de análise, assim como classe, raça/etnia. Na gramática portuguesa, quando nos referimos ao gênero de uma palavra, isto quer dizer masculino ou feminino. Em português todos os seres animados e inanimados têm gênero, mas só alguns seres vivos têm sexo. Por essa razão, nos anos de 1980, os movimentos feministas e de mulheres passaram a utilizar a palavra gênero no lugar de sexo, para assim, poderem mostrar que as diferenças entre homens e mulheres não eram dependentes do sexo, como uma questão biológica, mas que foram construídas na cultura.

Nesta perspectiva, este estudo apresenta como objetivo geral analisar as relações de gênero no contexto do trabalho e da organização

⁹Feminização da pobreza é um termo utilizado para expressar o processo em que as mulheres se tornam mais pobres que os homens (NOVELLINO, 2004).

social e política das mulheres marisqueiras da Ribeira, na Paraíba. E como objetivos específicos: conhecer o processo de trabalho das marisqueiras; identificar a interferência de gênero no trabalho da mariscagem; compreender as concepções de trabalho das marisqueiras e sua interferência no processo de reconhecimento da profissão; identificar iniciativas de organização social e política das marisqueiras e averiguar a manifestação de gênero no processo de organização social e política das mulheres marisqueiras.

Motivações da pesquisa

A aproximação com essa temática deveu-se a minha prática extensionista, como Assistente Social da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), quando tive a oportunidade de ministrar aulas de relações interpessoais, nos cursos de capacitação que eram ofertados aos pescadores e pescadoras do município de Cabedelo e das cidades circunvizinhas, pelo Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha do IFPB, nos anos de 2007 e 2008.

Na ocasião, em virtude da dinâmica das aulas, pude conhecer um pouco da realidade dessas pessoas, e um aspecto que me chamou muito a atenção foi a ênfase dada às unhas das marisqueiras; alguns alunos e alunas (mais os alunos) diziam que se conhecia uma marisqueira de verdade pelas mãos, pelo fato de algumas não possuírem unhas e as que possuísem jamais estariam com elas grandes e pintadas. Isso me instigou a procurar uma forma de me aproximar dessas mulheres, para poder conhecer as contingências relativas a essa determinação de se reconhecerem as mulheres marisqueiras através das unhas.

Juntamente com uma equipe de trabalho da Pró-Reitoria de Extensão, elaboramos o projeto de criação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INCUTES), no qual buscamos inserir as marisqueiras da comunidade pesqueira denominada Renascer III nas ações do Projeto, através da Associação de Pescadores e Marisqueiras do Renascer, quando então comecei a ter um contato mais próximo com essas mulheres. O projeto tinha como objetivo apoiar e assessorar grupos produtivos na perspectiva da economia solidária¹⁰. Naquela

¹⁰De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Economia Solidária significa outro jeito, diferente da economia capitalista, de

comunidade não tivemos muito sucesso no desenvolvimento das atividades, o grupo era muito disperso e poucas pessoas frequentavam as reuniões. Então, percebemos o desinteresse do grupo e que não era mais possível continuarmos o trabalho. Não me detive em investigar as razões desse desinteresse, porque a comunidade Renascer III não estava inserida no universo desta pesquisa.

Em seguida, fomos convidadas (equipe da INCUTES) para desenvolver esse trabalho em outra comunidade pesqueira, formada por um número significativo de mulheres, que trabalham na catação de mariscos, denominada Ribeira. O convite partiu de uma marisqueira de Cabedelo pertencente a Associação de Pescadores e Marisqueiras do Renascer chamada de Ana Darc.

Ana Darc Maria Ferreira Mota é neta e filha de pescadoras, tem 42 anos, nasceu em Goiana/PE, é casada, mãe de 4 filhos, estudou até o segundo ano do ensino médio e fez vários cursos relacionados à pesca no atual Centro de Referência e Navegação Marítima do IFPB, ocasião em que a conheci. Entre 18 e 19 anos, quando nasceu seu primeiro filho, começou a exercer a atividade da mariscagem com sua mãe com quem morava. Participou do Movimento de Articulação das Pescadoras de Pernambuco representando a Paraíba desde 2003 até 2012. Atualmente, embora esteja afastada do movimento, continua engajada na luta em defesa dos direitos da mulher pescadora.

Fomos até a comunidade no caíco de Ana Darc e no percurso comecei a observar que a comunidade se localizava exatamente do outro lado de um dos mais famosos pontos turísticos da região, “o pôr-do-sol da praia de Jacaré”. O acesso ao local era muito difícil, a opção mais fácil e habitualmente usada pelos moradores era um barco saindo de Cabedelo, mas se tivesse muito vento não navegava sob o risco de virar. Outra forma de se chegar à comunidade era por terra, no caso de ônibus,

produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver. Conforme Paul Singer (2010),

a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.(SINGER, 2010,p.10)

saindo da cidade de Santa Rita, ou de carro do tipo 4x4. Em período de chuva, nenhum dos meios de transporte citados se arriscava a fazer o trajeto, devido exatamente às más condições das estradas que conduzem a esse local.

As mulheres marisqueiras estavam social e geograficamente isoladas. Era um cenário desolador que expressava o nível de exclusão social a que estavam submetidas aquelas mulheres. Nesse percurso eu seguia imaginando: enquanto de um lado do rio Paraíba as pessoas se divertiam contemplando o pôr-do-sol ao som do Bolero de Ravel, posto que no final da tarde o artista Jurandir do Sax navega numa canoa tocando o instrumento para deleite dos turistas e da população em geral, que degustam bebidas e petiscos nos bares às margens do rio, na praia do Jacaré, do outro lado, para aquelas mulheres, aquele momento significava a hora de voltar pra casa depois de um cansativo dia de trabalho.

Depois de aproximadamente 50 minutos pelo Rio Paraíba, fazendo a travessia de Cabedelo à Ribeira, chegamos ao local, conhecido como uma área pouco povoada, com característica rural: as casas, na sua maioria, feitas de taipa, cujas madeiras são recolhidas no mangue, segundo informação de um morador.

Casa de taipa é o tipo de moradia usualmente encontrada na Ribeira, ela possui estrutura de madeira e revestimento em argamassa. Outros tipos de construções de casas também são encontrados na comunidade, mas esse chamou a atenção pelo fato de a casa ser confeccionada com as madeiras extraídas do mangue, estabelecendo uma relação com a natureza que integra a cultura de comunidades ribeirinhas.

Enfim, chegamos à reunião, anteriormente marcada por Ana Darc, e pouco a pouco as marisqueiras foram expondo sua realidade. A carência de transporte, de segurança, de educação para os filhos, de saúde, de saneamento básico, de reconhecimento de sua atividade, de informação, entre outras, demonstravam a ausência total de direitos.

Figura 7: Fotografia da Casa de Taipa



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 19/08/2011)

A imagem apresentada na figura 7 descreve o tipo de moradia mais encontrada nessa comunidade.

Sendo assim, o interesse por essa comunidade surgiu devido ao alto índice de exclusão social e de desigualdade a que estão submetidas às pessoas que ali residem, com maior incidência sobre as mulheres, visto que é notória a diferença nas condições de trabalho e, sobretudo, no reconhecimento de suas atividades como uma prática pesqueira em relação aos homens, quando o numero maior é de mulheres, impactando diretamente no atendimento aos direitos sociais universais garantidos a mulheres e homens e na organização social e política dessas mulheres.

Nesse contexto, e como membro da equipe que integra a incubadora, tive a oportunidade, através de cada encontro, de fazer algumas observações, que me motivaram a realizar este estudo, pois acredito que os resultados obtidos possam contribuir para fazer entender a mariscagem como atividade de trabalho do setor pesqueiro que dá as pessoas, que catam mariscos, a qualidade de pescadoras e pescadores, regularmente amparados por lei, e assim, contribuir para que as

mulheres se reconheçam como trabalhadoras, a partir das indagações feitas no desenvolvimento da pesquisa.

Ao narrarem sobre suas vidas e seu trabalho as pescadoras acabam demonstrando a percepção que têm sobre si mesmas e sobre o que as cercam, através do significado que atribuem aos seus relatos. Nesse processo, constituem suas memórias e sua identidade de pescadoras, que trabalham na catação de mariscos e são dotadas de direitos: “Você tem o seu direito porque você é uma pescadora” (Edite). Nessa fala Edite demonstra sua consciência de cidadã, enquanto pescadora.

Cada relato recolhido, ação possível através do método da história oral, traz um significado, e o entendimento do que ele representa, sobretudo quando se enfatiza o papel desempenhado, tanto pelo homem quanto pela mulher, na pesca artesanal, pode possibilitar abertura de espaços que permitam a essas mulheres exercitarem empoderamentos, por perceberem, enquanto relatam, que exercem papéis importantes, que têm domínios territoriais e econômicos, quando levam dinheiro para dentro de casa, e quando executam uma dupla jornada de trabalho. E nisto se percebem exercendo papéis distintos de gênero.

Abordar essa temática significa pensar esta pesquisa numa perspectiva interdisciplinar, uma vez que esse universo é constituído de uma multiplicidade de questões como: meio ambiente, trabalho, políticas públicas, relações de gênero, relações culturais, entre outras, que estão inter-relacionadas e que pertencem a vários campos do saber. Segundo Mara Lago (2010, p.94), “a análise de qualquer realidade humana social pressupõe uma postura atenta à contribuição de múltiplas disciplinas”, para ela a inter-relação existente entre os objetos de diferentes disciplinas só permite que o conhecimento de um seja alcançado, pela consideração e conhecimento do outro.

A interdisciplinaridade conduz, portanto, a um diálogo entre os diversos campos do saber, permitindo uma visão do todo sem excluir as particularidades presentes nas partes que o constituem. “A busca pelo conhecimento não pode excluir a priori nenhum enfoque” (LEIS, 2005, *online*), o que interessa é o avanço do conhecimento através de suas diferentes manifestações.

Para Coimbra (2000, p. 58), “o interdisciplinar consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem vínculos entre si para alcançar um

conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado”. Nesse sentido, o que pressuponho é o rompimento do reducionismo científico que aprisiona o cientista em sua especialidade, tornando o conhecimento produzido insuficiente para o entendimento do fenômeno estudado. A fragmentação do saber disseminada pelo paradigma cartesiano-newtoniano tem levado a ciência para caminhos cada vez mais subdivididos, com novas especializações e subespecializações. Deste modo, segundo Coimbra (2000, p. 61), a interdisciplinaridade constitui-se numa necessidade científica. Para ele, “a verdadeira ciência [...] não se contenta com os objetos particulares de um saber, por mais valioso e indispensável que seja ele” (COIMBRA, 2000, p. 66), visto que todo objeto está inserido em um contexto que não pode ser desconsiderado.

Por essa razão não vejo possibilidade de realizar este estudo sem considerar a relação dialógica das diversas áreas do conhecimento que estão diretamente ligadas ao objeto de pesquisa em questão.

Fiz minha graduação em Serviço Social e o mestrado também em Serviço Social. Percebo neste doutorado, em que tive oportunidade de caminhar pelas diversas áreas (Sociedade e Meio Ambiente, Condição Humana e Estudos de Gênero) através dos textos trabalhados nas disciplinas, que é impossível pensar este estudo isolado numa área específica, uma vez que ele contempla: os estudos de gênero por enfatizar as relações de gênero no trabalho e na organização social e política das marisqueiras; sociedade e meio ambiente, já que o trato com a natureza faz parte da vida diária dessas mulheres, pois é num dado local que elas interagem, usufruindo dos recursos contidos no lugar, e assim, integram uma cultura que considera aquelas condições dadas; e a condição humana por estar intimamente ligado a um modo de ser essencial para seus modos de vida.

Assim, penso meu objeto numa perspectiva interdisciplinar, tendo como referência teóricos(as) de diversos campos do saber: do Serviço Social, da História, da Antropologia, da Sociologia, da Biologia e que contribuíram para o amadurecimento de questões que busco problematizar nessa oportunidade.

Com relação aos estudos de gênero, recorro à Scott (1995), Grossi (1998) Nicholson (2000), Hirata (2002), Louro (2003), Kergoat (2003), Novellino (2004), Lisboa (2009, 2011) Pedro(2012); para compreensão do universo da pesca artesanal utilizo Diegues (2004), Nishida (2008) Leitão (2008, 2012); e para a orientação do percurso

metodológico da história oral teve como base Alberti (2004), Salvatici (2005), Joutard (1996), Portelli (1996, 1997, 2001), e Montysuma (2006). Além das/os autoras/es citadas/os, outras/os se incorporam ao texto, no decorrer deste estudo.

Procedimentos metodológicos

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que esta “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21), que constituem a realidade social.

Para a sua realização, o método de pesquisa escolhido foi o da história oral, considerando-se que a análise recai sobre as narrativas acerca do trabalho e da organização social e política das mulheres marisqueiras da Ribeira. E, por isso, lidar com essas mulheres requer um contato direto, um envolvimento que não poderia encontrar outro modo coerente que não fosse através da história oral.

De acordo com Alberti (2004, p.18),

a história oral é um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar o objeto de estudo. [...]. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas e etc, à luz dos depoimentos das pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2004, p. 18)

A escolha desse método assenta-se na justificativa de encontrar a resposta à questão levantada na pesquisa, a partir dos depoimentos das marisqueiras, de seu modo de verem e explicarem a realidade que as cerca. Desta forma, percebi que a utilização desse método, em virtude da primazia dos relatos orais, poderia trazer uma grande contribuição aos estudos de gênero, exatamente, pela participação efetiva das mulheres no processo de compreensão do universo da pesca artesanal com relação a questão de gênero.

O historiador francês Joutard (1996, p. 53) afirma que o interesse pela história das mulheres teve um papel importante no desenvolvimento da história oral, seja do ponto de vista da vida cotidiana, do trabalho operário ou doméstico, da militância, da identidade ou da vida afetiva. Assim também na Itália, o avanço da história oral está diretamente relacionada à ótica de gênero. Segundo o autor, “[...] não resta dúvida que a história oral teve um papel pioneiro desde os anos 70, [...] com o ensaio de Sherna Gluck intitulado *What’s so special about women: women’s oral history* (1977) e o primeiro simpósio de história oral de mulheres (1983)” (JOUTARD, 1996, p. 53). Além disso, Joutard (1996) aponta que na França também há ênfase nessa temática quando em 1982 uma das primeiras mesas redondas de história oral foi dedicada às mulheres.

Salvatici (2005) afirma que desde suas origens verifica-se muita semelhança entre a história oral e a história de mulheres, ambas resultaram, de forma mais sólida, dos movimentos sociais e políticos da década de 1960, cuja ideia central era resgatar uma história oculta. Para os historiadores orais, o objetivo era criar uma história vinda de baixo através das vozes dos desfavorecidos, e para as feministas era demonstrar o papel fundamental das mulheres no passado e no presente a partir das suas falas. Neste sentido, a história oral apresentava-se como o método mais adequado para que a história das mulheres fossem transmitidas por elas mesmas.

De acordo com Alberti (2008), é comum considerar como marco inicial da história oral moderna o ano de 1948, ano em que foi inventado o gravador à fita e em que foi formado o Programa de História Oral da Universidade de Columbia (ALBERTI, 2008, p. 156). O objetivo desse programa era colher material através de entrevistas de personalidades importantes da história norte-americana, pessoas influentes na política, na economia e na cultura. Nesse período, também registram-se experiências de história oral dessa natureza na França, na Alemanha e, na década de 1950, no México, através do Instituto Nacional de Antropologia do México.

De acordo com a autora, na década de 1960, a história oral vai se modificando do modelo seguindo pela *Columbia History Office*, em que o foco eram as elites dominantes. Agora a atenção estava voltada para pessoas das classes populares, na perspectiva de dar voz às minorias e construir uma história vinda de baixo. Esse é momento conhecido como da História Oral militante, que se espalhou pelos Estados Unidos e pela

Europa, através de “[...] publicações que reproduziam entrevistas realizadas com camponeses e trabalhadores, sobre sua trajetória e sua vida cotidiana” (ALBERTI, 2008, p. 157). A autora afirma ainda que

por trás desse movimento, estava a crença de que era possível reconciliar o saber com o povo e se voltar para a História dos humildes, dos primitivos, dos "sem História" (em oposição à História da civilização e do progresso que, na verdade, acabava sendo a História das elites e dos vencedores).(ALBERTI, 2008, p. 157-158)

De acordo com Joutard (1996, p. 51), desde os primórdios, a história oral se apresenta de duas formas: uma história oral política e uma história oral antropológica, também conhecida como militante, que se desenvolveu mais tarde. A segunda, passando a influenciar a primeira.

Contudo, mesmo o método da História Oral militante tendo proporcionado avanços com as modificações implementadas, alguns equívocos podem ser evidenciados em virtude da forma como foi conduzida. Segundo Alberti (2008), o primeiro deles é considerar que se chegou a verdade absoluta da história de um povo através do testemunho oral. Para a autora, a entrevista deve ser considerada como fonte, que precisa ser interpretada e analisada, e não como a própria história. O outro equívoco reside na visão de história de baixo como história democrática, assim, ela questiona: seria a história de cima (das elites) não democrática? Para a autora, se a ênfase na história de baixo for pelo fato de oferecer àquelas pessoas as mesmas oportunidades de se fazerem aparecer na história, considera-se importante a investigação, mas se for pelo fato delas não saberem escrever, então torna-se uma ação compensatória que só vai reforçar o preconceito que se tem sobre elas.

Alberti (2008, p. 159) deduz “que a ideia de "dar voz" às minorias, tão cara aos pesquisadores "militantes", acaba reforçando as diferenças sociais” e afirmando a incapacidade dos “de baixo” de falarem por si.

Na década de 1970, em virtude da preocupação pela sistematização da metodologia, a história oral foi passando de militante à acadêmica, registrando o aparecimento de pesquisas de cunho menos populistas nos Estados Unidos e na Europa. Segundo Alberti (2008, p.

164), essa época registra-se “[...] o fim da polarização maniqueísta entre "vencedores" e "vencidos", "nacional" e "local", "escrito" e "oral", "erudito" e "popular" [...]”.

No Brasil, a história oral surgiu por volta de 1975 com o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo estudar a trajetória e o desempenho das elites brasileiras para saber como tinha-se chegado ao regime militar de 1964.

Nesse ano, foi realizado o I Curso Nacional de História Oral ministrado por professores norte-americanos, cujos desdobramentos foram a realização das primeiras entrevistas do Programa de História Oral do CPDOC e a criação do Laboratório de História Oral do Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Nas décadas seguintes registra-se, portanto, o processo de consolidação e expansão da metodologia tanto no Brasil como em outros países, com crescente participação de pesquisadores nos encontros acadêmicos realizados.

Para Alberti (2008), uma das maiores riquezas da história oral é possibilitar o estudo das formas como as pessoas realizaram e elaboraram suas experiências, buscando indagar as explicações generalistas de determinados acontecimentos e da realidade. Assim, a história oral permite ao pesquisador o conhecimento de uma multiplicidade de histórias dentro da história, nos termos da autora. Fato constatado quando as marisqueiras narram sua experiência na mariscagem desde quando começaram no ofício. Marileide coloca em sua fala: “tinha muito marisco agora tem pouco”. Já Cida nos diz: “o negócio do marisco? Quer dizer que ele aumentou o marisco né? (CIDA). Essas falas expressam as diferentes leituras resultantes da experiência de cada uma.

Ainda de acordo com Alberti (2008, p. 171), em virtude de se constituir um registro oral, um dos principais alicerces da História Oral é a narrativa, quando o(a) entrevistado(a) transmite ao pesquisador(a) o acontecimento por ele(a) vivenciado. Essa narrativa oral resulta, pois, de uma conversa entre o(a) entrevistador(a) e o(a) entrevistado(a), em que a circunstância do encontro determinará o que será transmitido.

Aqui, lembro a contribuição dada pela autora Grossi (1992), na obra “Trabalho de Campo e Subjetividade”, em que procurou enfatizar a

relação entre pesquisador(a)/pesquisado(a). A autora destaca o sofrimento e as angústias que o investigador(a) enfrenta no contato com o(a) outro(a) que é o(a) investigado(a). Ela diz que quando estamos realizando a pesquisa de campo nos deparamos com situações em que chegamos a nos questionar sobre muitos aspectos que fazem parte da nossa forma de pensar, de ver o mundo e de se colocar diante dele. Se ficarmos diante de um ato que expressa um forte sentimento de subalternidade, por exemplo, passamos a refletir sobre nossa postura se estivéssemos naquela situação. Aqui parece bem oportuno pensar no quanto descobrimos a nós mesmos no encontro com o outro.

Neste contexto, é importante mencionar a grande contribuição que as antropólogas feministas deram ao reconhecimento dos aspectos subjetivos no trabalho de campo. Segundo Grossi (1992), pesquisadoras dizem que em suas pesquisas estão sempre redefinindo seu papel de mulher e de pesquisadora engajada. No contato com o outro da nossa pesquisa, interferimos tanto no pensar do outro como ele interfere no nosso. Assim, não podemos inferir que a presença do pesquisador no trabalho de campo passa despercebido para ambos os lados.

Para Portelli (2001, p. 10), “história oral é uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado; oral indica um meio de expressão”. Para ele, a história oral é um discurso dialógico criado não só pelos entrevistados, mas também pela presença do pesquisador no campo e pelo material por ele apresentado. Refere-se ao que os pesquisadores ouvem, ao que dizem e ao que escrevem, remetendo, portanto, ao que o pesquisador e os entrevistados fazem juntos no momento da entrevista. A história oral é, portanto, o encontro entre duas pessoas, uma que ouve e outra que relata, cujos discursos são dotados de mesmo valor. Tanto o discurso do(a) pesquisador(a) como o(a) entrevistado(a) expressam conhecimentos que os coloca em posição de igualdade, uma vez que o conhecimento do primeiro é tão importante quanto o do segundo.

Nesta perspectiva, Alberti (2004, p. 24), afirma que a entrevista de história oral, “[...] trata-se de um diálogo entre entrevistado e entrevistadores, de uma construção e interpretação do passado atualizada através da linguagem falada”, da qual se obtém os significados nem sempre expressos diretamente, em que a escolha das pessoas entrevistadas depende necessariamente dos objetivos da pesquisa que se pretende realizar.

Considerada como construto verbal compartilhado por duas pessoas (pesquisador(a) e entrevistado(a), a história oral apresenta no seu desenvolvimento uma composição de gêneros. De acordo com o Portelli (2011, p. 11), “[...] além do uso do gênero no discurso coletado pelo narrador (dos narradores), necessitamos também reconhecer o gênero no discurso público do historiador e o gênero no espaço entre eles”.

Para ele, a história oral segue um percurso que tem seu início na oralidade do narrador e é concluída no texto escrito, através do qual a história se materializa. Ele define a história oral como sendo, portanto, “[...] um gênero de discurso, no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada uma falar para a outra sobre o passado” (PORTELLI, 2001, p. 13). Assim, ela é um gênero de gêneros.

O que difere a história oral de outras abordagens que também se baseiam em trabalho de campo e entrevista é o seu caráter dialógico, expreso pela combinação existente entre a prioridade da forma narrativa e a articulação entre biografia e história; entre experiências pessoais e as transformações societárias, tornado possível através de cada relato, conectar a vida das pessoas ao momento histórico.

É importante destacar ainda que, para Portelli (1997), a importância do testemunho das fontes orais está mais no significado que emerge de suas narrativas, do que no evento em si. Por isso, não podemos afirmar que existem falsas fontes orais. A aproximação e/ou afastamento do fato traz nuances passíveis de serem analisadas, o importante é descobrir as razões que levaram o/a entrevistado/a a escolher entre uma postura ou outra. Neste contexto, a memória desempenha um papel primordial, mas não pode ela ser uma depositária passiva de fatos, como afirma Portelli (1997, p. 33), e sim, a expressão de um processo de criação de significados. Ela (a memória) seleciona e reelabora as experiências vividas, interpretando-as.

Portelli (1996) afirma ainda que, quando relatamos uma história, estamos desenvolvendo o trabalho da palavra, da memória e da consciência. As entrevistas de história de oral realizadas nas pesquisas que utilizam esse método são expressões desse exercício, no qual a memória é constantemente atualizada.

De acordo com a Alberti (2004), existem dois tipos de entrevistas de história oral: as entrevistas temáticas e as entrevistas de histórias de vida:

as entrevistas temáticas são aquelas que versam sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de histórias de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou que se inteirou (ALBERTI, 2004, p. 39).

Para este estudo, escolhi entrevistas temáticas, uma vez que o foco está nas relações de gênero no âmbito do trabalho e da organização social e política das mulheres catadoras de mariscos. Realizei onze entrevistas no período de junho a agosto de 2014, dez com marisqueiras da Ribeira e uma com marisqueira de Cabedelo, que foi a pessoa que me conduziu para a comunidade em todo processo de entrevistas, sua participação no grupo de entrevistadas se deu tanto pelo seu amplo conhecimento no ramo da mariscagem como pelo seu engajamento político no grupo. Ela nos conta sobre a Ribeira:

na época mesmo que eu passei, ainda passei no movimento, minha filha, pra fazer uma reunião lá, pra extrair uma mulher daquela pra ir numa reunião era um sufoco, e assim, depois que vocês (equipe da Incubadora) foram, que a gente teve aquele primeiro curso, primeiras palestras lá, não foi nem curso, eu consegui levar duas pra o Ceará, quer dizer pra mim foi uma coisa incríveleu, assim, eu ainda tenho, eu creio que antes de eu morrer, eu vejo elas, assim, organizadas.(ANA DARC)

A fala de Ana Darc expressa o seu desejo de conseguir articular as marisqueiras e formar um grupo de pescadoras na Paraíba, com a finalidade de ampliar-lhes o conhecimento sobre os seus direitos e assim juntarem forças para reivindicarem as melhorias necessárias à categoria.

A escolha das mulheres para esse estudo derivou tanto da sua disponibilidade de tempo¹¹ no momento da entrevista, como da relação de confiança estabelecida entre mim e elas no período em que estivemos juntas nos encontros promovidos pela incubadora, iniciados no ano de 2011, além dos aspectos já mencionados, anteriormente, na sessão que trata das motivações da pesquisa. Entre as dez mulheres entrevistadas, sete participaram dos encontros da incubadora, e três, são vizinhas ou colegas de ofício, que aceitaram participar das entrevistas.

Marileide Pelônia de Luna é uma das três marisqueiras com quem tive o primeiro contato através da entrevista. Ela é residente da Ribeira de Cima, nasceu na cidade de Santa Rita; tem vinte e cinco anos; é solteira, mas tem um companheiro; é mãe de três filhos; estudou até o equivalente ao oitavo ano do Ensino Fundamental II, e começou na mariscagem desde pequena, aos dez anos.

Janiele de Santana Azevedo faz parte do grupo das marisqueiras que conheci nesse processo de pesquisa. Ela reside na Ribeira do Meio; nasceu na cidade de Cabedelo; tem vinte e um anos; tem um companheiro com quem mora; não tem filhos; estudou até o terceiro ano do Ensino Médio, e tinha uns dez anos quando começou na mariscagem.

Alessandra Correia também está entre as três, que conheci nessa ocasião. Ela reside na Ribeira de Baixo; nasceu no Distrito de Nossa Senhora do Livramento; tem vinte e sete anos; é casada; mãe de quatro filhos; está concluindo o Ensino Médio, e há uns onze, doze anos começou na catação de mariscos.

Sheila Márcia da Silva Marques faz parte do grupo que participava dos encontros da incubadora. Ela reside na Ribeira de Baixo; nasceu em Campina Grande; tem trinta e nove anos; é casada; mãe de uma filha; tem o Ensino Médio completo e começou na catação desde que foi para Ribeira há quinze anos, quando se casou.

Maria Francisca Guedes da Silva, também conhecida por Cida, integra o grupo das sete mulheres que frequentava os encontros. Ela reside na Ribeira do Meio e nasceu na Ribeira; tem cinquenta e dois anos; é casada; mãe de quatro filhos; estudou pouco, só sabe assinar o nome e, segundo ela, vive “na maré” desde moça quando tinha quatorze anos. Doravante, utilizarei para essa pesquisada o nome Cida, por ser a forma como é conhecida e como prefere ser chamada.

¹¹ Por essa expressão, refiro-me àquelas que não se encontravam em casa em virtude de motivos pessoais no momento da entrevista.

Elizete Guedes dos Santos, uma das participantes, reside na Ribeira do Meio; nasceu em Cabedelo; tem vinte e três anos; é casada; não tem filhos; tem o ensino médio completo e começou na catação com sua mãe Cida desde pequena.

Maria Anunciada Marques da Silva, também participante desse grupo, reside na Ribeira do Meio; nasceu em Santa Rita; tem cinquenta e dois anos; é solteira; tem quatro filhos; estudou até o equivalente ao segundo ano do Ensino Médio e começou na mariscagem desde 1984 quando sua primeira filha nasceu; parou um tempo e depois retornou.

Janete Borges de Azevedo, outra integrante desse grupo, reside na Ribeira do Meio; nasceu em Santa Rita; tem quarenta e quatro anos; mãe de dois filhos; estudou até o equivalente ao oitavo ano do Ensino Fundamental II, e começou na mariscagem quando era “pequeninha”, nas suas palavras.

Edite Meireles, que também participou dos encontros, reside na Ribeira de Baixo; nasceu em Mulungú, cidade do interior do estado; tem sessenta e quatro anos; é viúva; mãe de sete filhos; estudou pouco, ela diz: “eu só sei fazer meu nome mulher, e mal mulher, às vezes ainda faço com a letra errada”. Ela começou na catação de marisco desde os doze anos quando chegou à Ribeira.

Marta Soares da Silva, mais uma participante, reside na Ribeira de Baixo; nasceu em Arara, cidade do interior do estado; tem quarenta e três anos; é “amigada”, conforme sua informação, ou seja, tem um companheiro; mãe de quatro filhos; estudou até o equivalente ao terceiro ano do Ensino Fundamental I; começou a ir para maré quando tinha quatro anos de idade.

É importante registrar o excelente acolhimento das mulheres e a importância que deram a este trabalho de pesquisa, se colocando sempre à disposição para qualquer esclarecimento.

O número de entrevistadas não dependeu de critérios quantitativos, uma vez que esse método não está preocupado com amostragem, e sim, com a posição da entrevistada no grupo e a contribuição que a mesma tem a dar sobre o tema proposto (ALBERTI, 2004, p. 31). A finalização do processo de entrevistas foi estabelecido pela existência de repetição nas respostas das mulheres. Para Alberti (2004) continuar as entrevistas quando as informações tornam-se repetitivas “[...] significa aumentar o investimento enquanto o retorno é reduzido, já que se produz menos informações” (ALBERTI, 2004, 36-37). Por essa razão decidi encerrar em agosto de 2014.

O local para a realização das entrevistas foi escolhido em conjunto de modo a fornecer boas condições tanto para a gravação, quanto para a boa desenvoltura da entrevistada, pois dependendo do local, os resultados poderiam ser obtidos com sucesso ou não. As entrevistas aconteceram no turno da tarde, horário de maior disponibilidade das mulheres, e nas suas residências.

Outro aspecto relevante para a boa condução dos trabalhos de história oral, mencionado por Montysuma (2006, p. 121), é a incorporação de dois elementos: a sinceridade e o respeito. Sinceridade no momento da apresentação do papel de pesquisador/a e dos objetivos, e respeito pelos conteúdos que são relatados. Esses elementos devem estar presentes durante todo o processo de entrevistas, para que a confiança estabelecida não seja comprometida prejudicando o andamento do trabalho de campo. Nesse sentido, é bom lembrar, como bem coloca o autor citado, da relação de poder existente entre os sujeitos da pesquisa, entre o(a) entrevistador(a) e o(a) entrevistado(a). Poder, que está tanto naquele que terá sob seu domínio os conteúdos transmitidos com o uso do gravador, como também daquele que vai escolher o que relatar. De acordo com o autor, “escolher o que relatar já implica num juízo de valor circunscrito a quem detém o poder através da fala” (MONTYSUMA, 2006, p. 120) que no momento da pesquisa é o(a) entrevistado(a).

Por ser um diálogo entre entrevistador(a) e entrevistado(a), a entrevista não seguiu uma sequência fechada de perguntas, e sim um roteiro¹², no qual estavam expostos os pontos que deveriam ser abordados com vistas aos objetivos da pesquisa. O roteiro foi composto, inicialmente, por perguntas direcionadas aos dados pessoais de cada uma entrevistada: seguido de outras que buscaram, mais especificamente, compreender a experiência das mulheres no ramo da catação de mariscos, bem como as significações dessa experiência com relação aos homens e seus desdobramentos no trabalho e no processo organizativo. A entrevista de Ana Darc seguiu a mesma orientação, incluindo apenas questões sobre seu ponto de vista em relação a Ribeira e seu envolvimento com a comunidade. Ambos roteiros seguem em anexo.

Em se tratando de uma pesquisa que se debruça sobre o trabalho e a organização social e política das mulheres marisqueiras, optei por

¹²Anexo, o roteiro das entrevistas.

manter os nomes das entrevistadas em respeito à história de vida de cada uma. Esse ponto foi esclarecido antes da realização da entrevista propriamente dita, ou seja, no início da conversa e no fim, quando foi solicitada a autorização, tanto verbalmente quanto por escrito, para utilizar seus depoimentos, seus nomes e suas imagens, caso estivessem presentes em algum registro fotográfico. Essa solicitação, assim como toda a entrevista, foi gravada e transcrita na íntegra, respeitando as digressões e variações vocabulares, sem efetuar qualquer tipo de alteração ao discurso oral. As duas formas de cessão derivam do fato de algumas delas não saberem ler e escrever. Em toda tese faço referência aos relatos das mulheres identificando-as pelo primeiro nome.

Além dos dados obtidos, através dos relatos orais, também fiz uso da observação participante com a utilização do diário de campo, no qual foram anotadas todas as impressões sentidas nas visitas à comunidade nos anos de 2011 e 2012 e nas croas¹³ em janeiro de 2013. Outra visita também realizada foi à Colônia Z-11 no final de agosto de 2014, com o objetivo de obter informações sobre o número de pescadores e pescadoras da Ribeira cadastradas naquela organização. É importante destacar que, em todo o processo de pesquisa, fizemos uso também do registro fotográfico.

Ainda como fonte de dados, fez-se recorrência à produção da literatura que serviu de base para a construção do conhecimento, e busco o auxílio de documentos – legislação - que tornaram mais claras as questões que envolvem a problemática levantada no estudo proposto.

Análise dos dados da pesquisa

Em se tratando de uma pesquisa cujo método está inserido no rol das metodologias qualitativas, a análise dos dados será guiada pela análise de conteúdo, do tipo análise temática ou categorial.

Análise de conteúdo, segundo Bardin (2011) refere-se a um conjunto de técnicas de análise de todas as formas de comunicação, utilizando procedimentos de descrição do conteúdo das mensagens, o que indica com esta afirmação, de acordo com Gomes (2012), que existem várias maneiras de analisar os conteúdos dos materiais de pesquisa. Gomes (2012), tomando por base a explicação da autora,

¹³Croas são os bancos de areia formados ao longo do rio, descobertos quando a maré baixa. Local em que realizam a mariscagem.

destaca as seguintes técnicas: análise de avaliação ou representacional; análise de expressão; análise de enunciação; e análise temática.

Para Bardin (2011), a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

Na elaboração do roteiro das entrevistas deste estudo, foram estabelecidos alguns temas em concordância com os objetivos da pesquisa, que serviram de guia para os diálogos e foram inseridos no processo de análise. Esses temas considerados aqui como categorias que auxiliaram na classificação e análise dos dados levantados. Nesta fase de categorização transformei os dados brutos em dados organizados, classificando-os. As categorias de análise utilizada foram: gênero, identidade, trabalho, organização social e política.

Após a classificação dos dados, parti para o próximo procedimento que foi a inferência. Segundo Gomes (2012, p. 90), “a inferência é uma fase intermediária entre a descrição (enumeração das características dos textos, resumida após tratamento analítico) e a interpretação (a significação concedida a essas características)”. Nela, articulamos os aspectos observados na pesquisa com outros estudos realizados sobre o mesmo assunto, para assim, interpretar os dados em consonância com os objetivos propostos e os pressupostos teórico-filosóficos que norteiam essa produção do conhecimento acerca de relação pesca artesanal e mulher.

Estruturação da tese

A tese está estruturada em cinco partes: apresentação, três capítulos e a conclusão. Na apresentação está explicitada a temática que norteia o estudo, com exposição de mapas para situar leitor na região estudada, bem como a problemática, a justificativa, os objetivos do estudo proposto e a metodologia, na qual está definido o método, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise.

No primeiro capítulo, a discussão se debruça sobre a temática: GÊNERO E PESCA ARTESANAL: entendendo o contexto em que as marisqueiras estão inseridas. Nele, busco, inicialmente, tecer algumas considerações sobre a categoria gênero com o objetivo de fazer entender em que consiste essa categoria, para poder pensá-la no âmbito da pesca artesanal, mas especificamente da catação de mariscos. Para tanto,

procuro historicizar a pesca artesanal, trazendo a catação de mariscos como um de seus ramos em que a presença feminina é marcante. Ainda, nesse capítulo, procuro trazer um pouco a história da vida de cada uma das entrevistadas, buscando conhecer os seus processos de inserção na mariscagem e discutir a forma como se identificam nesse contexto.

No segundo capítulo, intitulado: **GÊNERO, PESCA ARTESANAL E TRABALHO**: discutindo o universo da mariscagem. Trago, no primeiro momento, uma descrição de todo o processo de trabalho da mariscagem, as técnicas de coleta, a manipulação do pescado e a formas de comercialização, com o intuito de entender como essa atividade se desenvolve, e como as relações de gênero se apresentam, trazendo, em seguida, uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho na pesca artesanal que se desdobra na questão do espaço e do tempo que discuto seguidamente.

No terceiro capítulo, **GÊNERO, TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA**, centro minha reflexão sobre o trabalho e a organização social e política. Nesse capítulo procuro teorizar a categoria trabalho à luz de teorias que tratam da temática, como a de Marx, Arendt e Albornoz, fazendo referência às concepções dadas a essa matéria pelas marisqueiras, e trazendo, em seguida, as implicações da inserção do sexo na nova conceituação do trabalho. Depois, inicio a discussão sobre a organização social e política como desdobramento da atividade produtiva da pesca e as implicações de gênero nesse contexto.

E, por fim, encerro a discussão com a conclusão.

2. GÊNERO E PESCA ARTESANAL: ENTENDENDO O CONTEXTO EM QUE AS MARISQUEIRAS ESTÃO INSERIDAS

Neste capítulo, inicio a discussão, tecendo algumas considerações sobre a categoria gênero, buscando elucidar como o conceito foi trazido para nós no Brasil. Nessas considerações procuro ressaltar o caráter social, cultural e histórico da categoria, bem como, distingui-la dos aspectos relacionados a sexo, identidade de gênero e sexualidade, com o objetivo de compreendê-la e situá-la no âmbito da pesca artesanal, especificamente o da catação de mariscos. Em seguida, procuro elucidar a noção de pesca artesanal, destacando suas principais características, e contextualizando a mariscagem como um dos seus ramos, em que a presença das mulheres é predominante. Nesse ponto, faço uma articulação com a realidade da Ribeira, ressaltando os significados da catação de mariscos para as mulheres marisqueiras. Nas sessões seguintes, debruço-me sobre a trajetória de vida das mulheres entrevistadas, na perspectiva de conhecê-las e entender os seus processos de inserção na mariscagem, e ainda, a forma como se identificam no universo da pesca artesanal.

2.1 Considerações sobre a categoria gênero

No Brasil, de acordo com Grossi (1998, p. 03), a partir de pesquisas realizadas nos anos de 1970 sobre a condição feminina, foi possível perceber as inúmeras diferenças existentes entre as mulheres brasileiras, as quais se apresentavam não só em relação à classe social, mas também às diferenças regionais e de classes etárias. Com isso, nos anos de 1980, os estudos sobre as mulheres foram disseminados, reconhecendo que não era mais possível se falar de condição feminina. Entretanto, mesmo com todo esse avanço, segundo a autora, ainda permanecia a ideia de unidade biológica das mulheres, reconhecida pelas características que determinam o sexo feminino, a existência da vagina, útero e seios.

De acordo com Grossi (1998, p. 04), o conceito de gênero foi trazido para nós através das pesquisadoras norte-americanas, que utilizavam “[...] a categoria *gender* para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”. Isto para mostrar que não existia uma determinação natural, orientada pelo caráter biológico, para justificar os comportamentos de

homens e mulheres, o que existiam eram regras sociais de ordem ideológica que podiam se diferenciar de uma sociedade para a outra em determinado momento histórico.

Conforme Scott (1995), data do final do século XX a preocupação teórica com relação ao gênero como categoria de análise. Até esse momento o gênero não era mencionado como “[...] uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais” (SCOTT, 1995, p. 85). De acordo com a autora, durante séculos a palavra gênero foi utilizada fazendo referência aos termos gramaticais para mencionar traços de caráter ou traços sexuais (macho/fêmea), só recentemente, e rejeitando o determinismo biológico, é que a palavra passou a ser usada levando em consideração o caráter social das diferenças com base no sexo, posição defendida pelas feministas americanas. Nessa perspectiva, “[...] as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 72).

O caráter fundamentalmente social defendido por essa corrente não pretendia, como bem coloca Louro (2003, p. 22), expressar uma negação da dimensão biológica existente na constituição do gênero, mas enfatizar “[...] a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”. Nessa perspectiva, o conceito de gênero refere-se ao modo como essas características são compreendidas e representadas no campo social. Desta forma, é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, nos termos de Scott (1995, p. 75).

Para Scott (1995) a definição de gênero fundamenta-se na conexão entre duas proposições, quando afirma: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Na sua visão, as modificações na organização das relações sociais implicam, necessariamente, mudança nas representações do poder, e o gênero constitui-se em um dos campos recorrentes, que possibilitam a significação do poder nas sociedades.

Em concordância com a definição apontada por Scott, Grossi (1998, p. 05) nos diz que “[...] gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”. Para Grossi(1995) quando nos

referimos ao sexo, temos sempre em mente os significados que atribuímos ao que é ser homem ou ser mulher.

Nos termos de Grossi (1998, p. 6), “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em uma determinada cultura é considerado papel de gênero”. Esses papéis são construídos pela sociedade e podem apresentar-se de forma diferente de um lugar para outro e em diferentes momentos históricos, porque são produtos de uma diversidade cultural que é mutável dinamicamente. Além disso, segundo a autora, eles também podem mudar dentro de uma mesma cultura.

Aquiescendo as interpretações quanto ao exercício da construção do poder, concordo com Louro (2003, p. 24), quando diz que

papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas.

Neste sentido, é importante ressaltar, segundo a autora, que o caráter social e relacional da concepção de gênero, não deve significar que o mesmo se refere apenas a construções de papéis masculinos e femininos e sim, a constituição da identidade dos sujeitos. Para ela, o gênero institui a identidade do sujeito e isso ultrapassa o desempenho dos papéis. Desta forma, ela entende identidade de gênero por aquela construída a partir da maneira que os sujeitos se identificam social e historicamente como masculino e feminino. E essa identidade, de acordo com os estudos feministas, não é fixa, ela é plural, múltipla e pode até ser contraditória.

Nas sociedades ocidentais, o conceito de gênero está atrelado ao da sexualidade, o que, segundo Grossi (1998, p. 04), tem se refletido nas preocupações da teoria feminista que busca separar os dois conceitos, uma vez que para essa teoria, gênero está ligado à identidade e a sexualidade está “[...] marcada pela escolha do objeto de desejo”.

Louro (2003) também ressalta que muitos discursos sobre gênero envolvem questões de sexualidade, mas que identidade sexual não é a mesma coisa que identidade de gênero, embora estejam profundamente

inter-relacionadas e em constante construção. Segundo a autora, identidade sexual é aquela constituída através das formas como se vive a sexualidade, a qual pode ser exercida de diferentes formas.

Grossi (1998, p. 12) considera que a “[...] sexualidade é a penas uma das variáveis que configuram a identidade de gênero” ao colocar de forma simplificada o que quer dizer as categorias sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade. Ela diz

que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que gênero é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis de sexuais); que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que a sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos (GROSSI, 1998, p. 12).

Dentro deste contexto, o uso da categoria gênero tem permitido que muitas pesquisas focalizem suas análises, nas relações entre homens e mulheres, buscando compreender os significados que têm em ser homem ou ser mulher, de uma determinada sociedade que integram uma cultura específica em um dado momento da história.

Nicholson (2000, p. 36) diz que “não podemos pressupor que o sentido dominante de ser mulher em sociedades ocidentais industrializadas deve ser verdadeiro em qualquer lugar ou através de períodos históricos de limites indefinidos” (NICHOLSON, 2000, p. 36), assim, estaremos ocultando as diferenças que existem dentro da própria categoria.

Desta forma, podemos dizer que na pesca artesanal semelhante a outros âmbitos da sociedade, o gênero é percebido como uma construção social e histórica que concebe aos homens e as mulheres os seus papéis e os seus espaços reproduzidos de geração em geração. Nesse sentido, é também uma construção cultural, na medida em que esses papéis podem apresentar diferenças de uma sociedade para outra, e que ali acomodou uma dinâmica comportamental peculiar pertinente ao

arranjo que os atores sociais jugaram importante para a reprodução do grupo.

2.2 Pesca artesanal e a catação de mariscos

A pesca, assim como a caça e a agricultura, é uma das atividades mais antigas da humanidade, que se desenvolve como meio de subsistência e se torna uma atividade econômica importante. De acordo com Diegues (2004, p. 7), “já em 4.700 antes de Cristo havia, nos templos sumérios, listas de embarcações, apetrechos de pesca e de quantidade de peixes capturados”. Segundo o autor, em determinados períodos da história, sociedades inteiras dependiam, quase que totalmente, da pesca. Na Idade Média, a pesca do arenque, por exemplo, deu origem a várias associações e cidades que viviam de sua comercialização. Da mesma forma, por muitos séculos as cidades do norte da Espanha viveram da captura da baleia. A pesca do bacalhau foi outra que também construiu territórios e sociedades. Muitas cidades litorâneas de Portugal e da França viviam da pesca do bacalhau. No século XVI, 60% de todo peixe consumido na Europa era o bacalhau, e os bascos, que já tinham experiência na pesca da baleia, eram os responsáveis pela sua comercialização (DIEGUES, 2004).

No Brasil, segundo Diegues (2004), a pesca de peixes, crustáceos e moluscos já era uma atividade praticada pelos índios até mesmo antes da chegada dos portugueses. “Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade de pesca e coleta” (DIEGUES, 2004, p. 65). Além da pesca de subsistência indígena, no século XVII foi introduzida a pesca da baleia, cujo monopólio pertencia a Coroa Portuguesa que dava a concessão deste tipo de pesca aos pescadores portugueses e bascos. Essa atividade pesqueira teve grande importância para o litoral da Bahia, de Santa Catarina e sul de São Paulo, terminando por volta dos anos de 1970 com o fechamento da empresa Japonesa que se localizava na cidade de Cabedelo, na Paraíba.

Segundo o autor, no período colonial a pesca se apresentava como uma atividade bastante relevante para suprir a dieta alimentar de muitas cidades e comunidades litorâneas brasileiras. De acordo com Diegues (2004), a Amazônia até hoje, tem a pesca como a principal fonte de alimento para as populações ribeirinhas, o que a coloca com um dos índices mais elevados do mundo em consumo de pescado.

Nesse contexto, a pesca se desenvolve, portanto, como uma atividade que se constitui não só como fonte de subsistência, mas também como modo de vida que dá identidade às populações. Muitas culturas litorâneas regionais foram originadas da atividade pesqueira, algumas delas são: a do jangadeiro, que compreende o litoral do Ceará e segue até o sul da Bahia; a do caiçara, que corresponde ao litoral que se situa entre o Rio de Janeiro e Paraná; e o açoriano pertencente ao litoral de Santa Catarina e o Rio Grande de Sul (DIEGUES, 2004, p. 66-67).

Segundo Diegues (2004), até as primeiras décadas do século XX, a pesca brasileira foi contextualizada como atividade de subsistência vinculada à pequena produção de mercadorias. Contudo, a partir desse momento, ela começa a adquirir um valor comercial de grande importância, com a pesca da sardinha em grande escala, realizada principalmente no litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro, que deu origem as primeiras indústrias ligadas ao setor e o surgimento de um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, contrastando com a pequena pesca artesanal. A pesca artesanal sempre foi, e ainda o é exercida de maneira muito simples e diversa da pesca industrial, divergindo tanto em relação ao habitat onde atua, quanto aos estoques que explora e os instrumentos que detém. Os barcos, na sua maioria, são de pequeno porte, a motor ou a remo, e os instrumentos, que geralmente são confeccionados na própria residência, dependem do tipo de pescado que irão capturar, dentre eles, podemos citar: a rede, a tarrafa, o anzol e o puçá

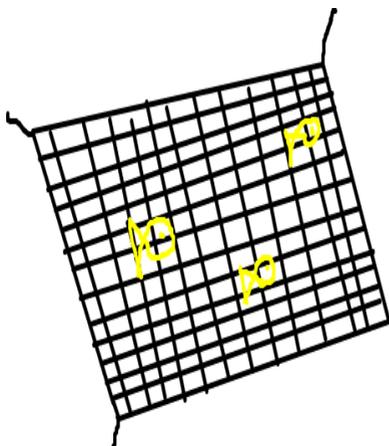
Figura 8: Fotografia da embarcação utilizada na pesca na artesanal (Caíco)



Fonte: BATISTA FILHA, Maria José Teixeira (RenascerIII/Cabedelo/PB - 15/04/2010)

Na imagem da figura 8, vemos o tipo de embarcação utilizada pelo(a) pescador(a) artesanal, na Paraíba, também denominada de caíco. Ela é a remo e está sendo conduzida por um pescador que segue na direção sul do Rio Paraíba do Norte, no sentido Cabedelo – Bayeux.

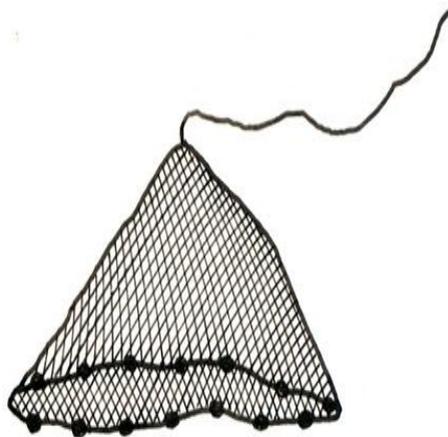
Figura 9: Rede de pesca



A rede de pesca é utilizada na captura da Tainha e da Pescada Amarela no Rio Paraíba. De formato retangular é também chamada de rede de emalhar, na qual, quando lançada na água, os peixes ficam emalhados. Esse tipo de rede é muito utilizada pelos pescadores artesanais na Paraíba e por algumas pescadoras, como Edite. Existe também a rede de arrasto e a rede de cerco, também utilizada nesse tipo de pesca.

Fonte: <https://www.gartic.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2015

Figura 10: Tarrafa



A tarrafa é uma rede de pescar no formato circular composta de pesos fixados em toda circunferência. Ela é utilizada na pesca de peixe de pequeno porte como sardinha, judeu, boca-mole, coró e camarão.

Fonte: <https://www.fipesca.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2015

Figura 11: Anzol de pesca



O anzol de pesca é um dos instrumentos mais antigos da atividade da pesca. Registra-se que sua invenção data da pré-história quando o homem tinha nessa prática uma das formas de sobrevivência.

Fonte: <https://www.gartic.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2015

Figura 12: Puçá



O puçá é um instrumento bastante utilizado na pesca do siri e do marisco. É, geralmente, com ele que as mulheres lavam os mariscos.

Fonte: <https://www.fipesca.com.br>. Acesso em 10 mar. 2015

A pesca artesanal é, portanto, uma prática que se caracteriza, segundo Maldonado (1986, p.15), pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção. Deste modo, é uma atividade pesqueira bem menos impactante ao meio ambiente que a pesca industrial. Nela, o pescador e/ou a pescadora, que também são chamados de autônomos (MADONADO,1986), participa do processo de trabalho desde a captura

até a comercialização do produto que uma parte é vendida a terceiros e outra utilizada no consumo da família. De outro lado, na pesca industrial, o(a) pescador(a) como trabalhador(a) assalariado(a) participa apenas de umas das atividades que compõe o processo de trabalho que são: captura, industrialização e comercialização do pescado. Nesse âmbito, a pesca se caracteriza, de acordo com a autora, “[...] pela dissociação entre pescador e pescado” e “sua atividade visa tão somente à produção de mercadorias” (MALDONADO, 1986, p. 17). De acordo com a afirmação da autora podemos inferir que o homem/mulher não se reconhece naquilo que produziu, pelo fato de estar inserido(a) em um processo produtivo que não o(a) permite a visualização do seu trabalho no produto final.

A pesca artesanal é uma atividade pesqueira que se desenvolve em locais próximos à costa, podendo ser realizada no mar, no rio, no lago, no mangue ou no estuário, em virtude do tipo de embarcação e do equipamento que é utilizado. É importante destacar que a ocupação humana nas margens de rios se justifica, muitas vezes, pela fonte de renda derivar da atividade de pesca artesanal. Nessa prática, o(a) pescador(a) pode realizar sua atividade sozinho(a) e/ou com mão de obra familiar, ou ainda com auxílio de mão de obra não assalariada.

A unidade de produção habitualmente é a família, podendo incluir-se também parentes distantes, conhecidos e vizinhos. Sobre sua experiência, Janete fala: “quando eu vou, eu vou com os vizinhos ou com ele [o marido] mesmo”. Temos em sua fala uma dimensão da composição da pesca que é praticada pela pessoa que tem o barco que, em alguns momentos pode ser o seu marido e, em outros, os vizinhos. Segundo Maldonado (1986, p.18), “um dos traços que prevalecem entre os pescadores artesanais é a importância da família como unidade de produção e consumo”, aspecto de grande relevância tanto para a partilha do pescado e da renda, quanto para harmonia das relações sociais no interior do processo de organização do trabalho.

Figura 13: Fotografia da Unidade de Produção Familiar



Fonte: BATISTA FILHA, Maria José Teixeira. (Renascer III /Cabedelo/ PB - 28/01/2013)

Nessas imagens vemos o exemplo de uma unidade de produção familiar. O pai, a mãe e os quatro filhos participam do processo de catação de mariscos. Nesse momento, a maré está enchendo e as crianças menores, que podem ser visualizadas no canto esquerdo da foto em cima, ficam impossibilitadas de ajudar, por isso estão no barco. A mãe, depois de catar com a filha pequena nos braços, agora protege a criança do sol enquanto ela dorme. São doze horas, e o pai, que não aparece na fotografia por estar mais distante, continua com a extração acompanhado pelo filho mais velho que podemos ver no lado esquerdo da primeira imagem, debruçado sobre o barco.

De acordo com Diegues (2004), na pesca artesanal, aliado ao manuseio dos instrumentos, tem-se um conjunto de conhecimentos que compõem os meios de produção dos(as) pescadores(as) artesanais, que são àqueles relacionados ao meio-ambiente, às condições das marés e às identificações dos pesqueiros.

Neste sentido, um aspecto dessa relação é importante ressaltar: para as marisqueiras da Ribeira, é o ciclo da maré que determina os dias em que o marisco está rendendo ou não, isto significa dizer que os mariscos têm muita carne ou não. Através dos depoimentos de Cida e Edite tal efeito ambiental pode ser visualizado:

por maré [dependendo da maré]que ele chega fica pretinho, aí não rende não, mas tem maré que ele chega fica amarelinho, amarelinho mesmo, chega faz gosto a gente tirar, mas tem deles que chega fica preto, aí não rende quase nada. (CIDA)

a maré morta, é tão amarelinho, tão amarelinho essa maré, mas a maré quando é grande ele é magro. (EDITE)

Sobre esse aspecto, as falas de Cida e Edite se complementam. Para Cida é o tipo da maré que determina a qualidade dos mariscos e com isto Edite concorda enfatizando que é no período da maré morta que os mariscos se apresentam mais rendosos, com a carne bem definida na cor amarela.

Dessa forma, em virtude de a comunidade pesqueira ser detentora de saberes constituídos na experiência dos sujeitos com o lugar, que são aprendidos no fazer cotidiano, representando um modo de vida peculiar, baseado principalmente na pesca, os(as) pescadores(as) artesanais são considerados(as) como populações tradicionais. Conforme nos diz Diegues (1999, p. 22), essas populações são formadas por

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.

A questão da tradição, portanto, está diretamente relacionada aos saberes e ao saber-fazer, que envolve o domínio de um conjunto de

conhecimentos e técnicas aprendidas com os mais velhos e com a experiência, que permitem aos pescadores(as) se reproduzirem. Diegues (2004, p. 32) concebe a pesca artesanal como “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”. Assim, podemos dizer que os(as) pescadores(as) artesanais são, conforme Laraia (2009, p. 45), herdeiros(as) “[...] de um processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que os(as) antecederam”. Destacamos aqui Ana Darc como exemplo, ela é filha de pescadora e neta de pescadora, sua vó já pescava mariscos mesmo antes de sua mãe que hoje é aposentada nessa atividade.

Nos últimos anos, o conhecimento tradicional tem

ganhado especial atenção entre os(as) pesquisadores(as), um vez que fornece informações de grande relevância para o manejo dos recursos pesqueiros locais, como a descrição e classificação das espécies e seu habitat. Muitos pesquisadores(as) afirmam que o conhecimento tradicional tem auxiliado a ciência nos seus experimentos e descobertas. No caso dos(as) pescadores(as), esses conhecimentos se referem tanto à classificação de espécies aquáticas e seus padrões de reprodução como às características físico-geográficas dos ambientes aquáticos e do clima e também às artes de navegação e pesca.

É comum entre as marisqueiras a afirmação que a chuva mata o marisco. Edite nos diz: “mata, porque dessas chuvas de água doce mata”; e Sheila complementa: “justo no período de chuva por causa da água doce morre muito”. Nos estudos Belém, Moura e Henry-Silva (2013, p. 210), sobre a distribuição e densidade da *Anomalocardia Brasiliiana* (o marisco) nas praias do Rio Grande do Norte em período de chuva, contactou-se que “a não ocorrência de indivíduos jovens nos meses de Abril e Outubro do ano 2009 pode estar relacionada com o fato desses indivíduos não conseguirem resistir às variações de salinidade e o aporte de sedimento na região estuarina”. O que atesta a afirmativa das mulheres.

De acordo com Diegues

esse tipo particular de conhecimento é produzido por comunidades de pescadores que se caracterizam: (a) pelas relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus

ciclos construídas nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos; (b) pela ligação com o território onde o grupo social se reproduz socialmente; (c) pela importância das atividades de subsistência, ainda que as relações com o mercado desempenhem um papel importante na reprodução do modo de vida; (d) pela acumulação limitada de capital; (e) pelo papel crucial desempenhado pela unidade familiar ou doméstica e as relações sociais baseadas principalmente no parentesco; (f) com o uso de tecnologias patrimoniais relativamente simples, com impacto limitado sobre meio ambiente; (g) pelo fraco poder político e dependência política e econômica dos centros urbanos; (h) pela tradição oral responsável pela produção e transmissão dos saberes, símbolos e mitos associados com a pesca artesanal e, em algumas vezes com a pequena agricultura; (i) por um certo nível de identidade social e cultural que distingue essas comunidades das demais pelo modo de vida dos pescadores; e (j) por uma visão de mundo e linguagem próprias, distintas daquela do mundo urbano-industrial. (DIEGUES, 2004, p.196-197).

Na relação dos(as) pescadores(as) artesanais com a natureza, existe um aspecto muito importante que é sua relação com o território, o qual não depende unicamente do meio físico, mas também das relações sociais existentes (DIEGUES, 1999). Para Diegues (1995, p. 13), o mar é concebido como um espaço “cheio de ‘marcas’, indicadoras de ‘territórios’, estabelecidas por pescadores artesanais dentro do processo tradicional de captura”. O território é compreendido aqui pelo seu caráter identitário, que reflete também, ao meu ver, uma delimitação do espaço no que diz respeito também às relações de gênero. Isso se torna claro na divisão sexual do trabalho na pesca, que estabelece o que são atividades masculinas e femininas e em que espaços estas são executadas. Neste contexto, “espaço e territorialidade são categorias definidas nas atividades de pesca [...]” (DIEGUES, 2004, p. 205), que implicam não só em relações com o meio ambiente, mas em resultados de práticas culturais, em que os(as) pescadores(as) artesanais se reproduzem material e simbolicamente.

Com o incremento da pesca industrial, as ações governamentais de incentivo a pesca foram se direcionando para aquela que garantiria maior lucratividade e maior valor comercial. Conforme Diegues (2004, p. 127-128), nos anos de 1960, sob a justificativa de os(as) pescadores(as) artesanais serem indolentes, os governos brasileiros (e o autor não cita quais) não disponibilizaram investimento para esse segmento, razão pela qual, com o passar do anos, as questões sociais que envolviam a pesca artesanal foram se tornando mais agudas.

Nas últimas décadas, a pesca artesanal litorânea vem sofrendo um processo de deterioração, em função de vários fatores que são expressões da modernidade, como por exemplo, o desenvolvimento do turismo, a expansão urbano-industrial, as pressões do mercado, a degradação do meio ambiente e a desestruturação sociocultural. Para Leff (2009, p. 17) essa degradação ambiental “[...] se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza [...]”.

Nesse contexto, registra-se um aumento significativo no nível de exclusão social em que vive o pescador e a pescadora artesanal. Segundo Sposati (1999), exclusão social é um fenômeno inerente ao processo de acumulação capitalista, no qual muitas pessoas dificilmente terão a possibilidade de participar da riqueza do país, pois não têm acesso ao mínimo necessário para viver.

De acordo com Nishida *et al* (2008), na Paraíba, as comunidades pesqueiras que estão situadas às margens dos estuários do Rio Paraíba do Norte, nas imediações das cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, apresentam um quadro socioeconômico que revela uma situação de miséria e de abandono. As precárias condições de moradia aliadas a falta de saneamento básico, de segurança, de atendimento à saúde e à educação com qualidade constituem a realidade dos(as) pescadores(as) artesanais dessa região, especificamente dos(as) catadores(as) de mariscos, levando-os(as) a explorarem intensamente os recursos naturais disponíveis.

Segundo esse autor (2008), a catação é um ramo específico da pesca artesanal exercida por catadores(as) de moluscos em regiões próximas aos manguezais, que são ecossistemas, formados em áreas tropicais e subtropicais, como estuários, baías e lagunas, apresentando condições propícias para alimentação, proteção e reprodução para muitas espécies de animais (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995), e dos

quais depende a subsistência de muitas famílias. Para as comunidades que residem às margens do Rio Paraíba do Norte, os moluscos representam o grupo de maior relevância econômica, capturados na sua grande maioria por mulheres que são chamadas de marisqueiras.

Os principais moluscos explorados no estuário do mencionado rio são a ostra de mangue (*Crassostrea rhizophorae*), o sururu (*Mytella guyanensis*), o marisco (*Anomalocardia brasiliana*) e a unha-de-velho (*Tagelus plebeius*) (NISHIDA *et al*, 2008). O marisco é o molusco mais encontrado no estuário, através dele muitas famílias garantem sua sobrevivência, tanto no consumo quanto na comercialização. Ele representa, portanto, a principal fonte de renda das comunidades ribeirinhas da região estuarina do Rio Paraíba do Norte.

De acordo com estudos realizados por Bispo *et al* (2004, p. 664), “o termo marisco compreende uma grande variedade de animais marinhos caracterizados por possuírem uma concha rígida, geralmente situada no exterior do corpo, são os moluscos e crustáceos. Os moluscos compreendem os bivalves, dotados de duas valvas ou conchas.” Segundo Boehs, Absher e Cruz-Kaled (2008, p. 260), a

Anomalocardia brasiliana é um molusco bivalve amplamente distribuído ao longo da costa brasileira, principalmente em enseadas, baías e estuários. [...] No litoral brasileiro, é conhecida por vários nomes populares, dentre os quais por “berbigão”, “vôngole”, “maçunim” e “chumbinho.

Na Paraíba, particularmente, na região estudada, a *Anomalocardia brasiliana* é conhecida como marisco. Então, em respeito à cultura local vamos nos reportar a esse molusco sempre como marisco. Este bivalve habita regiões de terreno areno-lodoso e sua captura é feita de forma bastante rudimentar.

A catação mariscos, também chamada de mariscagem, é uma atividade artesanal realizada nos bancos de areia formados ao longo do rio, denominados de croas. Os instrumentos utilizados geralmente são improvisados pelas marisqueiras para facilitar o processo de captura.

Figura 14: Fotografia do Marisco(*Anomalocardia brasilian*)



Fonte: Livro Mãos que constroem vidas: relatos de experiências

A intenção dessa imagem é mostrar ao leitor o que se denomina por marisco na Ribeira. Ela foi tirada em um dos bancos de areia onde as mulheres trabalham na catação. No momento, a maré está enchendo, quando então aproveitam para realizar a primeira lavagem no produto. A marisqueira da fotografia é Edite, ela está retirando o excesso de areia que está grudado nos mariscos e transferindo-os para o balde.

Na Ribeira, essa é uma atividade predominantemente praticada por mulheres, cujos significados se apresentam sob várias perspectivas: ajuda, sobrevivência, trabalho, sustento, sacrifício e “divertição”¹⁴. Vejamos o que é catar marisco para as marisqueiras:

pra mim, assim, é uma ajuda, porque muita gente não tem trabalho então tem que recorrer a maré para poder sobreviver, comer,

¹⁴ Termo utilizado por Edite significando diversão.

mas pra mim não, é por gostar mesmo (JANIELE).

catar marisco é uma sobrevivência de vida [...] sobrevivência de vida né?, a gente vai pra maré pra tirar os marisco pra sobreviver né? (JANETE)

Sob o olhar de Janiele, a concepção da ajuda, tão fortemente arraigada na tradição da pesca, continua muito presente, embora para a sua realidade a prática da catação não se apresente como uma necessidade, mas sim como uma ação que desenvolve por prazer. Para ela, a ajuda está diretamente relacionada às questões de sobrevivência (ajuda para poder sobreviver), o que também é destacado na fala de Janete, quando ela considera a catação de mariscos como um meio de garantir a sobrevivência.

Elizete além de mencionar a sobrevivência e a ajuda financeira, ela traz outro sentido que pode representar um grande passo para o reconhecimento da categoria e que é enfatizado também por Anunciada. Elas dizem:

pra mim, catar marisco, assim, é uma coisa boa e também é um modo de sobrevivência, pra mim é um trabalho digno como qualquer outro, né? porque ser pescadora pra mim é um trabalho digno, mas que é uma coisa boa ajuda na situação financeira. (ELIZETE)

catar marisco...(pausa)....., é um trabalho né? É uma pesca que tira o sustento (ANUNCIADA)

As falas de Elizete e Anunciada, considerando suas práticas como um trabalho, já lançam um novo olhar sobre a atividade que, assim como qualquer outra atividade de trabalho, destina-se à sobrevivência, uma vez que está diretamente relacionada à satisfação das necessidades.

Sheila expõe seu ponto de vista dizendo:

é bom [meio duvidoso] , atividade boa que financeiramente também né? Não tão valorizada, que era pra ser mais porque dá trabalho, aí quer dizer só em a gente pensar que tá lá pegando aquele pescado né? E futuramente a gente vai ter algum lucro né? Pra gente tá bom.

No seu jeito de falar, Sheila não emitiu prazer sobre a atividade da mariscagem, mas reconhece o benefício financeiro que pode ter com esse tipo de pescado, e reivindica o reconhecimento do valor da atividade, tendo em vista a quantidade de trabalho que exige na sua execução. Percebo que o desgaste físico da prática exerce uma influência importante sobre a forma como dá significado ao seu trabalho.

Sobre esse desgaste Marileide diz:

rapaz, eu acho que sei lá, eu sei que o tal do marisco é muito mais trabalhoso do que a pescaria, marisco é muito trabalhoso o marisco, muito mais trabalhoso que a pescaria, pecaria não é muito que nem o marisco não, marisco a gente fica muito enfadada quando a gente vai pro marisco, a gente se enfada demais.

O destaque da fala de Marileide está no quanto é trabalhosa essa atividade, no sentido tanto de demandar muito trabalho na sua execução quanto pelo cansaço extremo que advém de um dia na maré, representado na expressão “a gente fica muito enfadada”. Com isso, o seu sentimento chega a se aproximar do que sente Alessandra quando evoca o sacrifício para explicar a atividade, ela conta:

pra mim, o que eu considero é um sacrifício muito grande, devido, porque a precisão, devido assim, por ele [o marido] trabalhar, só ele que ganha só um salário pra manter a casa com seis pessoa é muito difícil, então assim,

eu vou por necessidade porque o luro é bem pouco (ALESSANDRA)

O sacrifício expresso de forma muito direta e triste na fala e no olhar de Alessandra, significando um fardo muito pesado a que é obrigada pela necessidade de sobrevivência, não dá lugar para nenhum tipo de satisfação, mas a impulsiona na direção de encontrar algo que possibilite uma melhoria nas suas condições de vida. Ela fala: “eu tô estudando pra vê se muda de situação” (ALESSANDRA).

Já Edite traz muita alegria nas suas palavras, demonstrando muito prazer naquilo que faz, vejamos o que ela diz;

pra mim, é uma coisa muito boa, é uma diversão pra mim, é uma diversão, que é de onde a gente ganha pão, é daí, é de onde a gente tem de buscar [...] eu gosto, eu fico tão feliz mulher no dia que eu vou, no dia que eu não vou eu fico tão triste, eu juro [...]eu me divirto sozinha na croa conversando com os marisco, marisco fala? E eu falo na maré sozinha com eles, converso [...]as vez eu chego a noite e as menina [as filhas] diz: a senhora tava aonde? Tava no meu roçado, lá na maré.

Para Edite, catar mariscos é um divertimento que lhe traz felicidade. Só o fato de o seu trabalho possibilitar-lhe uma vida mais tranquila financeiramente já é um ganho, razão para deixá-la muito satisfeita com sua profissão de “pescadeira”, como ela se intitula. E ela explica o que a faz tão feliz: “de eu trabalhar, eu tá trabalhando com tanto prazer, olha, no fim da semana eu tenho meus R\$150,00 (cento e cinquenta reais) livrezinho, eu sozinha na maré, não é ganho não?” (EDITE). Esse ganho trazido na fala de Edite traz o sentimento de realização do seu potencial, como uma pessoa destemida e capaz de se capitalizar com seus próprios punhos sem precisar de ninguém.

A catação de mariscos é, portanto, o lugar onde as histórias de muitas mulheres se encontram, as quais guiadas por alguma razão, seja ela sobrevivência ou não, constroem a sua rotina diária alternando múltiplas tarefas e desempenhando vários papéis.

2.3 As mulheres marisqueiras: histórias que se encontram

Algumas marisqueiras nasceram nas proximidades ou na própria Ribeira, onde cresceram e constituíram suas famílias. Outras migraram do interior do estado e fixaram residência nesse lugar como uma forma de buscar sobrevivência na pesca, uma vez que estavam localizadas em regiões estuarinas que constituíam-se em um rico espaço de recursos pesqueiros.

Por volta de 1962, Edite chegou à Ribeira, quando tinha exatamente doze anos de idade, momento em que começou a trabalhar na catação de mariscos. Seus pais eram agricultores e, por isso, não aprendeu o ofício com eles, sobre isso ela diz: “a gente mesmo é quem aprende, ninguém ensina não, é ir pra maré, meter a mão assim ou a pá ou o ciscador”. Casou-se com um pescador profissional natural do próprio lugar, com quem teve sete filhos, os quais foram criados acompanhando-a na maré. Sobre suas filhas, Edite conta: “quando elas não quiseram viver mais na maré, aí foram trabalhar na casa dos outro, aí depois que casaram e voltaram pra mesma coisinha de novo, é porque quando elas não tinha menino pequeno era na maré direto mais eu”. E quanto à hoje ela diz: “vou sozinha e Jesus, tem vez que eu chego de seis horas da noite, mulher, e quando o bote fica em cima encalhado na areia, pense! Uma vez eu lá com fome, se Darc não chega, eu tinha me lascado com fome e sede”. Darc mencionada por Edite é Ana Darc, companheira de ofício com a qual estabelece importante vínculo de amizade. Vejo que a presença de Ana Darc, nessa circunstância, representou para Edite a sua salvação. Agora depois desses cinquenta e dois anos na maré ela diz que os seus ossos já estão cansados e afirma: “eu tenho fé em Deus que quando eu me aposentar, eu deixo essa vida”. Nesse momento da entrevista eu pensei: não sei como Edite vai deixar uma atividade, na qual ela diz que lhe dar tanto prazer.

E relembando o tempo em que começou, Edite afirma a existência sempre de mais mulheres na catação e ressalta que hoje tem pouquíssimos homens; os que comparecem nas croas vem de outras comunidades, ela aborda este aspecto dando certo destaque: “agora de Mandacaru e de Renascer¹⁵, vem pra qui, vem muito”. Nessa afirmativa

¹⁵ Mandacaru é um bairro da cidade de João Pessoa por onde o rio percorre; e o Renascer, como já foi dito anteriormente, é um bairro da cidade de Cabedelo

ocorre o que já havia encontrado em visita às croas, a presença de muitos homens realizando o trabalho da catação de mariscos, a minha surpresa foi saber que os homens da Ribeira não se interessam por essa atividade. E outra surpresa foi saber que hoje muitas mulheres que são reconhecidas como marisqueiras não exercem sua atividade. Edite relata:

é porque eu acho que hoje, hoje, hoje tem mais marisqueiras de que home, agora marisqueira só no nome, só no nome, não é pra dizer né? Pra dizer que tão, com licença da palavra, socada dentro da maré, só no nome, se andar de Ribeira de Cima a Ribeira de Baixo, percure quantas pescadeira de marisqueira tem aqui. (EDITE)

No tom da sua voz é possível perceber-se certa indignação, isso porque ela vê algumas mulheres gozarem de todos os direitos de pescadoras, uma vez que possuem registro junto às colônias, sem exercerem a função. Além da catação de mariscos, Edite também trabalha na agricultura e na criação de animais, e agora com mais de sessenta anos me diz estar muito cansada e pensa em parar.

Na Ribeira nasceu Cida, no mesmo período em que Edite inicia seu trabalho na maré, há cinquenta e dois anos. Casada com um pescador, ela diz que suas filhas também são pescadoras. Nesse negócio de maré, começou muito jovem, diz ela,

faz muito tempo, faz mais e vinte e cinco anos, faz muito mais, eu ainda era moça quando eu andava nesse negócio de maré, pescar siri, ostra [...] era soleira ainda, nesse tempo, a gente pegava ali na beira da maré, sacudindo água assim na beira da maré e tirando os mariscos [...] eu tava com uns quatorze anos. (CIDA)

localizado do lado oposto a Ribeira, no sentido João Pessoa – Cabedelo, ele está situado antes da Paia do Jacaré.

Sua companhia eram as vizinhas com quem aprendeu esse trabalho, pois seus pais, assim como os de Edite, eram agricultores. “[...] minha vizinha mais eu, Peinha, Zefinha, uma que se chamava Maricultor, tudo a gente se reunia e nós ia, pescava aimoré, dentro do mangue, chegava de noite em casa, a gente pescava aimoré depois siri”. Segundo Cida, nesse tempo tinha mais mulheres que homens, confirmando o que foi havia sido dito por Edite, e esclarece, “[...] o homem nessa redondeza não gosta bem de, nessa redondeza aqui não gostava não, era todo mundo que gostava de ir pra maré não [...] os homens gostam mais de pescar de rede”, por isso ainda hoje ela vê mais mulheres do que homens na mariscagem.

Quando tinha barco, geralmente ia catar mariscos acompanhada da filha ou dos seus netos, agora, em virtude de problemas apresentados na sua embarcação, segue pedindo carona aos colegas de trabalho. Apesar de o marido ser pescador, ela diz: “ele não gosta não, ele só vai quando vai pro siri, que ele deixa eu na maré e vai pro siri [...] é, mais de ir pro siri, assim, tirar uma ostrinha ele gosta de tirar assim também, agora o marisco mesmo, só eu mesmo”. Com sua fala, Cida demonstra uma aceitação com relação à preferência do marido, mas deixa transparecer na expressão “só eu mesmo”, que é ela a pessoa que tem força e coragem para enfrentar a maré todos esses anos e executar uma atividade muito trabalhosa, a qual não se encerra no ato da coleta. Atividade essa que tem, na sua visão, deixado marcas, “[...] esse negócio de marisco é bom, mas é um acabar a gente viu? Pense! Negócio de marisco é um serviço pesado e eu vivo meio adoentada, eu vivo com diabetes, com pressão alta” (CIDA).

Faço uma referência aqui ao estudo de Paulilo (1987), em que ela traz uma classificação do que se pensa de trabalho leve e pesado. Se historicamente a catação de mariscos foi um trabalho destinado às mulheres com a participação de crianças, por ser uma atividade executada com as mãos, não demandando muita força física, seria possível deduzir que esse não seria um trabalho considerado pesado, no entanto, deve-se levar em conta as outras etapas do processo. Além do peso, propriamente dito, no transporte dos mariscos, tem-se um conjunto de atividades que demandam tratamento minucioso que é o beneficiamento.

Figura 15: Fotografia de uma marisqueira transportando as caixas de marisco



Fonte: Livro *Mãos que constroem vidas: relatos de experiências*

Nessa fotografia temos uma marisqueira transportando as caixas de mariscos para o barco acompanhada do seu neto que está logo atrás. . Como podemos observar a maré já está enchendo e é o momento de retornarem às suas casas. Do porto onde atracam os caícos até o local de descarga dos mariscos, elas utilizam carroças para facilitar o trajeto.

Anunciada nasceu no mesmo ano que Cida, mas só começou no marisco em 1984 quando sua primeira filha nasceu; ela tinha vinte e dois anos. Nessa época, já fazia oito anos que Cida trabalhava na maré. Sobre esse início Anunciada fala: “eu aprendi indo aqui pra beira da maré pescar, porque antigamente o marisco não era lá na croa como é agora não, era aqui na beira da maré [...] agora, só que quando a gente tirava na beira da maré era muito que nem agora, era mais pouco”. Ela sempre morou na Ribeira e diz que muitos homens catavam mariscos, mas igual às mulheres não. Segundo ela, os homens preferem mais pescar de rede e acrescenta: “tem muitos que ficam esperando que a mulher trabalhe pra botar comida dentro de casa e tem muitos que trabalha os dois, agora tem uns que bota a cabeça e vai procurar mesmo

[referindo-se a trabalho]”. Através deste posicionamento, Anunciada traça um perfil dos homens da Ribeira.

Assim, pude refletir sobre o quão importante é o papel da mulher não só na cadeia produtiva da pesca dessa região, mas como gestora da vida de sua família. Casada na época com um vigilante, Anunciada relata que ele ainda tentou ser pescador, mas não continuou, “ele teve um tempo ainda, comprou barco, ainda começou a pescar, mas não era o dele não, mais trabalhar fora”. Hoje, Anunciada mora sozinha e seus filhos são todos casados, todos trabalham e têm filhos. Além do trabalho no marisco ela diz que trabalha em casa vendendo umas coisas¹⁶.

Desde os quatro anos de idade, por volta de 1975, um ano antes de Cida começar na maré, Marta, filha de Edite, vivia na maré com sua mãe. Ela relembra e conta:

quatro anos de idade que mainha morava lá atrás, não sei se você conhece Darc, o arrasto, eu puxava o arrasto mais minha mãe, a gente ia a pé, botava o balaio na cabeça ou um balde, a gente deixava num porto aí ia lá pra cima, aí vinha arrastando até chegar junto do balde pra pegar siri [...]. O marisco foi quando também do mesmo jeito, a gente trabalhava de marisco, a gente criava ostra lá atrás, era tudo.(MARTA)

Ela demonstra no seu relato a sua longa experiência na pesca e expõe de maneira muito enfática a sua história na catação, expressando uma pessoa trabalhadora e corajosa desde criança. Com relação à quantidade de homens e mulheres no marisco destacada pelas outras marisqueiras, Marta diz: “de primeiro tinha mais era mulher, agora é mais homem [...] de fora tem mais home, daqui tem mais mulher”. Em seu discurso, Marta mostra a sua percepção com relação também a outras comunidades próximas, mas não especifica quais como fez Edite. Ela conta que ninguém na Ribeira quer ir para maré, porque é um trabalho pesado, como disse Cida, tem que dar duro, nas suas palavras, e isso, segundo ela, com relação aos homens e as mulheres também.

¹⁶ As coisas que Anunciada se refere são: refrigerante, pipoca, bombons, etc.

[...] que tem umas que não quer trabalhar, que quer ir, na palavra, ficar viçando com o macho por aí, é difícil você achar uma moça na beira da maré arrancando marisco ou pegando ostra. [...] os home, só quer saber de porta de bar, se for em porta de bar, aí você vai achar um bocado, ainda tem mulher que não quer ir nem pro marisco, tem carteira, mas não quer ir, não sabe nem como é que se pega um marisco e tem carteira. (MARTA)

A afirmativa de Marta corrobora com o que Edite já havia mencionado, parecendo não haver critérios no cadastramento das pessoas junto às colônias. Com relação aos homens na porta de bar, fica claro que o direito ao lazer é privilégio dos homens, e que a coragem para trabalhar não é toda mulher que tem. Marta relembra: “eu saía daqui mais mãe de madrugada pra pegar sardinha, eu chegava era onze hora, agora me diga qual é a mulher que faz isso? Pra deixar seu marido e seus filho em casa pra ir pescar?” Para Marta, tem que ser muito aguerrida para enfrentar o que ela já enfrentou. Com esse questionamento, percebi em Marta um sentimento de empoderamento que contrasta com muitas mulheres do lugar.

Lisboa (2008) menciona três tipos de empoderamento: o social, o político e o psicológico. Segundo a autora,

o social refere-se ao acesso a certas “bases” de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Prevê o acesso à instituições e serviços e capacidade de influência à nível público. O político diz respeito ao processo pelo qual são tomadas as decisões; não é apenas o poder de votar, mas, principalmente, o poder da voz e da ação coletiva que importa; significa maior participação no âmbito político inclusive o acesso a ocupar cargos de representação e direção. o psicológico ou pessoal inicia com o despertar da consciência em relação à sua autonomia e desenvolvimento pessoal; envolve autoestima e

auto-confiança; ter controle sobre a sua própria sexualidade, sobre a reprodução e sobre a sua segurança pessoal; decorre da consciência individual de força (LISBOA, 2008, p. 3)

Na fala de Marta identifiquei o empoderamento psicológico quando expressa o reconhecimento de sua força e coragem no desenvolvimento do seu trabalho, manifestando assim autoestima elevada e auto-confiança.

Atualmente, devido a problemas de má circulação sanguínea, Marta se encontra afastada da atividade de catação, sobre a qual atribui a sua enfermidade. Ela relata: “marisco é muito pesado, é muito pesado mesmo, porque da onde a gente puxava a caixa, era como daqui lá pra beira da rodagem”. Para ela o peso do marisco ocasionou o problema na circulação. Geralmente, quem a acompanhava no trabalho da maré, além de sua mãe, era seu filho, porque o seu marido trabalhava e ainda trabalha tomando conta das terras onde moram. Ela conta: “[...] a gente ia todo dia, todo dia, sem faltar um dia, até no domingo”, agora por causa do problema na veia e do útero baixo, o médico a proibiu.

Na mesma faixa etária de Marta, conversei com Janete que, assim como, Anunciada, Cida e Marta, sempre moraram na Ribeira. Seu marido é pescador, mas no momento está trabalhando com transporte alternativo marítimo, ele transformou seu barco em transporte alternativo para conduzir as pessoas da Ribeira até a Praia de Jacaré.

Figura 16: Fotografia do transporte alternativo marítimo



Fonte: BATISTA FILHA, Maria José Teixeira. (Ribeira/Santa Rita/PB 07/07/2014)

As imagens dessa figura representam a forma de transporte mais utilizada pelos(as) moradores(as) da Ribeira e a opção de trabalho encontrada por alguns pescadores que transformaram seu barco em transporte alternativo, o trajeto é da Ribeira para praia de Jacaré e vice-versa. No canto esquerdo vemos o barco transportando pessoas do Jacaré para a Ribeira. No canto direito temos o barco ancorado no porto da Ribeira. É com esse tipo de transporte que trabalham o marido e o filho de Janete.

Janete começou muito pequena na catação com seu pai, porque sua mãe trabalhava na agricultura. Ela disse que nessa época ela tinha uns dez anos. Janete reconhece que antigamente “[...] muita mulher tirava marisco, tanto mulher como homem” e que hoje tem “mais mulher do que homem”. Segundo ela, pelo fato de hoje existirem mais empregos, os homens não estão mais trabalhando no marisco.

Na fala de Janete sobre sua participação nas reuniões promovidas pela colônia, há uma colocação, que eu considero muito

importante para traduzir o seu modo de vida. Ela diz: “[...] quando eu não vou, meu esposo quem vai [...] ele vai mais do que eu [...] porque às vezes a gente tem a igreja né? Aí ele vai pra igreja, aí quando vai dirigir o culto, aí ele manda eu ir, aí quando é pra mim ficar, aí ele vai e eu fico, aí um escuta e passa pro outro”. Penso que Janete, por estar na ativa, deveria frequentar com mais assiduidade às reuniões da colônia para poder efetivamente intervir nas questões que dizem respeito à mulher pescadora, ela deveria, portanto, se apropriar desse espaço que é legítimo da categoria. Neste sentido, convém perceber por quais mecanismos aparecem as mulheres na vida política do grupo que expressam, na perspectiva de Lisboa (2008), processos de empoderamento, o qual se constitui em condição necessária para conquista da autonomia da mulher e, segundo a autora, para a obtenção da equidade de gênero.

Já vai fazer quinze anos que Sheila, oriunda de Campina Grande, chegou à Ribeira com uma colega da escola. Ela relata: “através de uma colega minha que hoje em dia é minha comadre, madrinha de Heloísa [sua filha], a gente estudava junta aí ela me trouxe pra cá, me deixou aqui e foi embora”. Casada com um pescador que também é eletricitista, ela conta que cata mariscos, mas pesca mais de rede com o seu marido. Desde que chegou na comunidade Sheila trabalha na pesca. Com relação a catar mariscos ela diz como aprendeu: “vendo as pessoas pescando né? Pegando, a gente aprende, não tem muito que aprender não, é só meter a mão na massa”. Esse discurso mostra que a forma como aprendeu o ofício foi através da observação atenta. Nessa afirmativa ela apresenta concordância com Edite sobre o aspecto da aprendizagem da atividade.

Referindo-se ao tempo em que começou, Sheila aponta que a diferença que ela percebe hoje, está relacionada ao peixe, e diz: “[...] hoje em dia tem bem menos em relação a tempos passados”, e com relação ao marisco ela complementa, “[...] tem mais mesmo”. Para ela a escassez de recursos pesqueiros está na redução de peixes no local e não de mariscos. Em sua visão, na Ribeira sempre existiram mais mulheres praticando a catação do marisco, por isso não vê nenhuma alteração. Ela conta que em tempos de maiores dificuldades financeiras teve que trabalhar em casa de família,

[...] antes de eu tirar a carteira assim, antes né? Eu trabalhava em casa de família, porque

as coisas apertaram muito, aí eu disse a ele: “é o jeito eu cair fora, como diz a história”, aí trabalhei quase um ano fora, mas aí eu deixava a menina na casa de mainha ou com ele [o marido], aí ela sentia muita falta, aí eu deixei, eu digo: “home vamo passar o que passar, como diz a história, vamo morrer tudo num mói feito bicho de ruma. (SHEILA)

No seu relato, a família está em primeiro lugar e ela preza pela união quando cita o “bicho de ruma”¹⁷ para expressar a importância de estarem sempre juntos. Mesmo o trabalho na maré sendo pesado, ela prefere continuar nessa atividade, uma vez que apresenta uma certa flexibilidade que a permite dedicar um pouco do seu tempo a família. Acredito que essa é uma das razões pelas quais muitas mulheres se mantêm no mesmo lugar realizando a catação de mariscos. Na realidade dessas mulheres dois fatores são bastante ressaltados: a necessidade e a preocupação com os filhos. Neste ponto, fazendo um paralelo com a realidade dos homens, se eles não gostam de catar mariscos e não tem peixes para pescarem, facilmente se deslocam para outros lugares a procura de emprego seja na área da pesca ou não, o que se apresenta muito difícil para as mulheres.

Ana Darc destaca um aspecto muito interessante que vale abrir um espaço para mencionar, que diz respeito à possibilidade de ascensão do homem que é pescador em detrimento da mulher que é pescadora, ela diz:

na vida em geral, os homens eles passam assim, a gente somos dona de casa e pescadora, ele se torna pescador aí a vida deles de pescador tem a graduação né? Eles começa como pescadores artesanal e depois tá aí como industrial de poucas milhas daqui

¹⁷ São lagartas que andam juntas, uma sobre a outra ou ao lado. Elas andam “de ruma”, ou seja, em muitas para se protegerem dos predadores. Pela característica de estarem muitas lagartas grudadas, uma sobre a outra, é que Sheila, menciona um “mói”, no sentido de um amontoado.

a pouco eles procura o embarque como a maioria deles estão acontecendo né? Aí começa a fazer uns cursos, né? E assim viajam, outros mesmo quando não faz curso, como eu já falei, que conheço umas 4 famílias aqui que foram embora lá pra Itajaí e tá lá pescando em barco de pesca, barco que passa um mês pescando, pescando peixe, mas pescando e aqui a gente não tem isso, então eles sobem, tem a graduação deles, os degraus deles, e as mulheres não, dona de casa e pescadora normal.

A fala de Ana Darc traduz uma das formas de como as relações de gênero se manifestam no âmbito da pesca artesanal. Para ela o pescador tem a chance de evoluir no seu ofício, passando de uma categoria mais simples a uma mais complexa, seja através de cursos que realizam ou emigrando para outras localidades que apresentam condições mais propícias a sua prática. Ele tem a liberdade de buscar sua melhoria. No entanto, a mulher está condicionada a vida de dona de casa e pescadora, nada mais.

Nos últimos anos observa-se a participação de algumas marisqueiras da Ribeira em curso de aperfeiçoamento da atividade, o que é um ponto positivo a ser considerado, para a busca de sua autonomia. Das marisqueiras entrevistadas, Edite, Anunciada, Marta, Elizete, Sheila e Janete participaram do curso de processamento de mariscos, oferecido pela INCUTES. Sobre a contribuição do curso no desenvolvimento de sua prática, algumas colocam:

as aulas que o Professor Ricardo¹⁸ deu foi muito esclarecedoras. [...] mudou muito, mudou muito, como manusear né? essas coisas que a gente pensava que era certo. [...]

¹⁸ Ricardo Luís Mendes de Oliveira é Engenheiro de Pesca e Professor temporário do então Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima do IFPB (CRPNM), hoje denominado de IFPB – Campus avançado Cabedelo Centro. No curso de Processamento de Mariscos lecionou a disciplinas do eixo profissional, Processamento de Mariscos.

só hoje em dia depois do curso a gente tem a visão que não é, aí sempre procura melhorar, errei aqui, aí lembra das aulas, foi bom. (SHEILA)

Segundo Sheila, a forma como manipulavam o pescado era muito precária, principalmente com relação à higiene e, no curso, aprenderam a forma correta. Elas aprenderam que para não entrar sujeira nos mariscos, comprometendo a sua qualidade, era importante manterem as unhas sempre curtas e procurarem lavar bem o produto para não ficar excesso de areia, o que frequentemente não era feito com tanta atenção. Outro ponto importante, foi com relação ao armazenamento, o qual deve ser feito no congelador imediatamente após a embalagem, para qual os mariscos devem estar limpos e secos. Segundo Sheila, muitas vezes elas ficavam juntando para depois levar ao congelamento, mas agora fazem diferente, porque aprenderam que a forma como faziam pode permitir a entrada de bactérias. Para Sheila, esses ensinamentos contribuíram muito para o aprimoramento do seu exercício profissional.

Com o mesmo raciocínio, Elizete também comenta:

pra mim, foi muito importante, porque ensinou muita gente como tratar o marisco, o pescado, porque muita gente tira de todo jeito, né? E naquele curso não, ensinou a gente como fazer certo. [...]a gente fazia errado agora aprendeu fazer o certo.

Tirar de todo jeito significa não dar a atenção devida ao processo de lavagem dos mariscos, na etapa do beneficiamento. Para Elizete muitas pessoas não retiram minuciosamente o excesso de areia e sujeira, podendo assim comprometer os mariscos ao misturar-se com a carne, e nisso ela se inclui quando diz que agora aprendeu a fazer da forma certa.

Fazendo destaque também para a higiene, Anunciada diz em que o curso contribuiu,

foi assim na higiene, mudou muito, porque se eu vejo que aquela pessoa tá catando, assim

quando chego em casa, que aquela pessoa tá catando aquele marisco irregularmente, aí eu vou e digo, mas as meninas dizem assim: “depois que tu táis fazendo esses cursos tu só ques ser o que tu não és”, é porque a gente viu muita coisa que a gente pode aproveitar né? Não tudo porque a gente, a cabeça da gente, principalmente a minha, mas muita coisa deu pra capturar.

Vejo com o discurso de Anunciada que os aspectos mencionados no curso mudaram sua forma de executar a limpeza dos mariscos e que a preocupação com isso faz com que ela venha multiplicando os ensinamentos aprendidos, mesmo que a aceitabilidade de sua opinião não seja satisfatória por parte de outras mulheres que praticam a mesma atividade.

Com a fala dessas marisqueiras percebo que a questão da limpeza do produto foi um aspecto que lhes chamou bastante a atenção, o que demonstra o seu compromisso com qualidade e a imagem do produto que será comercializado. Percebo ainda, que o envolvimento delas nesse curso além da contribuição trazida no que tange especificamente ao trabalho, possibilitando uma maior valorização do seu produto, elevou também a autoestima dessas mulheres a ponto de envolverem em outros cursos. O que representa uma visualização de degraus nas suas carreiras.

Alessandra encontra nos estudos a esperança de uma ascensão, que para ela se traduz na oportunidade de emprego, por isso está concluindo o ensino médio em Forte Velho, comunidade vizinha a Ribeira, para a qual se desloca à noite em um ônibus do estado. Para ela, o homem tem mais oportunidade, “[...] porque o homem não tem aquela, nem todos tem aquele dever de cuidar de casa e dos filhos”. Há treze anos, Alessandra passou a morar na Ribeira, exatamente quando se casou e há cerca de doze anos ingressou na atividade de catação de mariscos com a sogra. Ela conta:

a gente dependia dela, quando eu vim morar com meu marido a gente dependia dela, porque ela pescava ia pro marisco e, assim, do lucro do marisco era que ela botava

comida dentro de casa, aí através disso, aí quando a gente passemos assim, eu ir com ela, as vezes eu ia com meu marido.(ALESSANDRA)

Hoje em dia, Alessandra vai para o marisco com as colegas, porque seu marido trabalha o dia todo como agente de saúde. O único horário que ela tem disponível para mariscagem é no turno da manhã, ela explica:

eu só posso mais pela parte da manhã né? Porque meus filhos vão para o colégio e os que ficam, ficam com a avó, que era marisqueira e hoje passou a não ser mais devido a uma pensão que ela tem, aí eles ficam com ela [...] porque também eu não posso deixar os meninos só em casa, principalmente a gente que mora numa região dessa, de sítio né? Tenho muito medo de deixar meus filho sozinho em casa pra mim ir. [...]se eu tiver de escolher entre ir no marisco e meus filhos, claro que é meus filhos (ALESSANDRA)

Com essa fala, Alessandra traz outros elementos de sua realidade: o medo e a violência. O medo que ela tem que vencer a cada dia e a violência que ronda por perto pondo em risco a vida das pessoas que ali residem. A sensação de paz transmitida pelo silêncio e pela tranquilidade a quem percorre os caminhos da região, me parece, com o relato de Alessandra, longe de representar segurança. Assim como as outras marisqueiras, ela também confirma que antigamente tinham mais homens catando mariscos e que as mulheres sempre foram em número maior.

Diferentemente de Alessandra, Marileide, que sempre morou na Ribeira, parou os seus estudos sem concluir o ensino fundamental. Ela aponta que a falta de escolas por perto em nível mais elevado é um dos motivos pelo qual não prosseguiu nos estudos, sendo o outro, a sequência de gravidez, ela relata: “fui pegando filho aí eu me descuidei”. Aos dez anos ingressou na catação de mariscos,

acompanhada de suas irmãs e de sua mãe, com quem aprendeu o ofício. Com relação a esse início ela diz: “ah, faz muito tempo home, desde pequena”, e comenta ainda sobre quem ia para o marisco, “eu, ela [a mãe] e minhas irmãs porque é pertinho ali mesmo. Com isso ela deixa transparecer que o trabalho da catação torna-se mais viável para as mulheres porque se realiza em local próximo as suas casas, permitindo-lhes uma maior facilidade com relação ao gerenciamento de suas múltiplas atividades durante o dia.

Marileide narra sua rotina diária: “ ah, eu me acordo cedo, faço comida, deixo eles [os filhos] com os vizinhos, as vezes deixo com minha mãe mesmo, que minha mãe agora se aposentou, não tá indo mais, deixo com ela”. Isso ocorre nos dias em que a maré se apresenta em boas condições, o que quer dizer quando a maré baixa é pela manhã, assemelhando-se a Alessandra. Marileide conta: “porque tem maré que, pronto que nem agora, ela tá muito tarde, aí não dá pra eu ir não”. Muito tarde para ela é quinze ou dezesseis horas e complementa: “vem de noite, é, quanto tá manhã cinco, seis horas, depende da maré né? Dá pra gente ir”. Seu marido trabalha o dia todo em uma marina na praia de Jacaré, ficando com ela toda a responsabilidade de casa.

Relembrando o período em que começou na mariscagem ela afirma também que hoje tem mais mulheres que homens e que antigamente tinham mais mariscos que agora, ela diz: “diminuiu de marisco, porque quando a gente ia, a gente tirava três saca, depende do tanto que a gente quisesse tirar, sabe? Agora a gente vai cata mais pouco, é uma caixa, as vezes duas, assim”. Visão contrária a de Anunciada e Cida que afirmam ter mais mariscos hoje porque vão para as croas, diferentemente da época em que tiravam na beira da maré. Quanto a esse assunto, não encontro um consenso, outras marisqueiras também se pronunciaram a respeito desse assunto.

Elizete concorda com o pensamento de Marileide, quando ela destaca a diminuição dos mariscos nos dias atuais; ela diz: “na minha opinião tinha mais, porque antigamente, né? A gente só tirava de mão e também não era muita gente envolvida no marisco”. Com essa fala, percebo que os procedimentos de catação têm impactado diretamente nos resultados da produção de cada marisqueira. Sobre esse assunto, o descreverei mais adiante na sessão que aborda o processo de trabalho.

Elizete também sempre morou na Ribeira, ela é filha de Cida e, da mesma forma que a mãe, vive da pesca. Além disso, ela acrescenta que está sempre procurando uma maneira de aperfeiçoamento, quando

diz: “vivo da pesca e faço curso”. Seu marido trabalha em uma empresa e, por isso não exerce nenhuma atividade pesqueira. Elizete começou no marisco desde pequena com sua mãe; ela afirma: “desde pequena eu comecei a tirar com mãe, né? Que a gente sempre foi criada na maré”. Seu trabalho é conjugado com o de sua mãe, inclusive na comercialização do produto: “é assim, como mãe sempre assim, o povo encomenda mais em Cabedelo, mãe leva pra lá aí ela vende, porque assim às vezes eu entrego ao pombeiro¹⁹, só que é aquela coisa, às vezes o pombeiro quer pegar por um preço muito baixo, então não recompensa”. O pombeiro a quem ela se refere é o atravessador. Com relação ao trabalho na maré ela destaca dois aspectos: doenças ocupacionais e a natureza autônoma do trabalho. Ela diz:

[...] a gente quando tá na maré as vezes adquire muitas doenças porque a gente chega na maré, a água tá quente, a gente tem que se abaixar pra pegar marisco [...] as vezes pega infecção, bactéria e as vezes tá na quentura do fogo aí vem pra água, pega doenças nas mãos, nos nervos, como mãe mesmo, tem nos nervos doença, tudo por causa de que? Por causa da maré, porque tá no fogo e depois tem que lavar o marisco, aí adquire muita doença também. (ELIZETE)

A fragilidade da saúde diante de um trabalho tão cansativo e pesado parece ser uma preocupação recorrente entre as marisqueiras, além de Elizete que cita a enfermidade de sua mãe, Marta também coloca o trabalho na maré como o principal fator dos problemas de saúde que ela enfrenta hoje. Assim, percebo que a preocupação com a saúde faz parte do cotidiano dessas mulheres, contudo, muitas delas ficam desamparadas diante de um problema dessa natureza por não serem registradas como pescadoras. À mulher pescadora e contribuinte da previdência social é assegurado o direito ao auxílio doença, conforme

¹⁹ De acordo com o dicionário online Caldas Aulete, pombeiro era o “comerciante que atravessava os sertões do Brasil para negociar com os indígenas”. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 16 mar. 2015

a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os benefícios da previdência social e dá outras providências.

Sobre o outro aspecto Elizete explica:

[...] marisqueira você é autônoma, você não tem aquela obrigação de tá sendo dependente de patrão, tendo um patrão, você não, você mesmo é sua chefe, sua patroa e você trabalhar pro outro, não. Você tem que ter uma chefe, você é mandada e na maré, não. Eu mesmo que mando em mim, vou tiro não tem ninguém que teja mandando em mim, não tem aquela hora para cumprir, então eu prefiro ser marisqueira.

Com essa fala, Elizete expressa uma das razões que faz algumas marisqueiras se realizarem na sua profissão. É a autonomia com sentido de liberdade que enaltece a sua posição diante da atividade que realiza. Ela reafirma, ainda, que quem se interessa mais pelo trabalho na maré são as mulheres e que os homens procuram trabalho fora “[...]porque já não gostam de viver em maré”. Na sua visão, com relação à pesca, a mulher é mais lutadora, mais batalhadora.

Do mesmo modo que Elizete, Janiele é casada, mas ainda não tem filhos. Seu companheiro, que é filho de Janete, faz alternativo marítimo e de vez em quando vai pra maré com ela. Quanto ao tempo que está catando mariscos, ela conta: “assim, eu vou desde pequena assim, mas pra dizer que é por necessidade de ir, não. Eu vou porque gosto de ir, entendeu? Mas por necessidade assim, graças a Deus nunca precisou não”. Ela tinha uns dez anos quando ingressou na mariscagem acompanhando sua mãe, seu pai e sua irmã.

Janiele, concordando com a visão de Elizete e Marileite, diz que nesse tempo em que começou, tinha muito marisco e que hoje “[...] o marisco diminuiu muito porque o povo antigamente ia muito e não era só daqui, vinha gente de fora também pra cá, aí acabou diminuindo [...] quando era só a gente aqui, não, mas quando veio gente de fora, acabaram com tudo até a noite vinha gente aqui”. Nessa colocação, pude perceber um sentimento de insatisfação provocado pela sensação de perda, não só do espaço, mas também do recurso que explora na realização do seu trabalho.

É importante destacar que a semelhança dos pensamentos acompanham as épocas vivenciadas pelas mulheres. Janiele, Elizete e Marileide, que afirmam a diminuição dos mariscos, estão inseridas na faixa etária, entre vinte e trinta anos de idade; assim como, Anunciada e Cida que percebem o inverso, possuem a mesma idade. Hoje em dia Janiele vai catar mariscos com o companheiro, mas ressalta que na hora do beneficiamento é ela e a sogra (Janete) que executam essa etapa, que corresponde ao tratamento do pescado após a captura. É o momento do cozimento, da limpeza e do empacotamento dos mariscos. Segundo Janiele, “ele disse que não gosta não”. Essa característica parece ser comum aos homens que demonstraram o não interesse em se envolver com o trabalho da maré. Sobre esse assunto, ela confirma o que disseram as outras marisqueiras que hoje quase nenhum homem vai para maré.

Foi no trabalho que Ana Darc conheceu as mulheres da Ribeira. Todo o vínculo criado entre elas foi através da atividade profissional. Ela diz: “[...]se eu sair de manhã, porque assim, até na lógica não tem como você não ver, não ter essa visão, se eu saio de manhã, se eu sair de manhã e vou pra maré, eu não tenho como ter amizade fora”. A amizade fora que ela diz é fora da maré, local em que ela passa grande parte do seu tempo. São poucas as mulheres que catam mariscos que moram na sua vizinhança. Ana Darc é pescadora de Cabedelo, cidade em que reside desde os seus nove anos de idade, em 1981, quando saiu de Carne de Vaca/PE²⁰. Ela relata que antes de começar na maré catando marisco, trabalhou como empregada doméstica dos quatorze até os dezenove anos de idade, experiência que não deseja mais repeti-la. Sobre o início na mariscagem, ela relembra:

eu comecei a exercer mesmo quando eu tive meu primeiro filho com 18 anos, né? Porque aí foi quando eu me vi na necessidade, porque é.....quando eu tive ele eu trabalhava nas casas dos outros era empregada doméstica, e assim, minha mãe já tinha essa atividade, já vivia, mas eu ignorava ela,

²⁰ Carne de Vaca é a uma praia pertencente ao Município de Goiana, no estado de Pernambuco. Ela é a última praia ao norte do litoral do Estado próxima à divisa com o Estado da Paraíba.

achava que não dava pra mim, mas assim quando eu tava com filho, na época fui mãe solteira, era mãe solteira, e colocava ele na creche, mas mesmo assim pra ficar esse negócio de ir pegar, tinha dia que não tinha creche que não tinha expediente, aí eu tinha que, com quem vou deixar? E assim resolvi, aí, ah muitas vezes saia do trabalho, mas eu precisava trabalhar pra mantê-lo que ele não tinha pai, o pai não assumia, não tinha responsabilidade. (ANA DARC)

A autonomia destacada na fala Elizete é corroborada na experiência de Ana Darc quando ela decidiu ingressar na pescaria. A necessidade de conciliar o seu papel de mãe e de mulher trabalhadora só via possibilidade na atividade da mariscagem pela flexibilidade que lhe permitia uma organização dos trabalhos de forma mais conveniente a sua realidade, embora ela desprezasse tal atividade. Nesse contexto, percebo que sua decisão amenizava o seu sofrimento com relação à responsabilidade que assumia na criação do seu filho como mãe solteira. Ela conta ainda:

[...] morava com ele [o filho] na casa da minha mãe, ai foi quando eu comecei a ir com minha mãe e ai eu vi, fui tomando gosto, ai foi quando eu me juntei com esse novo companheiro, que também assim já exercia, o pai dele já era pescador, tinha atividade também extra, por fora, no porto, ele trabalhava nas DOCAS²¹, né? Mas assim era pescador, vivia também pescando e foi quando juntou assim, eu me juntei com ele e não tinha outra opção, não tinha navio, ele passava três meses, já chegou época de

²¹ A Companhia DOCAS da Paraíba (DOCAS-PB), é uma sociedade de economia mista (pública e privada), vinculada à Secretaria de Infraestrutura do Estado e responsável pela administração e exploração comercial do Porto de Cabedelo.

passar três meses sem dá um serviço e assim a gente não, a gente junto vamos pescar, aí pronto marisco, já conseguia um atravessador pra, né? Tal dia levar dez, quinze quilos de marisco, teve uma época que no outro estado vizinho, Pernambuco, que não tinha marisco lá, a agua doce morreu tudo e a procura lá era muito forte e através de família mesmo a gente teve conhecimento e, assim, pegava daqui e levava pra lá sessenta, oitenta quilos e ia vender lá, a gente passava a semana todinha trabalhando, eu com ele, mainha com meu irmão ou senão com meu pai mesmo, e quando era no final de semana ia fazer a entrega já lá em Pernambuco, quer dizer assim a gente achou bem melhor, até hoje a gente acha bem melhor a pescaria. (ANA DARC)

Se render ao trabalho na maré para Ana Darc foi muito gratificante, hoje ela diz: “pra mim é uma atividade que eu faço com o coração”. A satisfação expressa nessa frase, demonstra o quanto ela se realiza no que faz. Além do gosto que ela foi tomando pela atividade advinda também do retorno financeiro obtido na negociação do produto com o pessoal de Pernambuco, vejo que a chegada de um companheiro com quem pôde compartilhar o trabalho, foi um fator importante para dar prosseguimento aos seus projetos de vida. Ele que também é pescador e que naquele momento não tinha outra forma de sobreviver que não fosse através pescaria, já que não havia demanda de serviços no Porto de Cabedelo. Sobre essa parceria ela conta:

quando a gente saia de casa pra pescar ia nós dois pescar marisco, agora quando assim eu não podia ir , tinha algo ou caso tava menstruada e não dava pra ir de jeito nenhum, aí ele arranjava assim com vizinho, colega e ia pescar uma proa de canoa, assim, com se chama-se parêlha, são duas canoas junta, cada um com uma rede para

fazer, cercar, fazer um cerco pra pegar o peixe, aí arranjava uma parêlha e ia pescar, mas quando a gente sai de casa pra pescar nós dois, é nos dois, pro marisco é nos dois, a gente pode até ganhar peixe como muitas vezes aconteceu, mas de a gente pescar, um sai pra pescar e o outro sai pro marisco, é muito raro acontecer isso. (ANA DARC)

O tipo de pesca mencionado na fala de Ana Darc, é a pesca de cerco, aquela em que os barcos se colocam em pontos estratégicos para lançar a rede formando um grande círculo, no qual os peixes ficaram encurralados. Vejo que essa alternativa de pesca só se efetiva na impossibilidade da presença de Ana Darc para o trabalho nos mariscos, corroborando com a o entendimento da predominância de mulheres na atividade da mariscagem.

Ainda sobre a época em que começou, ela relata: “assim quando eu comecei realmente, antes a gente tinha uma visão super escura, eu tinha uma visão super escura, né? Porque, assim, pescar marisco não tinha como uma profissão, naquela época a gente não tinha como uma profissão, né?”. A fala de Ana Darc traz elementos que explicam a posição da mulher no contexto da pesca e suas consequências. Não admitir o trabalho na maré como uma profissão é uma postura que vem de longas datas e que tem trazido muitas perdas para as mulheres no que se refere aos seus direitos de pescadora. A visão escura, para Ana Darc, não permitia às mulheres visualizarem sua atividade de trabalho como profissão. Contudo, vejo manifestar-se hoje uma tomada de consciência quando escuto um depoimento como este, dizendo: “a gente não tinha como uma profissão”, o que, para mim, quis dizer a existência de um novo olhar sobre o trabalho na maré, pela expressão “não tinha”. Hoje ela diz: “eu sou pescadora, minha profissão é a pesca”. Essa avaliação pôde ser constatada também nas falas de algumas marisqueiras da Ribeira através de depoimentos que consideram sua atividade na catação como trabalho, a exemplo de Elizete supracitada. Noto também uma mudança no uso tempo verbal, que reflete olhares distintos de si no processo de compreensão da atividade econômica que praticam.

Por volta do ano de 2003, Ana Darc entrou no Movimento de Articulação Nacional das Pescadoras e relata:

fui convidada através do presidente da colônia pra participar do encontro municipal, aí do municipal foi selecionada algumas pessoas, algumas mulheres, parece que foi três mulheres ou foi quatro pra o estadual, aí do estadual foi selecionada uma pra I Conferencia de Aquicultura e Pesca em Brasília, aí daí soltei as cordas. (ANA DARC)

A indicação de Ana Darc representou, para ela, um ponto de partida para a conscientização da importância de seu envolvimento nas questões relativas à defesa dos direitos de sua categoria, levando-a a sentir-se motivada, cada vez mais, a participar desse tipo de organização política. Por isso, ela afirma que desse encontro em diante soltou as cordas.

A I Conferência foi uma iniciativa do governo federal através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), realizada em Brasília no ano de 2004 e representou uma importante abertura de espaço para a categoria de pescadora que por muitos anos parecia presa dentro da sua realidade. Nela, havia representações de mulheres pescadoras de vários estados brasileiros que traziam suas demandas tanto com relação à pesca como aos outros aspectos presentes no dia-a-dia de suas vidas. Nesse encontro, várias propostas foram feitas, mas nenhuma saiu do papel. Então, em 2005 resolveram fundar a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), com o objetivo de fortalecer as propostas e concretizá-las. Ana Darc fala um pouco de sua experiência:

a principio fui né 2003, foi em 2004, em 2004 eu fui pra esse encontro em Brasília I Conferencia de Aquicultura e Pesca que quem apoiava era a SEAP na época, aí pronto foi e voltou e pronto se calamos ali morreu, né? A documentação todo requerimento que foi feito né? Entregava o presidente da colônia e pronto. Ai você, assim, eu me vi naquela época, você foi como laranja, me senti na época assim, você vai como laranja,

você se apresenta como pescadora tá lá uma pescadora, mulher pescadora, aí pronto e todo esse requerimento que foram feito, aí que a gente pediu, tudo que a gente pediu as documentação chegava mostrei pra ele, ficou, pronto.

O sentimento de decepção trazido nas palavras de Ana Darc é reflexo da sensação de ter ido participar de um evento tão relevante para a categoria, só para constar que naquele encontro havia uma representação feminina da pesca na Paraíba, sem haver nenhum compromisso das colônias com relação ao que estava sendo proposto com aquela iniciativa da SEAP. Ela relata ainda,

ai depois de alguns meses, depois de uns dois meses eu recebi um convite da Pastoral da Pesca de Recife pra participar do Encontro de Mulheres Pescadora a nível estadual. Porque aqui na Paraíba, [...] era pra ir quarenta mulheres, foram vinte mulheres, [...] aí, assim, o pessoal da pastoral conseguiu essas representantes [representações] de colônia que na época foram pro encontro, aí a gente se reuniu em Acaú, na praia de Acaú, aí pronto, aí já na época, a menina lá de Acaú, a presidente lá de Acaú, da Associação das Marisqueiras, ela ficou como primeira representante da Paraíba e eu fiquei como segunda, aí depois de alguns anos ela se afastou-se, aí eu fiquei como primeira. Mas assim, [...] ficamos não mais pelo apoio do governo, já pela Pastoral, ai quando tinha encontro, reunião assim de mulheres, encontro de mulheres aqui na Paraíba, em outros estados, a gente se reunia mais lá em Pernambuco. Aí tinha os encontro regional, encontro nacional, ai depois eu já fiquei já como coordenadora da articulação de mulheres a nível nacional, depois ai surgiu

um outro movimento dentro do movimento da articulação das mulheres, surgiu um novo movimento de pescador e pescadora ai fiquei como coordenadora e, assim, por lutar muito, querer apoio, que, assim, vivia na vida de maré, meu marido trabalhando, os filhos crescendo e a gente queria, assim, não tinha. Assim, a população em si já não fica muito disponível, não dá muita credibilidade e quando você busca apoio também, também você não tem. [...] Aí eu me afastei, porque também adoeci. (ANA DARC)

No relato de Ana Darc, vejo que a Pastoral da Pesca de Recife tem sido uma instituição muito importante nesse movimento de articulação das pescadoras, não só no estado Pernambuco, mas também na Paraíba, procurando envolver as mulheres no processo de defesa dos seus direitos. Como podemos ver no seu relato, a trajetória de Ana Darc dentro do movimento lhe possibilitou a conquista de posições de destaque pelo seu engajamento, mas trouxe também um sentimento de desânimo que levou ao seu afastamento. Isso decorreu tanto da falta de apoio, que ela quer dizer incentivo financeiro por parte dos órgãos competentes para viabilizar sua participação nos eventos, uma vez que ela vive da maré e não tem condições de tirar do seu sustento para financiar suas viagens; quanto da falta de interesse da comunidade, que não se insere nos eventos de discussões sobre a temática da pesca feminina, contribuindo para o crescimento da articulação das pescadoras no estado da Paraíba. Ana Darc participou desse movimento de 2003 até 2012.

Contudo, ela fala hoje da sua vontade de retornar, dizendo: “[...] quando a gente se acostuma, a gente tem sede”. Nisso, demonstra o quanto foi importante sua experiência, ao ponto de sentir necessidade de voltar. Ela conta:

ah, pra mim foi rico, foi muito bom, foi muito, assim, é uma coisa, conhecimento é uma coisa que você não tem palavra para explicar a emoção, quando você participa, quando você tem conhecimento. Assim meus

filho dizia: “você tá ganhando o que com isso?” Dizia conhecimento, agora conhecimento é poucas pessoas vê isso, não é só o espírito de passear, de ver novas caras não, de você ter conhecimento dos seus direitos dos seus deveres e, assim, pra mim foi super rico até hoje tá servindo muito, mas infelizmente eu me sinto assim de mãos travadas e pés também.(ANA DARC)

O travamento citado por Ana Darc está diretamente relacionado à falta de apoio mencionado anteriormente, e quanto ao conhecimento, noto aqui que a ênfase dada a este significa a aquisição de crescimento pessoal e profissional, que pode permitir uma visualização mais alargada acerca da realidade. Nesse entendimento, o conhecimento dos direitos e deveres foi de grande importância para a sua postura reivindicatória que deseja disseminar na categoria para que ela não continue alheia às suas garantias. E o motivo pelo qual ela busca o envolvimento das marisqueiras da Ribeiras é proporcionar a elas o conhecimento do qual teve oportunidade. Ana Darc diz:

eu via que as meninas da Ribeira tava tão junto, tão perto de mim e não tinha conhecimento, não tinha desenvolvimento, tava lá na croa, elas vendia, na época elas vendia marisco muito barato, bastante barato. [...] elas não tinha conhecimento, não tinha direito a nada, não sabia de nada.

Para Ana Darc, o conhecimento seria o caminho pelo qual as mulheres da Ribeira tomariam consciência do valor do seu trabalho e dos seus direitos enquanto pescadora. Elas vendiam os mariscos por um valor muito baixo a um atravessador, não percebendo o quanto estavam sendo explorada nessa relação comercial.

Ao discorrer brevemente sobre a trajetória de cada marisqueira, posso dizer de forma resumida que elas são donas de casa, algumas são jovens, outras idosas, solteiras, casadas, viúvas, mães, avós, que trabalham horas na lama expostas ao calor e ao sol como forma de garantir a sua subsistência e a de sua família. A sua rotina diária divide-

se entre as atividades domésticas, os cuidados com a família e o trabalho nas croas. O seu cotidiano é constituído, portanto, em atividades produtivas e reprodutivas. Nas palavras de Lisboa, Lusa e Sebastião (2011, p. 56),

as atividades produtivas são aquelas que geram diretamente um ingresso, seja de produtos em espécie, seja monetário: comercialização de alimentos ou trabalho assalariado. [...] e as reprodutivas são aquelas que contribuem para manutenção e reprodução da força de trabalho, também denominadas de atividades domésticas.

Todos os dias as mulheres intercalam as atividades domésticas com as atividades de trabalho, que são organizadas de acordo com a tábua das marés. Posso até dizer que é a maré que guia a vida dessas pessoas, uma vez que todas as outras atividades devem se adequar a ela. Sobre sua rotina diária Cida e Ana Darc relatam:

se eu sair às oito horas pras nove horas, eu já deixo tudo pronto, o almoço sabe? Porque quando chegar só é trazer o marisco, tomar um banho, almoçar e tirar marisco, que às vezes a gente tira no mesmo dia e às vezes não dá tempo, tira no outro dia, as vezes a gente quando terminar de tirar, almoça e vai de novo buscar e quando é assim logo cedo [se referindo a maré], cinco, seis horas a gente não faz nada não, só é se acordar, escovar os dente, tomar um cafezinho e ir pra maré (CIDA)

se a maré for de manhã, digamos que eu for ter que sair de seis horas, ou eu faço de noite ou eu faço de madrugada antes de sair [se referindo ao almoço]. Também vamos pra maré de tarde, saímos depois do almoço, vai sair depois do almoço aí tem que varrer a

casa, tem que lavar a louça, tem que fazer tudo, o que tiver de fazer, faz de manhã pra ter que sair de casa de uma hora e voltar de cinco, cinco e meia. (ANA DARC)

Considero a maré aqui, como o lugar em que as mulheres se encontram conduzidas por um objetivo maior que é a necessidade de sobrevivência. Nesse local, constroem laços de amizade, que se estendem do trabalho a vida pessoal, compartilham o espaço e constituem sua identidade de marisqueira, pescadora ou pescadeira.

2.4 Marisqueira, pescadora, pescadeira: discutindo a questão da identidade

De acordo com Hall (2003, p. 71), “[...] a identidade está profundamente envolvida no processo de representação”, que se expressa através da linguagem, apresentando os significados produzidos sobre a semelhança e a diferença. Para o autor, “o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 2003, p. 41), uma vez que a multiplicidade de significações e de representações culturais disponibilizam uma variedade de identidades com uma das quais o indivíduo pode se identificar por um tempo.

Conforme Hall (2003) a identidade não pode ser compreendida como algo que é estático, acabado e único. Para o autor “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2003, p.13). Ela consiste em uma construção que nos acompanha desde o nascimento e vai se modificando através do tempo conforme o espaço, por isso prefere falar de identificação, na medida em que representa um processo que está em andamento, sempre sendo formada, nunca acabada, sempre adaptada, reapropriada, dinâmica, fazendo sentido com o tempo presente para atender a uma ordem projetada para e pelos sujeitos.

No universo da mariscagem, um aspecto que chama a atenção é a forma como as mulheres se reconhecem nessa atividade pesqueira, podendo ser marisqueira, pescadora ou pescadeira. Algumas mulheres se intitulam como marisqueiras, outras como pescadoras ou pescadeiras. Edite coloca com ênfase que sua profissão é pescadeira. Para ela, pescadeira é pescadora.

Para algumas mulheres, não existe diferença entre marisqueira e pescadora. Anunciada diz: “porque você num vai pra maré, você vai pescar, você num pesca marisco, pesca sururu, pesca ostra, pesca siri”. Nessa representação, é o espaço que dá significado as ações, identificando-as como atividades de pesca, o que se vai fazer na maré é pescar. Sobre isso Marta coloca: “Se for marisqueira sempre é pescadora”. Eu complemento ainda que isso ocorre projetando uma compreensão ao que essas mulheres falam, que ser marisqueiras é uma atividade da pesca.

No entanto, para Janete: “[...] marisqueira ela mexe com marisco e pesca mexe com a rede”. Essa última concepção é complementada na fala de Janiele quando ela afirma em um momento de sua fala que é “marisqueira, pescadora não”, e explica: “porque eu vou pegar mais marisco do que pescar peixe essas coisas”. Porém em outro momento, ela deixa transparecer certa dúvida com relação à atividade de marisqueira e de pescadora, quando ressalta: “tudo num é pesca”, Se tudo é pesca, então por que ela se considera marisqueira e não pescadora? Certamente, seria pescadora se pescasse peixe, de acordo com o seu pensamento. Desta forma, percebo que para ela a identidade está diretamente relacionada ao tipo de pescado que irá capturar, marisqueira por catar marisco e pescadora por pescar peixe, embora todas essas ações estejam inseridas no ramo da pesca. Com base nas afirmativas de Janete e Janiele, constato que a identidade muda de acordo com a prática que exerce.

Nesse processo, a identidade vai se constituindo fazendo referência a outra que apresenta características diferentes, daí o seu caráter relacional. Para Woodward (2000, p. 9) “a identidade é relacional, [...], depende de outra fora dela, [...] de uma identidade que não é”. “A identidade é, assim, marcada pela diferença.” O que podemos dizer que a identidade é constituída na existência dos outros.

A negação da atividade da mariscagem como pesca, reside nas diferenças observadas na sua realização que classificam as identidades. Para Sheila, a diferença consiste no esforço que é dispendido no processo da mariscagem. “[...] é mais cansativo, mais trabalhoso também [...] dá mais trabalho pegar marisco, porque assim é mais pesado”. Na visão de Sheila o trabalho no marisco é tão árduo que ela não consegue fazer ligação com a pesca que considera menos desgastante. Há uma classificação que poderemos dizer que diferencia

os que trabalham no serviço pesado, árduo sofrido de quem trabalha no serviço leve.

Nessa mesma linha de pensamento, com relação à atividade, Elizete destaca: “não, eu acho que é diferente porque, assim, em minha opinião, o marisco dá mais trabalho do que a pesca porque a pesca você vai ali à rede pega peixe e o marisco não”. Porém, continuando seu discurso, diz: “marisqueira também eu acho que é pesca, só que a diferença que eu acho é que a marisqueira tem mais trabalho que o pescador, dá mais trabalho, a marisqueira trabalha em dobro que o pescador” (ELIZETE). Desta forma, apesar de Elizete considerar que a atividade de marisqueira é atividade de pesca, parece-me que é a quantidade de trabalho que vai gerar processos de identificação, se marisqueira trabalha mais que o pescador, então é marisqueira porque sua atividade requer mais esforço que a do pescador. Aqui chamo atenção para o vocábulo pescador, utilizada no masculino. Percebo que o emprego dessa palavra está diretamente ligado ao pensamento de que o universo da pesca é de homens, quando eles pescam mais de rede porque dá menos trabalho, então é pescador ou pescadora quem pesca de rede.

Na perspectiva de Edite, marisqueira é pescadora, o que diferencia os ofícios é a técnica utilizada na captura do pescado, que envolve o instrumento e o modo de fazer, ela diz:

é, porque a pesca, porque você com a rede né? Com aquelas rede que tá ali, olha!, ó ali os moi de rede acolá! eu tenho elas. [...] alí são as rede de linha, ali tem sauneira e taineira²², aí o quê? O marisco que a gente coisa com a mão e ali a gente vai soltar na água pra esperar o peixe maiá²³ acolá né? Ela vai andar pra pegar o peixe”.(EDITE)

²² Sauneira e taineira, são redes de pescar. Sauneira de pescar sauna, que é um peixe semelhante a tainha; e a taineira de pescar a tainha propriamente dita.

²³ As redes utilizadas por Edite são do tipo de redes de emalhar, nas quais, após serem lançadas sobre as águas do Rio, os peixes ficam presos nas suas malhas. Por isso a sua expressão “vai soltar na água a espera do peixe maiá acolá, né?”

No momento da entrevista, Edite fez questão de mostrar seus apetrechos de pesca com a expressão “ó alí os moi de rede acolá”, ela mostrava a grande quantidade de rede que adquiria, especificando todas elas como forma de confirmar a sua atividade e reforçar a sua identidade de pescadora, “de pescadora de verdade”, uma vez que em outro momento, destacado na sessão anterior, falou da existência de pescadoras só no nome. Segundo Silva (2004, p. 82)

a identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora.

Semelhante a Edite, Cida também se identifica como pescadora pela utilização de instrumentos que são utilizados na captura de peixe e coloca a sua opinião acerca das atividades de marisqueira e pescadora: “acho que é a mesma coisa porque né? Porque às vezes a gente vai pro marisco, às vezes quando num vai pro marisco, vou pra rede mais meu marido, pesco na rede, na taineira, caçoeira²⁴, eu pesco mais ele” (CIDA). Percebo que majoritariamente a identificação de pescadora está mais no fato de também pescarem de rede do que no reconhecimento da catação de mariscos como atividade de pesca.

No depoimento de Elizete, ela diz: “a gente não só trabalha só em marisco como marisqueira, a gente também trabalha como marisqueira, mas a gente pesca quando tem”. Aqui, vejo que as mulheres se consideram marisqueiras e/ou pescadoras, dependendo da prática que irão realizar, como se a primeira se mostrasse, na sua natureza, diferente da segunda.

Na Lei 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, no Art. 2, inciso III, a pesca é definida como “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”. Desta forma, a catação, por ser uma atividade que se desenvolve através do processo de extração de mariscos, é definida como uma ação que corresponde à pesca. Neste sentido, não há

²⁴ É uma rede de pesca de fundo utilizada especialmente na captura de lagosta.

diferença entre as atividades. Ana Darc ressalta: “[...] dentro da pesca, da minha profissão, tenho várias atividades, como marisqueira, pesco... aí vem o marisco, a ostra, pesco camarão de rede, assim, aí tudo... essas três atividades tá dentro da pesca”. Por isso, ela não demonstra dúvida quando diz que é pescadora.

A separação existente entre mariscagem e pesca, a meu ver, está no cerne na discussão que envolve o reconhecimento profissional da atividade da catação, embora não seja algo claramente percebido pelas mulheres. Neste sentido, o processo de identificação exerce um papel crucial, dado que é a forma como se identificam que vai demonstrar a concepção que têm de sua participação em uma atividade, enquanto categoria profissional.

Neste contexto, cada uma desenvolve habilidades e adota a tecnologia que considera apropriada, para desenvolver seu trabalho da forma como acredita ser melhor tanto para si, como para o meio ambiente.

3. GÊNERO, PESCA ARTESANAL E TRABALHO: DISCUTINDO O UNIVERSO DA MARISCAGEM

Este capítulo se desenvolve em torno do universo de trabalho das marisqueiras. Nele, busco, no primeiro momento, descrever o processo de trabalho da catação de mariscos, suas etapas e modos de fazer a partir das narrativas das mulheres e da minha observação. O objetivo é conhecer a realidade do trabalho das mulheres, suas representações acerca do desenvolvimento da mariscagem, bem como a manifestação de gênero nesse processo. Diante disso, procuro refletir posteriormente sobre a divisão sexual do trabalho fazendo conexão com a pesca artesanal. Em seguida, trago a discussão sobre a relação espaço e tempo, contextualizando as modificações ocorridas no espaço de trabalho de homens e mulheres dessa cadeia produtiva, através do tempo histórico, e trazendo o tempo ecológico para destacar a influência deste na dinâmica de vida e de trabalho das mulheres marisqueiras da Ribeira.

3.1 O processo da catação de mariscos: entre “sacrifício” e “divertição”

A catação de mariscos compreende um processo de trabalho que se estabelece na relação do ser humano com a natureza, em que a técnica, de acordo com Santos (2006), exerce um papel fundamental. Para o autor, a técnica é a principal forma de relação do homem/mulher com o seu meio, a natureza. Segundo Santos (2006, p.16), ela se constitui em “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Nesse contexto, temos a união da técnica e do trabalho com a natureza.

Nesse processo, os catadores e as catadoras integram uma cultura, desenvolvendo saberes e habilidades sobre o ambiente e sobre a execução da sua atividade que são reproduzidos e que se modificam com o passar do tempo. A perspectiva é o aprimoramento do exercício da atividade e, conseqüentemente, a melhoria dos resultados obtidos na sua consecução.

De acordo com Marx (1974), o processo de trabalho é constituído, nos momentos mais simples, da atividade, do objeto e do meio. Segundo o autor (MARX, 1974), a atividade é o próprio trabalho que se realiza direcionado a um objetivo. Como objeto, ele diz:

todas as coisas que o trabalho apenas destaca da sua conexão imediata com o todo terrestre são por natureza objectos de trabalho que se lhe apresentam. Assim sucede com o peixe que é separado, capturado do seu elemento de vida, a água; com a madeira que é cortada na floresta virgem; com o minério que é extraído do seu filão. (MARX, 1974, *on line*)

São considerados objetos porque não sofreram previamente nenhuma intervenção da ação humana. Caso isso tenha ocorrido, de acordo com o autor, eles passam de objetos para matérias-primas. Já meio de trabalho, o autor afirma que este corresponde a uma coisa ou um conjunto de coisas através das quais o indivíduo se apodera para atuar sobre objeto. Sob essa perspectiva, no processo da catação, temos a extração que é a atividade; o marisco que é considerado como objeto; e os instrumentos que são os meios utilizados na realização da atividade.

Segundo Marx (1974), os instrumentos de trabalho são muito importantes para distinguir uma época econômica de outra. Santos (2006) diz que em cada momento da história, o trabalho é realizado com a utilização de um conjunto de técnicas que se apresentam distintas de um momento para o outro. Deste modo, podemos inferir que “as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas” (SANTOS, 2006, p. 115). Por isso, dizemos que as técnicas são historicamente determinadas.

No trabalho, as técnicas auxiliam na união entre espaço e tempo. De acordo com Santos (2006, p.34), “o espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão”. Tudo isso envolvendo a questão do tempo. “O tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação”. Nesse sentido, as técnicas que estão contidas no espaço são também medidas de tempo.

O processo da catação de mariscos realizado nas croas do Rio Paraíba do Norte é composto por três etapas: a da captura, do beneficiamento e da comercialização. São etapas constituídas de várias formas de fazer, isto é, de várias técnicas, que se estendem ao longo do dia e que, às vezes, necessitam de mais de um dia para a sua conclusão. Por ser uma ação que se realiza na interface homem/mulher e natureza, os fenômenos ambientais são determinantes para a sua organização.

3.1.1 Da captura

Quando a maré está começando a baixar, seja no horário da manhã ou da tarde, Edite, assim como as outras marisqueiras, se prepara para mais um dia de trabalho. Sobre esse momento, ela diz: “eu, visto uma camisa de manga comprida, uma calça comprida”. Agora é o momento de pegar a canoa e seguir para a croa.

Figura 17: Fotografia de Edite trabalhando em uma das croas do Rio Paraíba do Norte



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013)

Nessa imagem vemos Edite em mais um dia de trabalho em uma croa próxima a Ilha da Restinga. A maré já está baixa o suficiente para iniciar o processo de catação, a qual realiza com o auxílio de uma pá. Nesse dia de verão de 2013, ela estava acompanhada de duas amigas de profissão. Uma delas podemos ver no canto superior esquerdo da fotografia, a outra está mais distante, realizando o mesmo processo com o uso do ciscador, por isso não aparece na imagem.

Segundo as marisqueiras, muitas vezes, elas saem de casa ainda pela madrugada, enfrentando frio, calor e fome. Nas croas elas passam um tempo de aproximadamente quatro horas. Esse é o intervalo de tempo em que a maré baixa, permitindo a coleta, e depois começa a encher, quando, então, se organizam para retornar.

Diferentes formas de realizar o processo de catação de mariscos podem ser observadas entre as marisqueiras. Algumas realizam a extração do molusco utilizando um ancinho, nomeado por elas como ciscador, ou uma pá. Sobre isso elas relatam:

hoje a gente tira já com a pá, com o ciscador
(EDITE)

puxa com ciscador, pega com a pá e
balança.(ALESSANDRA)

logo no começo era com a mão, mas depois
aí ficamos tirando com a pá, na pá puxando
com a caixa, botando dentro da caixa e
puxando pra trazer pra dentro d'água pra
gente pra lavar e botar dentro do barco
(CIDA)

Catar mariscos com o uso dessas ferramentas é considerado vantajoso para essas marisqueiras, uma vez que proporciona aumento da produtividade e agilidade no processo. A mudança da técnica para essas marisqueiras representou um avanço para a execução de sua atividade. Edite diz:

o negócio do marisco? Quer dizer que ele aumentou o marisco né? Porque já era mais pouco a gente tirava na mão né? Era catando, a gente tirava uns baldinho branco, assim, a gente tira dois baldinho, três, tirava na mão. Hoje não, hoje a gente tira já com a pá, com o ciscador, com as caixas, já é uma vantagem né? Pra gente.

Para Edite, o negócio do marisco que ela se refere, quer dizer a questão do marisco, a expressão não está ligada a uma forma de empreendedorismo. Ela diz que antigamente, quando tirava com a mão, isso há uns vinte anos atrás, a sua produção era quinze ou dezesseis quilos por semana, e hoje, ela ressalta com satisfação: “hoje, oh, meu Deus! Tiro até trinta quilos numa semana.” Na comparação com suas amigas, destaca: “tem gente que tira menos né? Ali mesmo tem, ali embaixo em Josa, eu tiro dez, doze quilos e ela tira seis, mas por quê? Eu trabalho com a pá e o ciscador e ela trabalha mais na mão” (EDITE). Desta forma, o instrumento utilizado por Edite a permite que no mesmo período de tempo de execução da atividade, ela aumente sua produção e, conseqüentemente, a renda obtida por meio dessa, razão da satisfação demonstrada nas suas palavras.

Cida concorda com Edite dizendo: “de primeiro, na mão, tirava um baldim, dois, aí não dava pra quase nada e agora não, nós tira duas, três caixa, pronto, já vende e deixa pra comer” (CIDA). Os baldes a que Cida faz referência como “baldim”, são recipientes pequenos, mas adequado para a quantidade de mariscos coletados com as mãos, aproximadamente três quilos, diferentemente das caixas de tamanho 36x55,5x31cm que têm capacidade para grandes quantidades de mariscos coletados, em torno de cinquenta quilos.

Para essas marisqueiras a produção aumentou significativamente com a utilização da pá. Talvez, por isso, acreditem que hoje tem mais mariscos que antigamente. Do tempo passado, quando começou na mariscagem pra hoje, Cida fala: “agora eu acho que seja mais melhor viu?”. Além disso, a rapidez com que a ação é executada, nessa forma de catar, também contribui para a diferença da quantidade de mariscos capturados. “Com a pá é mais ligeiro também, né? Que a pessoa tira e fica mais ligeiro” (CIDA).

Alessandra também encontra vantagem nessa forma de catar, ela diz: “a gente tinha que ser no dedo mesmo, puxar marisco por marisco, aí a dificuldade era maior”, para ela antes era mais trabalhoso.

Com utilização do ancinho/ciscador ou da pá, elas vão formando uma espécie de pequenos montes de areia por quase toda a croa, juntando os mariscos que estão espalhados na superfície do terreno com os que estão enterrados. Em virtude do terreno areno-lodoso, esse trabalho demanda força física para cavar e puxar certa quantidade de areia que seja satisfatória para juntar.

Figura 18: Fotografia da extração do marisco com o ciscador (ancinho)



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013)

Nessa imagem temos uma mulher extraindo os mariscos com o ciscador, ela é D. Margarida que, na época (janeiro de 2013), tinha 61 anos e todos os dias exercia a sua atividade de trabalho. Ao fundo podemos ver os pequenos montes de areia com mariscos que as mulheres formam com o auxílio do ciscador ou da pá. Os pontinhos brancos que vemos na superfície do terreno são os mariscos que se apresentam de tamanhos variados

Quando a maré está começando a encher, elas colocam os montes, um de cada vez, em um puçá, e lavam na água para tirar a areia e não permitir que os mariscos pequenos que ainda estão se desenvolvendo sejam levados. Segundo elas, essa primeira forma de lavar os mariscos permite que os pequenos sobrevivam, garantindo assim a sua evolução. Depois disso, colocam todos em uma caixa para serem transportados. Cada caixa com cinquenta quilogramas de mariscos corresponde, depois de despoldado - retirado o corpo mole de dentro da casca – aproximadamente, a quatro/cinco quilogramas. Para elas, essa quantidade significa que o dia foi rendoso.

Figura 19: Fotografias do processo de lavagem dos mariscos



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013)

Vemos na imagem do canto esquerdo em cima, o momento em que a marisqueira está colocando um dos montes de areia no puçá para realizar a primeira lavagem que é feita dentro da água, mergulhando o puçá até a borda, como podemos visualizar na imagem do canto direito. Depois balançam lentamente como se estivesse peneirando para que a terra e os mariscos pequenos passem pela malha.

Outra forma de catar mariscos é unicamente com as mãos. Elas catam um a um, escolhendo bem para não levarem os ainda pequenos. Para elas, essa é a forma mais correta de preservar a natureza e a

reprodução da espécie, embora não garanta uma produção elevada como a forma descrita anteriormente, pois precisam de muitas horas para encher uma única caixa.

Figura 20: Fotografias do processo de catação de mariscos com as mãos



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013)

Na primeira imagem, da figura 20, localizada no canto esquerdo em cima, temos as mulheres abaixadas ao longo da croa realizando o processo de catação com as mãos, ao lado de cada uma delas, vemos um recipiente no qual depositam os mariscos selecionados. Na imagem do canto direito, a visualização da catação com as mãos se apresenta mais nítida e aproveito para destacar o detalhe das unhas pintadas, representando a vaidade feminina que desmistifica a ideia de que se conhece as marisqueiras pelas unhas. E no canto esquerdo em baixo, vemos o momento da lavagem dos mariscos.

Nessa forma de trabalho, após a extração, transportam os mariscos selecionados para uma caixa e fazem a primeira lavagem. Aqui elas não utilizam o puçá, a caixa serve como peneira e o objetivo é retirar o excesso de areia. Devido ao trabalho minucioso, a produção se apresenta reduzida se comparada à quantidade extraída com a pá ou com ciscador, uma vez que o intervalo de tempo entre a maré baixa e alta, não permite um período mais prolongado na atividade. Das marisqueiras entrevistadas, sete delas utilizam as mãos na sua prática. Sobre isso elas comentam:

eu gosto mais de catar com a mão, é, não gosto de usar a pá não, porque também na minha opinião, estraga muito o marisco, vem muito marisco novo, aí as vezes a gente vai pra maré os marisco tão tudo morto. Porque? O povo tira muito de pá, fica assim com o ciscador, aí pega todo tipo de marisco até os novo trás, aí eu mesmo não gosto não, eu gosto mais de catar com a mão. (ELIZETE)

cato mais com a mão [...]porque assim com a pá a gente pega tudo, pequeno, grande, e com a mão não, a gente seleciona né? (SHEILA)

eu gosto mais de catar assim sempre mais com a mão, porque com a pá que vem muitos novinho, uma vez eu fui mais minha irmã e a gente joguemo depois de balançado um balde e meio de marisquinho tudo novinho, e aquele marisco que quando a gente abala se a

gente for trazer ele vai morrer em casa, então a mais tarde vai fazer falta pra gente, eu entendo isso, né? Não sei os outros, né?
(MARTA)

As falas de Elizete, Sheila e Marta demonstram a preocupação com a retirada dos mariscos que estão em fase de crescimento, pelo fato de poder comprometer a produtividade futura do seu trabalho. Marta comprova isso exemplificando com a sua experiência, quando na retirada com a pá, muitos mariscos novos (pequenos) foram capturados e, conseqüentemente, excluídos no processo de beneficiamento. Para Marta, o problema da catação com o ciscador ou com a pá é o pouco controle sobre os mariscos novos. Desta forma, a seleção feita no momento da catação, torna-se, para elas, fundamental para não ocorrer desperdício, já que no local da catação os mariscos novos são devolvidos à natureza. O curioso é que tanto a mãe de Elizete quanto a de Marta catam com a pá e acreditam também que sua técnica não compromete a sobrevivência dos mais novos. Existe uma diferença entre mães e filhas na forma de extraírem os mariscos, mas isso não compromete a relação entre elas no trabalho. Percebo com isso, a existência de autonomia entre elas para escolherem a forma que consideram conveniente, mesmo estando, em alguns momentos, dividindo o mesmo espaço para a catação.

Para Janiele e Marileide outras razões se apresentam para o seu modo de realizar a mariscagem. Elas dizem:

eu, é com as mãos porque eu não tenho tanta força pra tá tirando com pá, pá é mais pra homem ou senão mulher que já tenha aquele costume mesmo de tirar com pá, mas eu tiro mais com as mãos mesmo.(JANIELE)

com a mão, porque com a pá, vige maria! É muito pesado pra pessoa tirar na pá.
(MARILEIDE)

Nesse sentido, o peso está no centro de suas observações. Para elas é preciso força física para executar, algo que segundo Janiele é próprio dos homens ou de mulheres que sejam acostumadas.

Anunciada, depois de algum tempo também adotou essa técnica e explica:

agora mesmo eu tô catando só com a mão, mas eu catava com a pá, tirava com a pá, colocava na caixa e puxava pra lavar, mas agora mesmo eu não tô aguentando mais com a minha coluna puxar a caixa, aí eu tiro com a mão, aí coloco na caixa ai aonde eu tiver catando eu já dou uma lavada pra depois lavar pra botar na caixa.

Na sua fala o peso também é fator preponderante, e em virtude da fragilidade de sua coluna vertebral, ela prefere utilizar as mãos. O destaque para sua fala foi pelo fato de já ter experimentado as duas situações. Percebo que as duas formas de catar demandam força física, seja no momento da catação, propriamente dita, da lavagem ou de transportar o produto; e que a posição de realizá-la constitui-se em uma das causas dos problemas de saúde enfrentados pelas mulheres que exercem essa atividade.

Outra técnica observada na mariscagem foi a colher de pedreiro. Ana Darc ressalta que embora utilize a colher de pedreiro, o instrumento mais utilizado por ela e sua mãe é a colher de cozinha. Ela relata:

a forma que eu, mainha, né, tira, é a forma que a gente tinha lá em Pernambuco, que lá na época a gente não via esse pessoal pegando de ciscador, pegando de pá, aí a gente pegava assim, lá a gente chama aspa, fazer uma aspazinha, aqui já que a aspa era difícil, porque a aspa se fazia assim, não sei se você conhece aqueles pegador de brasa, aí as mulheres lá abrem aquele pegador de brasa que é tipo como fosse de ferro né? Elas abrem e fazem a aspa pra cavar, e aqui já que. Mainha passou um dias ainda comprava os pegador, mas também é difícil de se achar, aí ela começou a pegar com a colher, aí pronto, a gente pegava a colher grande aquela

de pegar arroz, de preferência. Aí pegar com a colher é bem mais fácil.

Figura 21: Fotografia da extração do marisco com colher de pedreiro



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013)

Na imagem representada pela figura 21, a marisqueira, Ana Darc, utiliza tanto a colher de pedreiro, quanto as mãos. A colher extrai da terra os mariscos e as mãos examinam um por um, selecionando os mais velhos. A seu lado vemos um cesto onde coloca os mariscos para depois lavar.

A técnica da colher de cozinha já tem algumas adesões. Segundo Ana, as marisqueiras de Forte Velho já se contaminaram com sua invenção. Ela diz: “hoje em dia quando a gente vai, as meninas aí de Forte Velho, antigamente elas sofriam com o dedo tirando na mão, pegava uma quenga, a gente via elas raspando com a quenga, hoje em dia não, onde você chega elas tão lá com a colherzinha também, contaminamos” (ANA DARC). Além da facilidade destacada na fala de

Ana Darc, ela também expõe o seu pensamento com relação ao uso do ciscador, ela diz:

eu mesma né? Assim, o ciscador ele puxa muito, ele puxa muito pelo físico né? Você aí tem que pegar o puçá né? E puxar o marisco pra dentro do puçá, só que a coluna não dá, a minha coluna não aguenta e assim, no caso da preservação também hoje eu vejo muito assim o lado da preservação, você quando puxa com o ciscador, você puxa tudo, vem aqueles abertos, vem os grande e vem os pequenos e com a colher você vai tirando aquela primeira camada da areia e ali já dá pra você ir distribuir marisco grande, marisco pequeno, e assim você tá mais próximo, você tá agachada lá, você já vai selecionando, se não dá, você já vai pra outro canto e com o ciscador não. Uma, ciscador, você tira mais quando tá com água né? Com água, aí você bota lá o puçá, prende nas pernas, você não tá vendo nem os tamanho lá, com os pés você sente que tem, aí você vai ficar botando ali aquela porção pra dentro do ciscador, aí não tem como você distinguir se tá grande, se tá pequeno, só depois que você tira aquele montão, quando tira aquele montão, aí muitos não tem capacidade de jogar, porque tá pequeno, não, vou jogar fora porque tá pequeno, não, tá pequeno, vai assim mesmo. (ANA DARC)

Para Ana Darc o esforço físico exigido na coleta com ciscador traz vários agravantes, além do prejuízo à coluna vertebral, como foi mencionado também por Anunciada, ela destaca de forma expressa um aspecto muito importante, que é a preservação da espécie, também ressaltado, em outras palavras, por Elizete, Sheila e Marta. E denuncia a existência de pessoas que ainda não se conscientizaram do seu papel na conservação do produto que representa o seu meio de sobrevivência.

Para Ana o uso da colher permite uma seleção mais precisa dos mariscos e o imediato retorno ao ambiente natural daqueles que estão em crescimento, garantindo assim a sua sobrevivência, evolução e reprodução.

O posicionamento das marisqueiras acerca da conservação dos mariscos reflete o papel da mulher na construção de uma pesca responsável (MANESCHY, 2000). De acordo com Maneschy (2000, p. 83), “o conceito de “pesca responsável”, que idealmente vincula a exploração dos recursos pesqueiros a um sentido de responsabilidade com sua preservação, compreende também a preservação das comunidades pesqueiras artesanais”. A preocupação das mulheres com a possibilidade de extinção dos mariscos relacionada às formas de sobrevivência individual e coletiva significa, também, a sustentação da comunidade no local onde vivem, dos seus modos de vida e das formas diferenciadas de usos dos recursos naturais disponíveis no espaço. Por essa razão estão buscando “a adoção de técnicas de captura de maior seletividade e de menor escala de predação, podendo ser considerada menos impactante ao ambiente explorado” (CARDOSO, 2007, *online*). Nesse contexto, o cuidado com a natureza está diretamente ligado à lógica da sobrevivência e às práticas sustentáveis do meio ambiente.

Habitualmente, a organização do grupo de trabalho das marisqueiras é formada por membros da família, pela vizinhança ou pelas colegas de ofício, sendo majoritariamente composto por mulheres que trabalham em alguns casos de forma coletiva e em outros de forma individual. Geralmente, quando o grupo é formado por membros da família, elas coletam os mariscos e dividem o resultado da produção, que pode ocorrer após o beneficiamento, ficando cada uma responsável pela venda de sua parte do produto, ou após a comercialização, em que dividem o rendimento obtido.

Sobre isso Janiele esclarece: “cada um vende o seu, ou senão se junta, pronto, eu me junto com ela [a sogra Janete], o meu marisco com o dela, aí a gente vende a ele [o atravessador], aí o dinheiro que ele dá, ela divide, pra mim e ela”. É muito comum também, no grupo formado por afinidade (vizinhos e colegas), a divisão da produção após a coleta, porém é possível verificar nesse mesmo grupo a existência de um modo de produção individual, no qual todas as etapas do processo é feita individualmente. Nesse último caso elas se juntam para a ida às croas, compartilhando a embarcação, mas cada uma responsável pela sua produção. Desta forma, não há uma regra fixa para o desenvolvimento

do processo de trabalho da catação, podendo ocorrer de diversas maneiras.

Raramente vemos as marisqueiras da Ribeira acompanhadas dos maridos para essa atividade. Apenas Sheila, Janiele e Janete mencionam a participação deles. Cida, cujo marido é pescador diz:

vou com minha menina Elizângela, que é minha filha, e as vezes só vai eu e os meninos dela, somente, assim, quando eu tinha barco. Agora vou na embarcação dos outros, as vezes vou mais Joana [vizinha], as vezes eu peço pra ir no barco deles. Seu Ramos ali também eu sempre peço pra ir, porque meu barco não presta mais, meu barco agora desmantelou-se mesmo, aí pronto vou pedindo carona os outros por aí.
(CIDA)

Para o marisco, Cida conta mais efetivamente com a participação da família (filhas e netos) e a falta de embarcação não é impedimento para a execução da sua atividade, embora lamente por não estar com condições financeiras de consertar o seu barco, o qual ela mesma o conduzia. Das marisqueiras entrevistadas, além de Cida, só Edite e Ana Darc pilotam o barco, as demais são conduzidas por colegas com os(as) quais dividem o aluguel da embarcação.

Já Marileide, falando sobre o seu contexto de trabalho diz: “eu vou com as meninas lá de cima mesmo, minhas amigas, a gente vai, [...] o barco é de um colega da gente mesmo assim, a gente não tem barco próprio não, a gente pede, ele empresta a gente vai”. A realidade vivenciada por Marileide é comum a muitas outras marisqueiras da comunidade.

O barco que elas utilizam para viabilizar a ida para as croas, na maioria dos casos, é emprestado. Das mulheres entrevistadas, Edite sempre possuiu barco, Cida possuiu com o marido e hoje não tem mais, e Sheila possui também em comunhão com o marido que é pescador. As demais nunca possuíram, tendo que pedir emprestado ou alugar para trabalharem. Às vezes o aluguel é efetuado com um ou dois quilos de mariscos. E dizem:

é muito difícil esse negócio de mulher agora ter barco, só mais home home home (MARILEIDE)

o homem tem mais facilidade de ter um barco, eu creio assim, que ele tem mais facilidade de possuir um barco, só não tem mesmo aquele que não se interessa, porque eles trabalha assim pode comprar um barco, mandar ajeitar, ou senão mandar fazer, que tem quem faça. (ANUNCIADA)

A expressão de Marileide “só mais home, home, home”, demonstra seu sentimento de insatisfação com relação à desigualdade existente no que tange a aquisição de barco. De fato, a realidade da Ribeira nesse aspecto se apresenta contraditória, uma vez que existem mais mulheres no ofício que homens, de acordo com os dados obtidos com o Vice-Presidente da Colônia que abrange a área da Ribeira.

Para Anunciada, isso ocorre pelo fato dos homens trabalharem fora e adquirirem recursos financeiros que viabilizam a compra de uma embarcação, enquanto que as mulheres por terem a casa e os filhos para cuidar ficam impossibilitadas de fazer esse tipo de investimento.

A falta de embarcação das mulheres também é explicada por Sheila,

acho que é falta de interesse nosso né? também assim os homens por serem mais assim eles tem mais iniciativa em relação a isso né, “vou fazer um barco”, e aí bota a cabeça e vai, e a gente também, claro que a gente também tem condições né, mas só que a gente é mais descansado, eu acho em relação a isso é mais descansado, porque tem pessoas aqui que vive mais de 20 anos de pescada e não tem um barco próprio, tem umas colegas minha aqui mesmo que tira marisco sempre, sempre, direto, direto, direto e não tem embarcação anda na embarcação dos outro.

Nessa fala, as desigualdades nas condições de trabalho entre homens e mulheres são atribuídas às diferenças de comportamento de gênero. Se é próprio do homem a disposição para agir e, da mulher, a passividade, temos aqui uma construção social do que é característica masculina e feminina para Sheila.

O fato de algumas marisqueiras não buscarem aprender a governar um barco, justifica, muitas vezes, o desinteresse pela sua aquisição, deixando-as a mercê da disponibilidade do outro em emprestar ou conduzi-las ao trabalho, no caso das mulheres cuja embarcação pertence aos maridos.

Janiele destaca duas razões para ela não ter embarcação própria, ela diz: “uma por que eu nunca me interessei nesse negócio de barco e outra porque eu não sei governar barco, pra onde é que eu vou com barco?”. Sempre quem a conduz é o seu marido ou outra pessoa. Ela ainda não percebeu a importância que teria a aquisição de um barco para a sua autonomia ou não pretende continuar por muito tempo no ofício. Penso que o desinteresse de Janiele também passa pela vontade de desenvolver outra atividade, já que em outro momento da entrevista ela menciona que está procurando trabalho, o que nos leva a crer que o que ela faz, na sua visão não é trabalho.

A aquisição de barco prioritariamente por homens faz parte da história das comunidades pesqueiras na Paraíba, Ana Darc recordando a época em que sua mãe ingressou na mariscagem conta:

na época o barco era assim, era um senhor que tinha um barco, e se juntava um grupo de mulheres, quer dizer minha mãe, minha mãe sem ter navegação queria ir né? Porque ela sobrevivia da pesca, ela queria ir e ela sozinha não dava pra pagar aquela navegação, aí na época ela começou com seu Bier, era um senhor que tinha aqui, hoje já não trabalha, já não dá mais, a saúde dele né? Tá cansado já, e assim, aí falou com seu Bier, aí seu Bbier chamou a esposa, que ele já tinha a família grande, seu Bier tinha um barco, mas não vivia diretamente pescando no alto mar, aí chamou a esposa, a esposa já

chamou a vizinha e assim se juntou aquele grupo de pescadora, pescador né? Assim, não era profissional, mas se juntou e começou a pagar, só ele queria só o dinheiro pra comprar o óleo somente do barco, as vezes não era nem o dinheiro, as vezes era um quilo, dois quilos de marisco né? Aí você pegava dois quilos de marisco, ele entregava ao atravessador e recadava o dinheiro do óleo, [...] aí seu Bier, na época seu Bier deixou, aí juntou seu Gilberto, já apareceu já outro barco, aí depois a gente já conseguiu com um senhor que mora.... Seu é Luiz, Seu Luiz, levou um tempão viu, depois tinha Bão também, aí Bão era pescador.

Todos os barcos, citados na trajetória profissional dessa marisqueira, eram de propriedade de homens e ela de forma incansável estava sempre buscando alternativas pra realizar o seu trabalho. Hoje essa realidade ainda é muito presente, mas já encontramos mulheres proprietárias de barco, como é o caso de Edite e Ana Darc, que por conta própria, conseguiram a aquisição de sua embarcação. Ana Darc relata sua experiência:

quando eu consegui o meu foi através da Secretaria de Pesca e Desenvolvimento, foi as duas secretarias, eles estavam doando. Assim, você ia lá se inscrever, eles faziam a pesquisa realmente da tua necessidade, realmente se você precisava e ele dava. Você fazia um contrato porque aquele barco você não pode vender, você não pode dar fim, aquele barco é seu, sabe? Mas você não pode vender. Mas aí, no caso, o meu ainda eu passei uns cinco anos com o meu quando tava já meu destiorado, aí eu fui e comprei outro maior, aí vendi aquele pequeno e comprei um maior, juntei o dinheiro com o dinheiro que eu tinha.

As Secretarias de Pesca e Desenvolvimento mencionadas por Ana Darc, pertencem ao município de Cabedelo, atuando apenas dentro de sua localidade. É importante destacar através de seu relato que a aquisição da embarcação foi iniciativa própria, seu marido também é pescador, mas foi ela quem buscou as possibilidades para obtê-la e, posteriormente trocá-la por uma mais moderna. Com isso vejo o papel de liderança que exerce no gerenciamento do seu trabalho que perpassa para outros espaços, explicando o seu envolvimento e comprometimento na luta das pescadoras.

No caso da Ribeira, um fator que dificulta a obtenção de determinados benefícios é o fato de não ter, no município de Santa Rita, um órgão dessa natureza, que desenvolva políticas de melhoria da qualidade de vida e de trabalho da pescadora e do pescador. Elizete enfatizando a situação vivenciada na Ribeira diz que lá “o pescador tem que se virar pra comprar, aí como eu disse, às vezes a renda do marisco não é uma renda boa né? Porque assim, se você for comprar um barco, já tem outra coisa que tem mais necessidade, aí fica difícil” (ELIZETE). Nesse discurso, a expressão “o pescador tem que se virar”, referindo-se as duas categorias, pescador e pescadora, situa a pesca como atividade, predominantemente, masculina. O que traz uma conotação de pouco reconhecimento da mulher nessa cadeia produtiva.

Sob o olhar de Elizete, na Ribeira, em virtude de não haver ações de políticas públicas destinadas ao trabalhador(a) da pesca, o(a) pescador(a) para obter algum tipo de recurso material tem que buscá-lo por conta própria. Isso demonstra a falta de assistência direcionada às pessoas que vivem dessa prática. Nas suas palavras, também deixa perceber, que o barco embora seja essencial para o seu trabalho, não se constitui em uma necessidade imediata.

Com relação ao local da mariscagem, é comum entre as comunidades pesqueiras do litoral da Paraíba que praticam essa atividade, uma alternância no uso dos espaços costeiros. De um modo geral, elas estão sempre deslocando-se de uma croa para a outra, logo que se esgotam os recursos pesqueiros em determinado local. O objetivo é buscar outro banco de areia que apresente quantidade de mariscos desejável a uma boa pesca. Isso ocorria, segundo Ana Darc, em intervalos de tempo de aproximadamente quatro a seis meses, o que hoje não é mais possível, em virtude da diminuição desses recursos.

a gente passou um bom tempo, assim passava mais ou menos, passa 6 meses 4 meses né, hoje nem tanto você não passa mais esse tempo todo, porque com três, quatro, cinco maré que você faz num barranco de areia, já não tem mais né? E antigamente não, você passava seis meses, pegava de dezembro até carnaval três meses né? Aí só indo pra prainha, digamos você vai pra croa branca, só na croa branca, aí depois só pra prainha lá mesmo detrás do Renascer, viu? Depois lá na ilha das santa que já era outro barranco de areia, aí passamos um tempo aí, pescando aqui na croa do aniquim que já é outro local, que já é mais próximo, agora mesmo carnaval passado a gente descobriu lá na andorinha, tinha bastante marisco, bastante mesmo, aí a gente passou, ficamos um mês, um mês e quinze dias tirando só lá, aí agora já não tem, a gente tá tirando aqui na restinga, mas assim teve dia que lá na andorinha eu tirei eu sozinha, eu sozinha, fui com meu filho, meu filho casado, aí eu sozinha tirava quinze quilos, aí hoje já não tem mais lá, não tem mais, eu tô indo praqui, pra restinga, aí eu e meu marido a gente tira quatro quilos, aí assim, e tem mais uma coisa, quatro quilos sofrido.(ANA DARC)

Com esse depoimento percebe-se que os mariscos existentes na região estão se tornando-se cada vez mais comprometidos. Ana Darc conta que por volta dos anos de 1990, quando ela não tinha com quem ir pra maré e a poluição não estava tão intensa quanto hoje, em locais próximos a sua casa, nas margens do rio, ela facilmente colhia cerca de quatro ou cinco quilos de ostra, os quais vendiam e já obtinha alguma renda para suprir suas necessidades. A quantidade era tão significativa que algumas vezes ela nem precisava se deslocar para as croas.

Edite, Sheila e Alessandra também procuram alternar o local da catação, elas dizem:

a gente troca, tem uma croa, duas, três, vai pra salina, pra croa do meio, vai pra croa aqui de cima” (EDITE).

muda, a gente muda, porque às vezes assim a gente tá num canto, aí devido a muita gente ir, ai vai diminuindo né? Aí a gente procura outro canto que tem mais, aí quando o pessoal descobre que ali tem menos e ali tem mais ai corre tudinho mundo pra lá, é assim, mas não tem discussão não. (SHEILA)

a gente muda, varia uma croa aqui outra ali, aí vai variano. (ALESSANDRA)

Em todos os depoimentos vejo que a alternância de locais está sempre relacionada à quantidade de mariscos disponíveis naquele ambiente. Em nenhum deles o intervalo entre uma croa e outra foi mencionado pelas marisqueiras fazendo associação ao tempo de repouso necessário à reprodução da espécie.

É válido destacar que a ação exercida por elas de alternar entre os locais de catação, que embora não seja um ato consciente no sentido da preservação da espécie, mostra-se de grande importância para o desenvolvimento dos mariscos em virtude do intervalo de tempo para que eles se reproduzam.

Cida diz: “eu tô indo pro mesmo lugar ainda. [...] sempre eu ia lá pra prainha que é lá pra banda do Renascer por ali, a gente ia lá pra perto da restinga nós também tirava também, só porque era difícil a ir, mas agora aí já tem mais sabe? Aí a gente tá indo mais praí agora que é perto.” Para Cida, a distância também influi na escolha do local.

A forma como exploram o território varia muito entre as marisqueiras, algumas delas preferem permanecer trabalhando no mesmo local. Janiele diz: “sempre essa daqui, essa croa aqui, sempre pra essa, só vou pra outros lugares quando vai mais gente, porque não presta pra gente ir pra lugar longe sozinha, entendeu? Duas pessoas assim”. Nesse relato vejo a preocupação de Janiele com relação à segurança do local.

Nesse contexto, embora as marisqueiras tenham a maré como espaço liberto, coletivo e sagrado, em que Deus dá pra todos que

precisam, como expõe Cida e Edite, verifica-se a existência de uma disputa velada pelo território expressa através de alguns depoimentos.

confusão de bater boca né? Ainda não, não vi ainda não , não teve comigo, graças a Deus nunca aconteceu né? E eu num procuro, procuro mais é fazer amizade, mas eu já visualizei assim é pessoas questionando né? Digamos assim, a turma do Renascer quando vem pra Andorinha, pronto no caso mesmo nesse barranco de areia que eu tirava quinze quilos né? Aí a gente tirava de que? A gente tirava com a mão, com a colher, quinze quilos com a colher, ai é..... a turma do Renascer veio e destruiu, em menos de duas semanas acabou tudo, porque eles tiram com um ciscador e aí leva grande pequeno, tá entendendo? Aí as meninas da Ribeira também tava tirando lá na Andorinha e aí quando viu, dez canoas né? Dez canoas cada, eles vem, lá a maioria é homem e por ser distante e por ele trabalhar contra a maré, porque quem vem de lá pra cá, quando eles vêm, ele trabalha assim contra a maré entre aspas, mas assim pela distancia mesmo, aí nunca vem duas pessoas numa navegação, a navegação deles são menores, aí vem um só em cada navegação, então eles enche, cada um tira aquele monte de marisco, eles não cata, não bate direito, eles joga lá dentro, bota num puçá, lavou e joga dentro da canoa, eles não colocam nem em saco, joga dentro da canoa e pronto, e quando chega lá na casa deles é que eles vão bater, vão tirar o casco, tirar os miúdos, então assim realmente eles acabam mesmo, devora e eu já escutei muita gente “aquela peste ai vem e acaba tudo, já ouvi agora não assim diretamente né? As

peessoas questionam xingando a distância, mas questionam. (ANA DARC)

o povo não gosta muito né? Porque quando o povo vem de lá, eles vem muito, é três, quatro, cinco barcos, aí quando tem muito marisco, nem por isso, mas quando tem pouco, como agora tá ficando pouco, aí tá vindo três, quatro barcos, aí três barcos de fora, aí fica pouco pra gente tirar, pouquíssimo. (ANUNCIADA)

É importante destacar nessas falas a disputa desigual da coleta, manifestando nesse contexto, os reflexos das relações de gênero no âmbito da mariscagem. Quando Ana Darc menciona em sua fala a quantidade de homens que chegam, cada um em uma navegação, já demonstra as diferenças que existem nas condições de trabalho dos homens em relação às mulheres, quando cada homem dispõe de uma embarcação, mesmo que esta seja menor que as utilizadas por elas. Ademais, a utilização do ciscador pelos homens aliada a sua força física, contribuem, sobremaneira, para o esgotamento dos recursos disponíveis naquele local em um curto espaço de tempo. Tempo este bem inferior ao das mulheres que executam seu trabalho com as mãos.

Nesse cenário, vejo que as insatisfações não são expressamente manifestadas tendo em vista o receio de uma geração de conflitos entre as comunidades, os comentários são feitos de forma muito discreta, por isso Ana Darc prefere manter a amizade.

Com as colocações de Ana Darc e Anunciada percebo que a reação das pessoas com a entrada de outros no “território” percebido como “seu”, se manifesta através das representações que cada uma expõe na preocupação com a sobrevivência da espécie que é a garantia do seu sustento. Além de levarem grande quantidade de mariscos, sugando incessantemente dos bancos de areia os mariscos que têm disponível, não dispensa a eles o tratamento adequado, comprometendo assim a sua reprodução. Para as marisqueiras da Ribeira, o seu território compreende toda área costeira próxima à comunidade.

Depois de finalizada a captura, primeira etapa do processo de catação, as mulheres se organizam para o beneficiamento dos mariscos que será realizado de acordo com o horário de retorno para suas

residências, se retornarem no final da manhã, à tarde seguirão para o processo de tratamento do que foi extraído, se retornarem à tarde, o tratamento ficará para o dia seguinte.

3.1.2 Do beneficiamento

Esse processo é constituído pelo ato de ferver os mariscos em fogo a lenha, separar a polpa da casca, lavar e ensacar para depois conduzir ao congelamento. Para as marisqueiras esse é o momento de tirar ou bater os mariscos. Marileide explica: “a gente bota ele na lata e cozinha, depois a gente vai tirar na mão, tem muita gente que tira ele batido assim, mas só que sai muito sebooso, a gente não gosta, a gente tira na mão mesmo”. Bater significa balançar os mariscos que para ela não garante a limpeza adequada do produto.

Para ferver, elas colocam uma grande quantidade de mariscos cobertos por água em latões de 20 litros, mexendo de vez em quando para ajudar na abertura das conchas e no desprendimento da polpa. Depois de fervidos, os colocam em umas caixas transformadas em grandes peneiras e os balançam, permitindo que as polpas passem pela malha. Esse processo também auxilia no descarte das cascas que em geral são jogadas no local do beneficiamento, podendo ser o quintal de suas casas ou as margens do rio. Logo após essa seleção, as polpas são lavadas para retirar todo excesso de areia e sujeira, e levadas ao ensacamento.

Figura 22: Fotografias dos utensílios utilizados no beneficiamento do pescado



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013

Na figura 22, temos à esquerda os latões em que são fervidos os mariscos e à direita a caixa plástica transformada em peneira que serve para separar a polpa da casca. Nesse processo, a polpa passa pela malha de aço, ficando apenas as cascas que serão descartadas posteriormente.

O início do beneficiamento depende do horário em que os mariscos foram coletados. O tempo da maré também é determinante nessa etapa, pois se estiver própria para catação no horário da tarde, só no dia seguinte é possível fazer a manipulação do pescado. Sobre sua experiência conta Edite:

quando eu chego descarrego a canoa, boto pro pé do pau lá no porto é. Que tem um pé de pau com uma caçarinha lá, eu boto lá, aí

vou bater no outro dia de manhã se der, se eu não for pra maré, aí se eu for pra maré, se for pra maré, se a maré for cedo quando eu vim é que eu vou bater, [...] na caixa, num instante bate todinho, [...] depois tem de lavar na água salgada e lava na água doce, pra depois ensacar, e tem de escolher ele todinho pra não ir sujo né?

O pé de pau citado por Edite é uma árvore existente no porto da Ribeira de Baixo que, pelo tamanho da sua copa, protege do sol, oferecendo boas condições para o trabalho do beneficiamento. A forma que ela adota para separação da polpa é balançando com a caixa, que ela chama de bater. Para ela, assim como o ciscador e a pá, essa forma de bater também agiliza o processo. Como vemos o tempo gasto na execução do trabalho é prioridade para Edite.

Figura 23: Fotografia do local de beneficiamento dos mariscos 1 (Porto da Ribeira de Baixo)



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013

Figura 24: Fotografia do local de beneficiamento dos mariscos 2 (Porto da Ribeira de Baixo)



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013)

Nas figuras 23 e 24 vemos o local onde Edite e algumas mulheres realizam o beneficiamento dos mariscos. Na figura 23, vemos ao fundo a “caiçarinha” mencionada por Edite que está fixada embaixo da árvore e visualizada de forma mais nítida na imagem da figura 24. No terreno vemos as cascas dos mariscos que são descartadas no processo de tratamento. Nas entrevistas não foi destacada nenhuma forma de reutilização dessas cascas.

Entre uma forma e outra de manipular os mariscos, tirar ou bater, Elizete destaca algumas vantagens e desvantagens. Ela diz:

eu gosto de tirar na mão [...] porque eu acho que balançando estraga muito o marisco e fica, não fica muito bom não, eu gosto mais de tirar com a mão que sai o marisco inteirinho, você cata direitinho e o povo valoriza, aí você tira na caixa as vezes estraga

muito o marisco porque nem todos eles cai, aí você vai jogando os que fica.

A vantagem de abrir cada marisco com a mão, de acordo com a visão de Elizete, reside no valor dado ao produto em virtude tanto da limpeza quanto do tamanho da polpa, uma vez que o seu tamanho não é comprometido, o que vai impactar diretamente na aceitação do cliente. Já a desvantagem de bater se volta para o desperdício que se efetiva tanto no despedaçamento das polpas quanto no descarte, quando as mesmas não se desprendem das conchas.

Anunciada adota a técnica de retirar com a mão dependendo da quantidade de mariscos que ela irá manipular. Ela também acredita que essa é a maneira de deixar os mariscos mais limpos: “quando eu tiro muito aí eu prefiro tirar na tela, mas quando eu tiro pouco eu prefiro tirar na mão, porque ele fica mais limpinho, não precisa de lavagem, a gente já vai colocando na água, naquela água mesmo a gente lava e pesa”. (ANUNCIADA). A tela mencionada refere-se à malha das caixas, na qual balançam ou batem os mariscos.

Nessa etapa do processo, as mulheres executam tanto sozinhas, como é o caso de Marta, como com as vizinhas ou algum familiar. Aqui também a predominância é feminina, mesmo quando a coleta tenha sido feita com seus companheiros. Janiele diz que o beneficiamento ela sempre faz com a sogra Janete, porque seu marido não gosta dessa atividade.

Ao final do beneficiamento a produção geralmente é organizada em sacos de 1 quilo e levadas ao congelador. A partir desse momento estão prontos para serem comercializados.

3.1.3 Da comercialização: a figura do “pombeiro”

A comercialização é realizada de diferentes formas pelas marisqueiras da Ribeira, indo desde a venda direta ao consumidor ou a algum estabelecimento, à entrega (termo utilizado pelas mulheres) ao pombeiro, que é o atravessador, pessoa responsável pela mediação entre as marisqueiras e o mercado externo. Nessa mediação, a compra do produto é realizada com um preço bem abaixo do vendido no mercado externo.

É muito comum a presença de atravessadores nas comunidades pesqueiras, levando o produto local para negociar diretamente no

mercado consumidor. Na Ribeira, foi mencionado pelas mulheres que alguns deles vêm de outros estados para fazer negociação com elas. Não sei se posso chamar de negociação, uma vez que em alguns casos não há uma contraproposta por parte delas na venda do seu produto, fator impactante na renda obtida pelas marisqueiras. Por isso, já se verifica a busca por outras formas de comercialização.

Cida comercializa seu produto sob encomenda, ela conta: “eu vou entregar lá em Cabedelo. Tem uma colega minha, aí quando ela quer marisco assim, ela liga pra mim sabe? Aí ela pede quinze quilos, dez quilos, aí eu vou e ajunto e vou levar lá”. E quanto ao preço ela diz: “quando o preço tava bom mesmo era R\$7,00, era R\$8,00 a R\$5,00, assim no tempo de carnaval”. Fora desse período ela chegou a vender até por R\$2,50. A sua produção é somada com a da sua filha Elizete, que às vezes acaba vendendo seus mariscos a um pombeiro quando sua mãe não os leva para negociar em Cabedelo.

Segundo Elizete, entregar a um atravessador não é uma forma muito garantida de recompensa do seu trabalho, pois o preço imposto por ele ao seu produto não traz uma lucratividade, que consiga suprir suas necessidades e que se equipare a quantidade de trabalho dispensado na sua atividade. Sobre sua experiência ela fala:

[...] às vezes eu entrego ao pombeiro, só que é aquela coisa, as vezes o pombeiro quer pegar por um preço muito baixo, então não recompensa, [...] as vezes quer comprar por um preço mínimo, aí não tem condições da gente vender, quer dizer a gente não tem nenhum lucro, porque a dificuldade que a gente tem de ir pra maré, tirar chegar em casa tirar também, aí é um trabalho muito grande pra vender por um preço baixo, não tem condição, então eu prefiro vender em casa quando alguém vem comprar ou quando mãe leva. (ELIZETE)

Percebo no discurso de Elizete uma tomada de consciência da exploração que a entrega ao pombeiro representa, chegando a considerar um prejuízo quando não há, naquele tipo de comercialização, um

retorno favorável. Acredito que a venda do seu produto ao atravessador se constitui na última alternativa de comercialização.

Com relação ao preço do quilo de mariscos, há uma variação significativa entre o verão e o inverno. Segundo Elizete, “quando tá no verão fica um preço até bom, R\$8,00, chega até a R\$10,00, mas no inverno o preço máximo é R\$5,00, R\$4,00, aí no inverno não tem muito lucro [...] acho que é porque assim no verão tem muito turista né? E no inverno não.”

Período bom para Cida é no Carnaval, ela diz: “no Carnaval é que é bom da gente vender, é quando os turista tão por aí lá em Cabedelo ai fica mais fácil da gente vender”. Nesse sentido, o tamanho do marisco não vai interferir diretamente na negociação, o primordial é a procura que aumenta nesta época do ano com a presença dos turistas nessa região.

Janiele reconhece o ganho que o atravessador tem sobre o seu marisco, dizendo: “tem um rapaz que ele compra a gente um preço e vende por outro”. Porém, essa colocação não representa a possibilidade de outra atitude frente a esse tipo de exploração, pois ela destaca: “a gente vende a ele”. Mesmo sabendo do lucro que esse rapaz tem sobre o produto, continua à mercê de sua participação nessa etapa do processo de trabalho da catação. Assim como Janiele, outras marisqueiras também negociam seus mariscos com um atravessador. Das marisqueiras da Ribeira entrevistadas, apenas Cida e Marileide não citam essa alternativa como forma de comercializar o seu produto.

Percebo que além da impossibilidade de muitas delas de se ausentarem de casa, devido aos cuidados com os filhos, um dos fatores que considero agravante para a venda dos mariscos, é a dificuldade de locomoção para outras localidades, sendo o outro fator, a pouca habilidade para buscar clientela.

Para o atravessador, Anunciada diz que o preço máximo tem sido R\$7,00. “A gente já vendeu até por R\$7,00 ao atravessador”. Edite diz que hoje (3 de julho de 2014) tá entregando a R\$5,00 e ressalta: “no verão sempre dá melhor né? Agora a gente quer vender por R\$6,00, R\$7,00, mas não quer subir, a gente vai fazer o que?” Edite considera a relação com o atravessador, a única forma de comercializar o seu produto. Segundo ela, há cerca de quatro anos atrás a situação era ainda pior, pois o preço máximo que conseguia entregar era R\$2,00 ou R\$3,00. Nisso, verifico o domínio dos atravessadores nessa

comunidade. Eles seguravam o preço dos mariscos no valor mínimo e elas acabavam cedendo.

Hoje essa realidade tem se modificado para algumas marisqueiras, embora ainda haja um forte comando dos atravessadores nessa relação. Edite já não age mais da mesma forma, ela diz: “se eu vendia o marisco de R\$4,00, R\$3,00, eu segurei em R\$5,00 e em R\$5,00 eu tô entregando e ainda exijo mais o saco de quilo, traga os sacos se quiser levar”. Ela atribui essa mudança de atitude ao valor que aprendeu a dar ao seu trabalho obtida através dos encontros promovidos pela Incubadora do IFPB.

Já em casa, diretamente ao consumidor, Sheila diz que o preço é R\$10,00, mas se vender ao atravessador só consegue a R\$5,00 e destaca: “tem deles que quer comprar mais barato e assim fica”. (SHEILA). Ao perceber a dificuldade que as mulheres encontram para realizar a comercialização fora da comunidade, os atravessadores tentam impor seus baixos valores e muitas delas acabam cedendo para não terem desperdício no seu produto. Hoje vejo na fala de Edite e até de Sheila que elas estão valorizando mais seu trabalho, quando não aceitam o tipo de negociação que o atravessador tenta firmar, apesar de ainda se verificar uma grande disparidade entre o valor da venda direta ao consumidor daquele vendido ao atravessador, correspondendo a uma diferença de 50%.

Considero nesse contexto, a existência de uma relação de poder entre os atravessadores e as marisqueiras quando vejo a resistência de algumas mulheres no processo de negociação do seu produto. De acordo com Foucault (1995) só podemos falar em relações de poder se houver a possibilidade de resistência, do contrário seria estado de dominação. Para o autor, “o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres”- entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p. 244). De acordo com essa perspectiva, só há relação de poder se houver resistência e isso pressupõe a condição de liberdade do indivíduo para agir.

Por muito tempo os atravessadores determinavam o valor do quilo dos mariscos. Porém, essa realidade tem apresentado modificações na forma como as marisqueiras tem se posicionado frente a essa questão. O embate na hora da negociação tem trazido, além do resultado expresso através da renda obtida, uma elevação da autoestima das

mulheres, uma vez que valorizando o seu trabalho estão valorizando a si mesmas.

3.2 A divisão sexual do trabalho: uma articulação com o contexto da pesca artesanal

De acordo com Kergoat (2003, p. 55), a divisão sexual do trabalho foi uma ideia utilizada, inicialmente, por etnólogos para designar uma divisão de tarefas entre homens e mulheres, em que uma complementava a outra. Contudo, antropólogas feministas deram uma nova versão a essa relação, interpretando-a não como uma complementaridade, mas como uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.

Desta forma, a autora diz que “a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo” [...] “adaptada historicamente e a cada sociedade” (KERGOAT, 2003, p. 55), e acrescenta posteriormente junto a Hirata (2007, p. 599) que mais do que isso, “[...] é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Neste contexto, cabe aos homens às tarefas produtivas e às mulheres as tarefas reprodutivas, ambas sob a orientação de dois princípios, o da separação e o da hierarquização. No primeiro, separa-se o que é trabalho de homem e trabalho de mulher; no segundo, um trabalho de homem tem mais valor que um trabalho de mulher.

De acordo com as autoras Hirata e Kergoat (2003, p. 113), “a divisão do trabalho entre homens e mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres [...]”. Assim, cabendo ao homem o trabalho produtivo e a mulher o trabalho reprodutivo, o que vai distinguir um do outro, é o valor. O valor da produção é maior que o da reprodução. E ainda que ambos estejam na esfera da produção, a produção do homem tem mais valor que a da mulher, mesmo que as atividades sejam idênticas. Neste sentido, o valor do trabalho induz a uma hierarquia que se só existe no âmbito das relações sociais. Para as autoras falar em hierarquia é falar de relação social.

Na pesca artesanal, embora existam homens e mulheres executando a atividade de pesca, é comum verificar uma maior valorização do trabalho masculino, uma vez que o resultado de sua

captura, que na maioria das vezes é o peixe, apresenta maior valor comercial no mercado (CAVALCANTI, 2010), diferentemente das mulheres que se concentram na captura de moluscos. Esse aspecto corrobora com o pensamento de que a pesca é uma atividade essencialmente masculina e não reconhece a ação da mulher como um ramo desta cadeia produtiva e, portanto, como pesca. De acordo com Peirano (1975, p. 3), o que as mulheres capturam são definidos como não-peixes, e assim sendo, o que elas fazem não é considerado pesca, “[...] no máximo uma complementação do trabalho masculino ou reforço alimentar”, sustentando a ideia de ajuda no orçamento familiar.

Para Kergoat (2003), quando se fala em divisão sexual do trabalho deve-se ter em mente não apenas a simples constatação das desigualdades nesse âmbito, mas a articulação do real com os mecanismos utilizados pela sociedade para diferenciar e hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos.

Kergoat (2003) destaca que os princípios da separação e da hierarquia seguem, a seu ver, a ideologia naturalista que prima pelo determinismo biológico, cuja explicação está no destino natural da espécie, empurrando desta forma, o gênero para o sexo biológico.

Sobre esta noção Bourdieu (2010, p. 20) nos diz que

a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem assim ser vistas como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2010, p. 20)

De acordo com Maldonado(1986), a divisão do trabalho na pesca artesanal estabelece: os homens na pesca e as mulheres nas tarefas domésticas ou atividades consideradas de terra, entre as quais estão aquelas realizadas em mar raso (mangues, rios, beira da praia) que divergem tanto na sua natureza como no valor da produção com relação às tarefas desempenhadas pelos homens no mar alto.

Nesse âmbito Maldonado (1986, p. 19) destaca que um dos fatores impeditivos da presença feminina nas embarcações, era a presença de mitos fundados na dimensão biológica dos sexos. Segundo a autora, para alguns grupos, as mulheres em determinados períodos como

o da menstruação e do puerpério não podiam sequer tocar nos equipamentos utilizados pelos homens por considerarem perigoso; para outros, elas não deviam ter contato algum com as redes, anzóis, espinhéis, etc. sob pena de causarem prejuízos a atividade do homem no mar.

Até o final dos anos de 1960, segundo Nicholson (2003), a ideia dominante era de que a distinção entre masculino e feminino decorria dos fatos da biologia, o que quer dizer que estava na biologia as raízes das diferenças entre homens e mulheres, as quais eram consideradas imutáveis. Por essa razão, as feministas desse período adotaram a ideia de construção social para derrubar o determinismo biológico do conceito. Naquela época o gênero não era visto como substituto do sexo, mas como um suplemento, em que o segundo se apresenta como fundamental para a elaboração do conceito de primeiro. “Aqui o biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são construídos.” (NICHOLSON, 2003, p. 11). Desta forma, vê-se que o sexo ainda mantinha uma lugar importante, nas palavras da autora “o provedor do lugar onde o gênero seria supostamente construído” (NICHOLSON, 2003, p. 11)

Esse modelo permitia às feministas teorizarem sobre a relação entre a biologia, comportamento e personalidade. Para autora uma das vantagens dessa abordagem foi permitir que as feministas sustentassem a ideia de que certas constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais, sem ter que aceitar que estas não podem ser modificadas.

A divisão sexual do trabalho, de acordo com Kergoat (2003), não se apresenta como algo que não possa ser modificado. Os princípios organizadores podem permanecer os mesmos, mas suas modalidades podem variar no tempo e no espaço, elas são, portanto, específicas de uma sociedade em um determinado momento histórico. A autora diz que uma atividade especificamente feminina em uma sociedade pode ser tipicamente masculina em outra. Por isso, a adoção da ideia de construção social para definir a divisão sexual do trabalho.

As bases teóricas desse conceito foram criadas na França, no início dos anos de 1970 sob o impulso do movimento feminista, que reconhece o estado de opressão presente na realidade feminina e passa a reclamar do trabalho gratuito e invisível exercido pelas mulheres em nome da natureza, do amor e do dever maternal, como menciona Kergoat (2003). Pouco tempo depois os estudos realizados nas ciências

sociais em torno dessa problemática passaram a reconhecer a atividade doméstica como trabalho igualmente ao trabalho profissional, os quais executados simultaneamente vão permitir pensar em termos de divisão sexual do trabalho. Inicialmente, essa divisão se apresentava a partir da articulação de duas esferas, estruturas familiares e sistemas produtivos, noção que logo se tornou insuficiente.

Para Hirata e Zarifian (2003), a noção de trabalho doméstico está diretamente ligada às relações afetivas existentes no interior da família, alicerçadas na disponibilidade da mulher, enquanto mãe e companheira. Deste modo, “sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e de educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres” (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 66), as quais quando entram regime de assalariamento, seu tempo de trabalho assalariado é sempre condicionado ao tempo de trabalho doméstico, caracterizando uma dupla jornada de trabalho.

Neste contexto, o trabalho doméstico foi deixando de ser objeto de análise de numerosos estudos, passando a se falar a partir de então, de dupla jornada de trabalho e de acumulação ou conciliação de tarefas como extensão do trabalho assalariado.

Para Kergoat (2003), quando se fala em divisão sexual do trabalho deve-se ter em mente não apenas a simples constatação das desigualdades nesse âmbito, mas a articulação do real com os mecanismos utilizados pela sociedade para diferenciar e hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos.

No modo de produção capitalista, o trabalho doméstico é considerado, nos termos de Kergoat (2003, p. 60), “uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo, inseparável da sociedade salarial”, uma vez que viabiliza a reprodução da força de trabalho, indispensável à lógica de acumulação. Nesse modo de produção, a separação dos lugares e tempos de produção e de reprodução sustenta o seu desenvolvimento.

Desse modo, sendo o trabalho doméstico fundado na disponibilidade maternal e conjugal das mulheres, a manutenção do lar e a educação dos filhos tornam-se ações da esfera privada exclusivas das mulheres como uma determinação natural, mesmo quando elas desempenham funções remuneradas fora do lar, em que procuram dividir seu tempo entre as atividades do trabalho doméstico e do trabalho profissional. Segundo Saffioti (1987, p. 9),

trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, nas escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costumam, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação dos filhos.

É nesse processo de naturalização que, segundo a autora, a superioridade dos homens acaba sendo legitimada.

De acordo com Maldalozzo, Martins e Shiratori (2010, p. 551), é possível verificar nos últimos 50 anos a participação de homens na esfera do trabalho doméstico. Contudo, esta participação ainda é significativamente inferior a das mulheres. De acordo com os depoimentos das marisqueiras, a presença dos companheiros nas atividades domésticas já pode ser percebida, embora em alguns casos ainda esteja longe de significar um compartilhamento igualitário. De acordo com a Janiele, a ajuda do seu marido nos afazeres de casa ainda não é muito expressiva, ela diz; “ajuda mais ou menos, quase nada”. Parece-me com sua fala que a participação do seu marido não contribui de forma significativa para a diminuição do seu trabalho no âmbito da casa. Diferente do que afirma Janiele, Alessandra diz que seu marido ajuda muito e Sheila destaca, no seu caso, a importante participação do seu marido, principalmente, no que tange aos cuidados com a filha. Marileide também menciona a ajuda do companheiro, mas não faz nenhum destaque.

Já Elizete afirma:

muito difícil, só se eu não tiver em casa ele me ajuda, eu tando, não, até porque ele sai de manhã e só chega de noite, aí quase não tem tempo, ele sai de seis horas da manhã e chega de sete da noite, aí ele quase não tem tempo de me ajudar, agora se eu sair de casa e ele tiver, aí ele me ajuda.

Nessa fala, o trabalho do companheiro justifica sua ausência nas atividades domésticas, e o seu trabalho na maré, que também demanda tempo deixando-a fora de casa por horas, não é mencionado. Na sua

perspectiva, ela tem tempo e ele não, o que vem reforçar a cultura que destina à mulher esse tipo de atividade. Na mesma linha de pensamento, Cida menciona com relação à participação do seu marido: “às vezes ele ajuda e as vezes não ajuda não, toda vez também ele vai pescar também, aí pronto não dá pra ajudar”. Ela também pesca e, além disso, beneficia e comercializa o produto, e com tudo isso ainda tem os afazeres domésticos. Vejo com isso que a atividade doméstica depende muito da vontade e da disponibilidade dos maridos para aquele momento, não se constituindo como responsabilidade de ambos.

No universo da pesca artesanal, os espaços costeiros e marinhos definem as atividades de mulheres e homens, seja pela a justificativa da força física, seja pela justificativa das atividades domésticas demandarem a presença feminina, impossibilitando-as de passarem muito tempo longe de cada. As duas justificativas limitam o espaço da mulher à esfera privada e englobam o seu trabalho nas croas, nos mangues e no lar em uma só categoria, na do trabalho doméstico, que são atividades realizadas em terra e não consideradas de produção, portanto, não valorizadas.

No cotidiano das marisqueiras da Ribeira os afazeres domésticos estão sempre em consonância com os afazeres profissionais. Sobre a diferença entre a realidade dos homens e das mulheres na Ribeira, Edite destaca: “o homem não veve nesse negócio de casa pra tomar conta, é pescar, aquele é o emprego dele [...] não é como a mulher [...] só a responsabilidade de tomar conta de uma casa, ai meu Deus! Pense!” Na fala de Edite percebo que o homem está unicamente na esfera da produção e a mulher acumula tarefas correspondentes as esferas tanto da produção como da reprodução, enfatizando no trabalho do lar o peso de responsabilidade que esta tarefa exige na sua administração.

Segundo, Maneschy (2000, p. 86),

as atividades femininas tendem, pois, a ser multidirecionadas, ao contrário das masculinas, geralmente centradas em uma ou duas atividades principais[...]. Esse fato reforça a invisibilidade do seu trabalho e dificulta sua identificação como trabalhadoras. Nessa condição, ficam excluídas dos correspondentes direitos sociais e previdenciários.

Pesquisas sobre o tema demonstram que além do trabalho de coleta, de beneficiamento do pescado, de conserto de redes, elas têm ainda, as atividades de casa, de cuidado dos filhos, do quintal, dos animais; tarefas que são destituídas de valor, embora exerçam um papel de grande importância para a sustentação da família. Fassarela (2008, p. 176) destaca que, apesar de a mulher assumir todas as demandas do lar e não participar diretamente da pesca no mar, sua atuação, interpretada como ajuda, permite aos pescadores a obtenção da estabilidade física e emocional necessária ao desempenho de seu ofício, no qual a insegurança está sempre presente pelo risco a que estão expostos.

No âmbito da família, verifica-se desde cedo a participação das crianças na rotina de trabalho do pai e da mãe. Nos estudos de Fassarela (2008), observou-se que a divisão sexual do trabalho se estabelece ainda quando os filhos e filhas são pequenos. As meninas se envolvem nas tarefas do lar auxiliando a mãe e os meninos seguem o pai, acompanhando-o nas viagens de pescaria, quando não estão brincando fora de casa. Assim, verificamos como se reproduz a cultura das comunidades pesqueiras que legitima o pensamento da pesca como atividade masculina.

Contudo, é importante ressaltar que nos dias atuais, tomando como referência o contexto da Ribeira, o domínio dos homens sobre as mulheres nessa cadeia produtiva já apresenta sinais de mudança. Vejo um desses sinais no discurso de Anunciada quando ela diz: “Hoje minha filha, as marisqueiras tão tirando mais viu? Do que os homens pescando”. Nessa fala ela traz a satisfação de, muitas vezes, ser a mulher que garante a comida dentro de casa, pela renda que obtém através do seu trabalho na mariscagem, que está sendo mais produtivo que o do homem, embora o reconhecimento de sua atividade não tenha atingido ainda uma totalidade.

3.3 Homens e mulheres na pesca artesanal: uma relação de espaço e tempo

Para Woortmann (1991, p. 25), a concepção de espaço e de tempo é uma construção de gênero, na medida em que são pensados de formas distintas por mulheres e homens. Para ela o tempo é “[...] percebido através de experiências que são específicas de cada gênero, em espaços que lhe são também específicos”, assim, são portanto, construções sociais.

Em seus estudos sobre comunidades pesqueiras do Nordeste, ela afirma que, de acordo com o ponto de vista feminino, de 1930 a 1950, o mar e a terra representavam espaços de gênero, sendo a pesca realizada no mar reconhecida como atividade do homem e a agricultura realizada na terra como atividade da mulher. Nesse contexto, mar e terra eram espaços de trabalho e de lazer, dependendo do ponto de vista, masculino ou feminino. Para o homem o mar era percebido como espaço de trabalho, enquanto que a terra era o espaço de repouso e de lazer. Já para a mulher, a terra era o seu espaço de trabalho, onde ela praticava a agricultura e o mar o seu espaço de diversão.

Assim, com base no pensamento da autora, “a classificação do espaço natural é também uma classificação dos espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero” (WOORTMANN, 1991, p. 3). O mar de domínio do homem e a terra de domínio da mulher.

Se o espaço é um ambiente, um ecossistema, ele não é apenas um ambiente natural dado, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído. Como ambiente construído, é um espaço “significado”, cujo uso social lhe atribui um sentido. A relação de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da “população” desse ecossistema uma sociedade. (WOORTMANN, 1991, p. 28)

De acordo com Maldonado (1986, p. 20),

entre os pescadores brasileiros observa-se uma visão de mundo em que é muito marcada a separação dos domínios da terra e do mar. No mar alto, também chamado de mar de fora, dá-se a atividade, por excelência, dos grupos: a pesca de mar alto. No mar raso – mar de dentro ou mar da terra -, além da pesca de rede, que em muitos grupos também é atividade masculina, as mulheres e crianças complementam a renda familiar com tarefas que vão desde o artesanato e a confecção de instrumentos de pesca até o trabalho em pequenas roças, onde produzem comida para o consumo familiar.

No período mencionado acima por Woortmann (1991), embora os espaços fossem percebidos como específicos de homens e mulheres, existiam algumas atividades em que a realização demandava ajuda de ambos reciprocamente. A autora cita que o preparo do solo para produção agrícola era executado pelo marido e que a mulher participava no beneficiamento do pescado e no reparo dos instrumentos de pesca. Nessa relação de complementaridade em que um auxiliava a concretização do trabalho do outro, o homem considerava sua ação apenas como um ato de ajuda pela disponibilidade de tempo, da mesma forma que as atividades que a mulher desenvolvia relativas à pesca não era trabalho, concepção esta que se repercute até os dias atuais.

No contexto da Ribeira, embora tenha algumas marisqueiras que reconheçam sua atividade como trabalho, outras ainda não conseguem compreendê-la desta forma.

A complementaridade citada por Wootmann (1991) também se verificava na alimentação da família, em que o homem trazia do mar o pescado e a mulher trazia da roça os amidos, cabendo a ela mais uma atividade, a de produzir a comida. Assim, nos termos da autora, “[...] homem e mulher se complementavam na reprodução social do grupo” (WOORTMANN, 1991, p. 6).

Woortmann (1991) menciona que por volta dos anos de 1950, as terras, que eram de domínio da mulher, no sentido de que eram nas terras o seu espaço de trabalho, através da agricultura, começaram a ser apropriadas privativamente. Nesse processo de privatização, em que as terras foram demarcadas com cercas pelos seus então proprietários, as possibilidades de plantio foram extremamente reduzidas e a mulher foi perdendo o controle do seu espaço, conhecido como terras soltas²⁵, de livre utilização. Até a coleta de frutas que realizavam com as crianças para o consumo doméstico ou para a venda, a partir de agora, não era

²⁵ As soltas, nas palavras de Woortmann (1991, p.9), “eram terras não apropriadas privativamente, nem constituídas em mercadoria”. A autora diz que “essa designação é comum no Nordeste brasileiro, como o era também no passado, sua livre utilização para a lavoura, para o criatório solto, ou para a retirada de madeira e lenha”. “Cada comunidade contava com uma certa extensão dessas terras, parte de seu território, sem que houvesse, contudo, qualquer registro em cartório, mesmo porque seu uso desconhecia o princípio da propriedade privada mercantil”.

mais possível, uma vez que as fruteiras passaram a ser propriedade privada.

Com isso, na década seguinte, figura-se uma modificação na relação de gênero, quando a mulher vai se tornando-se dependente do marido tanto pelo o alimento que trazia pra casa, o peixe, quanto pelo dinheiro adquirido pela venda do pescado. É nesse período que o trabalho de coleta nos mangues e na praia, deixa de ser destinado apenas à subsistência, para servir também à comercialização. É importante destacar que a coleta era uma atividade predominantemente feminina e que o mangue e a praia eram concebidos como espaço da terra.

Ademais, os mangues foram tornando-se cada vez mais poluídos e com sua extensão comprometida pelo avanço imobiliário e pela implantação de indústrias nas suas proximidades, fatores que impactaram diretamente na reprodução da biodiversidade existente nesses locais. Além da poluição, a própria super-exploração feita pela população local em prol de sua sobrevivência também tem tornado os mangues menos produtivos.

Na visão de Ana Darc, os bancos de areia já foram bem mais produtivos que hoje, sobre isso ela relembra e conta que:

era bem rico, quer dizer assim era bem rico, não era mais rico, na época em que deu lá [em Pernambuco] a enchente, aqui graças a Deus a gente não tinha sofrido tanto, aí assim, nos barrancos de areia, não tanto aqui na restinga, mas lá pro lado de, por trás do renascer tinha bastante marisco, e assim, marisco, ostra, tinha dia que a gente não chegava até ir diretamente lá na prainha, aí a gente nas ostras ali no jacaré, a gente já ia pras ostras, e assim dava pra gente conseguir, não dava a viagem perdida, sempre tinha ou marisco ou a ostra, mais o marisco, mais o marisco, mas na época do inverno, quando foi inferno lá [Pernambuco] que aqui também era, mas a gente tinha, era mais rico, bem mais rico de marisco e ostra do que agora, agora a gente não tem tanto.

A época a que Ana Darc se refere é por volta dos anos de 1980, quando ela ingressou na mariscagem. Com a sua fala percebo que houve uma diminuição na quantidade de mariscos e ostras, mas não tão grande. Quando ela diz, inicialmente, era bem rico e não mais rico, e depois afirma que era bem mais rico, especialmente com relação aos mariscos, noto com isso que a diferença não era tão expressiva, mas satisfatória por permitir que o dia de trabalho fosse proveitoso, o que me parece não ocorrer nos dias atuais, quando ela menciona:

a pescaria tá muito escassa tá muito devagar é assim eu tiro assim porque oh, há mais ou menos, meu filho caçula tá com dezoito anos, quando ele tava com mais ou menos quatro ou cinco anos que eu já morava aqui, quando eu não tinha ninguém pra pescar não tinha barco pra ir pra maré quando não tinha condições de atravessar aqui mesmo na berada, eu tirava meu dinheiro da semana, nas ostras, era, mas assim não tinha essa poluição como tem hoje. (ANA DARCO)

Com a fala de Ana Darc, percebo que um dos aspectos que tem impactado na realidade das comunidades pesqueiras do litoral norte da Paraíba, é a poluição do rio. Embora, este seja um fato recorrente, não houve destaque para ele em nenhuma das demais entrevistas. Para as marisqueiras que percebem uma diminuição na quantidade de mariscos disponíveis, como Janiele e Elizete, a super-exploração do ambiente e o uso de técnicas inadequadas são as grandes causas do declínio da produção.

Segundo Woortmann (2001), com o passar do tempo, mudanças também incidiram na realidade dos homens, com o incremento da tecnologia nas novas embarcações, muitos deles ficaram afastados da pesca, exatamente por sua especialidade não ser mais necessária à tripulação, restava-lhes, desse momento em diante, exercer as atividades destinadas às mulheres, o que era muito frustrante para eles, ou se inserirem em trabalhos assalariados na construção civil, no reparo de embarcações ou no transporte.

Nas comunidades pesqueiras da Paraíba, especialmente, aquelas localizadas às margens do Rio Paraíba do Norte, o espaço de domínio da

mulher era o local de catação de mariscos, lugar considerado mar raso ou mar da terra e continua sendo até hoje. Entretanto, nos últimos anos em virtude das depreciações ambientais, que vêm tornando cada vez mais escassos os recursos pesqueiros e que a catação de mariscos tem se apresentado como uma alternativa, a presença de homens no espaço da mulher já é realidade. “A mudança ambiental significa a alteração das relações com o espaço, dos homens entre si, e das mulheres com os homens em função desse espaço” (WOORTMANN, 1991, p. 29). Em visita às croas do Rio Paraíba, em janeiro de 2013, percebi que, diferentemente da Ribeira em que a presença feminina na catação de mariscos é predominante, em outra comunidade localizada na margem oposta do rio, chamada Renascer, a presença de homens nessa atividade é significativa, mas não me debruçarei sobre essa última nesta oportunidade.

Segundo Anunciada, quando ela começou na catação, por volta dos anos de 1980, a beira da maré era o local onde elas trabalhavam, e conta: “a gente tirava aqui na beira da maré”. Com o aparecimento dos bancos de areia, que são as croas, CIDA esclarece: “agora tem croa porque de primeiro não tinha croa e agora tem ali, aí a gente fica mais melhor, a gente tomando um barco nós vai pra lá”. Na sua visão na croa tem mais mariscos. Para a realidade das marisqueiras da Ribeira, essa alteração do espaço ocorrida com o tempo trouxe por um lado aspectos positivos, quando favoreceu um aumento na produção de mariscos, mas por outro lado trouxe dificuldades pela necessidade de obtenção de um barco.

Na Ribeira, o mar raso ou mar da terra como coloca Maldonado (1986) tem se apresentado nos últimos 40 anos como espaço compartilhado entre homens e mulheres (mais mulheres que homens), mas com execução de atividades diferentes. Nessa comunidade os homens sempre se dedicaram mais à pesca de rede, embora alguns também praticassem a mariscagem.

A pesca de rede era um tipo de prática realizada ao longo do mesmo rio em que as marisqueiras trabalhavam, e se realiza ainda hoje em alguns poucos casos, pois constatamos que os homens desta localidade estão ingressando em outras atividades. É comum na Ribeira, encontrarmos muitos homens, maridos das marisqueiras, trabalhando na construção civil e outros, ou no transporte alternativo marítimo, fazendo a travessia da Ribeira para Cabedelo pelo Rio Paraíba.

Figura 25: Fotografia da pesca de rede



Fonte: MELO, Maria José Batista Bezerra de. (Ribeira/Santa Rita/PB – 28/01/2013)

Nessa imagem vemos dois pescadores preparando-se para lançar a rede. O barco é motorizado, o que facilita a condução.

A migração dos pescadores para outras atividades de terra é explicada por algumas mulheres entrevistadas. Sheila, que além de catar mariscos também pesca de rede diz:

tempo de camarão é esse tempo, você vai ali você não pesca, você joga a rede é mesmo que tá tomando água, não sai não, aí quer dizer a mesma coisa é o peixe, o pessoal vivia muito de pescada aqui principalmente de peixe, mas como tá diminuindo, diminuiu muito em relação ao tempo passado, aí o pessoal tá procurando serviço fora, porque não tem futuro financeiramente.

Segundo Sheila, dentro de um contexto marcado pela escassez de recursos pesqueiros, a opção é buscar trabalho fora que possibilite certa segurança financeira para custear o sustento da família. E nisso, percebo que ela concorda com a migração dos homens, uma vez que a sobrevivência está em primeiro lugar.

De acordo com Elizete,

os homens gostam, daqui mesmo, gostam mais da pesca né? de rede de camarão, de tainha e marisco alguns vai pra ajudar as mulheres mas é muito difícil [...] tão trabalhando fora em outras coisas até porque, assim, a pesca não é aquele meio de sobrevivência muito bom porque assim a renda não é muito boa porque como já disse né? Às vezes o marisco tá num preço muito baixo, não dá lucro aí eles prefere trabalhar fora [...] quase nenhum homem hoje tá catando marisco, trabalha mais fora em empresa, em obra. Os homens não gosta porque o marisco dá muito trabalho, a gente vai tirar na maré, lava, aí vem pra casa lava, cozinha, tira, tem que procurar lenha pra cozinhar, dá muito trabalho por isso que os homens não quer. E a pesca, não, é fácil né? A pesca de rede, você vai ali pescou, veio, deixou em casa, a mulher trata, e o marisco não, dá muito trabalho.

Com a explicação de Elizete vejo que a migração dos homens para atividade fora da pesca não reside, apenas, na escassez de peixe, que torna inviável a sua permanência na pesca, mas também na indisponibilidade de ingressarem na mariscagem, decorrente tanto da baixa rentabilidade, quanto da quantidade de trabalho que demanda. Acredito pelas palavras de Elizete que a constituição de várias etapas no processo de trabalho da catação de mariscos, aliado ao esforço exigido em cada uma delas tem sido o principal motivo da indisponibilidade dos homens para essa atividade. O marido de Cida é pescador e ela afirma: “o meu [marido] mesmo daqui não gosta de ir pro marisco, só é mais

pescar com negócio de rede, de rede ele gosta de pescar, agora de negócio de maré não, de marisco assim, não”. Assim, deduzo que é a facilidade de pescar de rede que leva seu marido e outros homens a fazerem essa escolha.

Na visão de Marta, o homem deixou de ir para o marisco “porque não quer mesmo, tem medo de trabalhar [...] porque hoje em dia ninguém quer ir pra maré mais [...] porque não quiere dar duro, tem medo de pegar no duro, eu já digo já pelo meu cunhado”. O pensamento de Marta assemelha-se ao de Elizete, embora ela seja mais enfática com relação à justificativa dos homens de não optarem pelo trabalho na mariscagem. Para ela a mariscagem é um trabalho pesado e os homens não têm coragem para enfrentar, então preferem buscar trabalho em outros espaços. Nessa mesma linha de raciocínio, Marileide diz:

os homens é sempre mais preguiçoso pra esse negócio de maré [...] todo mundo diz que marisco não é trabalho pra pessoa não, o tal do marisco, até eles mesmo falam que marisco não é trabalho pra mulher, que é muito pesado, a gente carrega aquele peso da maré pra casa que é pra cozinhar.

Na sua fala, percebo que o reconhecimento do trabalho pesado por parte dos homens faz com que eles acabem assumindo, de forma indireta, o que pensam as mulheres sobre sua falta de coragem. Para Marileide, além de pesado, esse é um trabalho desumano pela quantidade de esforço que exige.

Segundo Anunciada, “é muito difícil o homem ir pro marisco agora, muito difícil mesmo, só quando tá assim desempregado, que não tem condições mesmo de fazer outra coisa, aí eles ainda acompanham as mulheres ainda pra tirar o marisco, mas a não ser isso, não vão não”. A preferência é sempre buscar alternativas de trabalho fora do contexto da pesca, e o marisco só em último caso.

Para Janiele os homens acham mais lucrativo trabalhar fora e espertamente só se rendem ao trabalho na maré quando esse está sendo produtivo. Ela diz: “os homens hoje em dia, raramente vão pra maré, assim, quem se importa mais é as mulheres, os homens só quiere ir pra maré quando tá sabeno que tá dano peixe, aí vai, é, não gosta de ir pra

maré pra voltar sem nada não”. Com isso, vejo a persistência das mulheres no seu ofício que mesmo o dia não sendo favorável à boa produtividade, elas continuam trabalhando.

Dessa forma, para a realidade da Ribeira, em termos de trabalho, percebo que com o passar do tempo, houve certa alteração no espaço. A terra passa a ser, de forma mais concreta, o espaço de domínio dos homens por estarem inserindo-se em profissões de terra como a construção civil e outros; e o mar raso ou mar da terra continua sendo espaço da mulher, o qual, preferimos, para nos aproximar da cultura da comunidade, substituir por maré, que é o termo utilizado pelas marisqueiras para designar seu local de trabalho. Assim, podemos dizer que a maré é o espaço de domínio das marisqueiras da Ribeira e, sendo este, de acordo com o pensamento de Maldonado (1986), espaço de terra, inferimos que a terra é espaço de domínio de homens e de mulheres com significados diferentes em virtude de seu uso.

Nos estudos de Woortmann (1991) a casa era de domínio da mulher. Nela as mulheres articulavam todas as atividades, o cuidado com a família, os afazeres domésticos e o beneficiamento do pescado, além das atividades de confecção e manutenção dos apetrechos de pesca. Esse é o espaço que não sofreu alteração com o tempo.

Segundo a autora, nas comunidades pesqueiras as relações entre homens e mulheres se alteraram ao longo do tempo, em função das transformações ocorridas no espaço através do tempo. O tempo que nos referimos aqui é o tempo histórico, aquele pensado através do espaço, que é irreversível e que pode ter sentidos distintos entre homens e mulheres. Por exemplo, nos estudos de Woortmann (2001), ela cita que a chegada do arame farpado cercando as terras, significou para as mulheres o fim da lavoura e, conseqüentemente, a perda do seu espaço de trabalho, enquanto que para os homens isto se apresentava como uma nova possibilidade de trabalho no plantio da cana de açúcar, para eles, então, um novo espaço. Neste sentido, “as relações de gênero é pensada, pois, através do tempo e do espaço, em diferentes momentos do tempo e em diferentes configurações do espaço” (WOORTMANN, 2001, p. 25). Para os pescadores da Ribeira a expansão da construção civil favorecido pelo crescimento urbano, muitas vezes até comprometendo o próprio Rio, tornou-se uma real possibilidade de trabalho masculino.

Segundo a autora, existem várias maneiras de se perceber o tempo. Além do histórico, tem-se o tempo diário, no qual se alocam as atividades cotidianas. Vale ressaltar que no contexto da pesca artesanal

o horário da maré é determinante para a organização das demais atividades. No caso específico das marisqueiras, a rotina diária das mulheres está atrelada ao ciclo das marés. Quando o horário da maré baixa ocorre pela manhã, momento em que as croas estão descobertas, possibilitando o processo de catação, elas organizam as demais atividades no horário oposto ou bem antes da maré baixar e quando esse fenômeno acontece à tarde, invertem o horário das outras atividades. Para as marisqueiras é, portanto, este tempo cíclico que vai orientar o tempo das demais atividades diárias que, por sua vez, são construídas em função do gênero e nas quais evidenciamos a chamada divisão sexual do trabalho.

Como tempo cíclico Woortmann (2001, p. 28) considera tempo ecológico, exatamente pelas variações sazonais que apresenta, implicando, pois, “[...] no reordenamento ao longo do ano das relações com a natureza, e das relações sociais nelas envolvidas”.

Deste modo, considerando que a maré não permanece mesma em todas as horas do dia e que essas variações resultantes da atração gravitacional com a lua e sol (mais com a lua e menos com o sol), incidem diretamente na organização da vida das marisqueiras e, portanto, na forma como elas se relacionam com a natureza dando significado aos fenômenos naturais, podemos conceber o ciclo da maré como tempo ecológico. Neste sentido, um aspecto dessa relação é importante ressaltar: para as marisqueiras da Ribeira, é o ciclo da maré que determina os dias em que o marisco está rendendo ou não, o que significa dizer que têm muita carne ou não. Sobre isso Cida, expõe:

por maré que ele chega fica pretinho, aí não rende não, mas tem maré que ele chega fica amarelinho, amarelinho mesmo, chega faz gosto a gente tirar, mas tem deles que chega fica preto, aí não rende quase nada, a gente as vezes tira duas, três caixa, se brincar não dá nem dez quilos porque tá muito pequeno, agora quando tá graúdo mesmo, ele já rende, já é mais melhor pra gente porque tá rendendo. Maré choca que é maré pequena, porque tem maré grande e maré choca, pronto essa, morta que o povo diz, essa morta pra mim eu acho que ele rende mais que

maré grande, porque já a ostra na maré grande já é mais melhor, pra ostra, mas pra minha feição assim ela morta é mais melhor pra mim, eu acho que ele rende mais.

A maré em que o marisco se apresenta pretinho, nos termos de Cida, é a maré sizígia ou maré viva, que ocorre por ocasião da lua cheia e lua nova, apresentando elevados coeficientes de marés. Já a maré choca, que ela também chama de maré morta, em que o marisco está grande, amarelo e com bom rendimento, é aquela que ocorre por ocasião da lua quarto crescente e quarto minguante, período que apresenta um coeficiente de marés mais baixo²⁶. Sobre a influência desse fenômeno Edite complementa:

essa maré agora, mais tá boa de render visse? a maré morta, é tão amarelinho, tão amarelinho essa maré, mas a maré quando é grande ele é magro, acho que é porque ele não tem pra comer a comida suficiente parada como a maré morta, que aquilo devagarzinho, tá vazada, dá tempo ele comer mais.

Com a explicação de Edite imaginamos que quando quanto mais cheia a maré estiver, os mariscos apresentam menos condições de se alimentar, o que não corre no período de menor amplitude da maré, em que o ritmo mais lento permite que a alimentação seja satisfatória. De acordo com os estudos de Belém, Moura e Henry-Silva (2013), os mariscos se alimentam de matéria orgânica, por isso a sua densidade (número por metro quadrado) vai depender da quantidade desse tipo de matéria existente no ambiente. Assim, tentando relacionar as duas abordagens, penso que a concentração de matéria orgânica no estuário se dá em maior escala no período da maré morta, tendo em vista que o nível da água está mais baixo, permitindo que essa matéria se fixe no local, servindo de alimentação para os mariscos.

²⁶ Informações obtidas através dos sites: <https://www.tabuademares.com/mares/tipos-mares>. Acesso: 06 mai.2015; e <https://www.marc.mil.br/dhn/bhmn/download/cap10.pdf>. Acesso: 06 mai. 2015

Além disso, as estações do ano que do mesmo modo estão ligadas ao tempo ecológico, também interferem na rotina dessas mulheres. No inverno, por exemplo, o dia de trabalho fica comprometido em virtude das chuvas, impactando diretamente em todo o processo. Ressalta Edite:

a gente tira menos no inverno, sabe por que? Porque no dia de chuva a gente não vai, por isso tira menos [...] porque se tiver de chuva quem vai enfrentar um dia de chuva na maré tirando marisco? Você tando lá, tá bem se a chuva cair, mas sair debaixo de chuva, minha filha, é dose.

Em dia de chuva, como falou Edite, a dificuldade está na operacionalização do trabalho que ocorre a céu aberto, o que vem rebater diretamente ao orçamento familiar. Um dia sem trabalho significa a redução de recursos para prover suas necessidades básicas. Diferentemente do que ocorre no verão, que além do clima estar favorável para a pescaria, tem-se a chegada de turistas na região, o que traz êxito considerável à comercialização, como foi mencionado anteriormente.

Na Ribeira o tempo trouxe modificações no espaço, dando a este nova configuração e novos significados. As mudanças ocorridas proporcionaram as mulheres certa autonomia quando se unem para seguirem em direção as croas, mesmo tendo que pedir emprestado a embarcação. Elas se mostram incansáveis no seu ofício e comemoram o resultado do seu esforço quando obtém bons rendimentos.

4. GÊNERO, TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Neste capítulo procuro refletir um pouco sobre a categoria trabalho, sobre sua trajetória histórica e as suas concepções a partir do ponto de vista de vários autores, dentre eles: Albonoz (1986), Marx (1974, 2007) e Arendt (2010), trazendo em seguida os seus significados na visão das marisqueiras. A partir disso, busco discutir sobre a relação trabalho emprego trazida na concepção das mulheres, e a inserção do sexo na nova conceituação da categoria trabalho. Esse percurso se fez necessário para pensar a questão do reconhecimento profissional das marisqueiras, tanto na perspectiva da legislação como das próprias mulheres. Por fim, trago a discussão do papel da colônia de pescadores (as) como uma organização social e política da classe dos trabalhadores da pesca artesanal que intermedeia o processo de reconhecimento da categoria e se desenvolve na direção da defesa dos direitos e interesses dos pescadores e pescadoras.

4.1. Trajetória histórica da categoria trabalho

Ao longo da história das civilizações, vemos que o trabalho no seu estágio inicial se apresentava como um esforço complementar ao trabalho da natureza, servindo apenas à subsistência nas comunidades primitivas, através da coleta, da caça e da pesca. Essa forma de complementaridade, de acordo com Albonoz (1986), se explicava pelo ato de colher o fruto da árvore da mata virgem, de extrair o peixe que sobreviveu às piranhas e de matar o animal que já se reproduziu. Seguido a esse estágio, temos a descoberta da agricultura, que foi ocasionada, segundo a autora, por um incêndio na floresta, através do qual se verificou que as sementes cresciam nas cinzas.

Segundo Mazoyer e Roudart (2010), data do período neolítico (cerca 10.000 mil anos a. C.), a existência das primeiras formas de cultivo e de criação, as quais se expandiram pelo mundo através de sistemas pastorais e de cultivo de derrubada-queimada, cuja duração deste último atravessou séculos e ainda pode ser verificada em algumas florestas da África, da Ásia e da América Latina.

De acordo com Albonoz (1986), tem-se a suposição de que foram as mulheres dos povos nômades as responsáveis pelo desenvolvimento inicial da agricultura, quando se negaram a seguir

viagem para se instalarem em outro lugar, visto que a caça e a pesca haviam se esgotados e necessitavam buscar melhores recursos naturais para sobreviver. Nesse contexto, a alternativa seria fazer uso da terra para garantir a sobrevivência permanecendo no mesmo local. Por isso, ressalta a autora, para algumas culturas primitivas, é comum uma divisão do trabalho em que as mulheres praticam o plantio e os homens a caça e a pesca. Disso decorre a noção recente, destacada por Woortmann (1991), de terra e mar como espaços de gênero, nos quais as mulheres desenvolviam atividades de terra através da agricultura e os homens atividades de mar através da pesca, fazendo referência ao contexto das comunidades pesqueiras do Nordeste de Brasil, entre os anos de 1930 a 1950.

Com o desenvolvimento da agricultura veio a noção de propriedade e de produto excedente. Na primeira, os indivíduos se consideravam donos do produto que cultivavam com o esforço do seu corpo; na segunda, o que sobrava do plantio era trocado com os vizinhos, uma vez que parte da colheita já havia sido utilizada na alimentação da família. Com o tempo a noção de propriedade foi se separando do trabalho. Quem cultivava a terra já não se encontrava mais na condição de proprietário, podiam ser escravos, servos ou camponeses, e o excedente agora pertencia à nobreza que era composta também pelos senhores feudais.

Segundo Faber (2011), o feudalismo surgiu na idade média como uma necessidade de ampliação da produção agrária, em que os feudos, se constituíam, por sua vez, em terras concedidas pelo rei aos senhores feudais em troca de fidelidade e ajuda militar.

De acordo com Albornoz (1986. p. 19-20),

do trabalho sobre a terra se origina a riqueza que vai incentivar o desenvolvimento do trabalho artesanal; ao mesmo tempo, se intensifica o comércio, uma vez que há excedentes tanto na agricultura como na criação dos animais. E da primitiva troca em espécies passa-se ao comércio mediado pela moeda.

Nesse contexto, o comércio e a manufatura se desenvolvem, e a propriedade da terra passa a não se apresentar mais como a principal fonte de riqueza. Verifica-se agora o surgimento dos burgos, que eram pequenas cidades onde as pessoas se dedicavam ao comércio, trocando

seu produto por outro ou por dinheiro, e à produção artesanal em suas oficinas.

Segundo Albornoz (1986), esses centros urbanos foram o nascedouro da classe chamada burguesia, formada por mercadores ou artesãos enriquecidos, os quais empregavam trabalhadores como artesãos, carregadores, artistas, criados domésticos e marinheiros. Dessa relação temos o estabelecimento de uma hierarquia entre os que detinham os meios de produção e os que detinham a força de trabalho.

Com o progresso da economia e o crescente processo de acumulação de riquezas e circulação, cria-se a ideia de aplicar a ciência à produção com vistas ao aumento da produtividade, gerando o que conhecemos como Revolução Industrial. Albornoz (1986, p. 22) afirma que existiram três estágios de desenvolvimento da tecnologia na era moderna. O primeiro, que data do século XVIII, caracteriza-se pela criação da máquina a vapor; o segundo, já no século XIX, pelo uso da eletricidade; e o terceiro pelo advento da automação com a invenção do computador que representa a Revolução Industrial do século XX.

Nesse processo de desenvolvimento da tecnologia, a humanidade vê a possibilidade de livrar-se do fardo do trabalho, o que na sociedade de hoje representa uma ameaça e não uma libertação, uma vez que em uma sociedade de trabalhadores é o trabalho que dá sentido a vida, por isso cada vez mais o trabalho autônomo foi sendo substituído pelo emprego nas organizações. A partir do século XIX, segundo Albornoz (1986), registra-se um número significativo de pessoas que se transferiram do campo para a cidade em busca de emprego e, conseqüentemente, de melhores condições vida.

Tão logo se desenvolvem as formas assalariadas de trabalho, que o caráter enobrecedor dado a essa atividade por ela estar na origem da produção material da vida humana, é substituído pelo significado antigo de constrangimento e de sofrimento para quem o exerce, diz-nos Hirata e Zarifian (2003, p. 66).

No contexto industrial, o trabalho é planejado e coletivo. Nele, os trabalhadores participam de um processo, no qual lhes cabe a responsabilidade de executar apenas uma parte das ações da produção, que nem sempre constitui o produto final. Na linha de montagem, guiado pelo controle da produtividade e pela finalidade de alcançar lucros cada vez maiores, o trabalho não pode parar. O trabalhador faz parte de uma engrenagem que tem que funcionar independente de sua vontade. Além disso, outro aspecto que caracteriza o trabalho industrial

é a separação entre a moradia e o local de trabalho, fator que teve um significativo impacto na vida das mulheres que, tradicionalmente, são encarregadas de cuidar da família e da casa.

No trabalho artesanal, o trabalhador realiza sua atividade de forma autônoma, com liberdade para organizar o seu trabalho e para interromper a ação no momento que desejar, ele tem o pleno domínio de todo o processo de criação do produto, que procura fazer com arte e prazer. Por meio do seu trabalho, o artesão está sempre se aprimorando e desenvolvendo novos conhecimentos e habilidades. Nesse ato inexistente a separação entre trabalho e divertimento. De acordo com Abornoz (1986, p. 39), o modo de viver do artesão é determinado pelo seu modo de subsistência, em que seus amigos são os seus colegas de profissão e as suas conversas são geralmente sobre o seu ofício.

Essa é uma realidade bem característica da comunidade Ribeira, em que as mulheres exercem sua atividade de forma autônoma e mantém os laços de amizade através do seu ofício. É no trabalho que constroem suas relações com outras mulheres e homens de comunidades vizinhas, compartilhando seu processo de trabalho e de comercialização.

Para a autora o trabalho transformou-se no oposto do artesanal. Ela diz que “no mundo industrial falta vínculo entre trabalho e o resto da vida” (ALBORNOZ, 1986, p. 39), e só se é livre no tempo que sobra do trabalho.

Atualmente, fala-se em formas de organização do trabalho nos moldes do que ocorreu em meados do Século XIX na Grã-Betanha sob a grande influência do industrial Robert Owen. Ele propunha um modelo de produção baseado em sistemas cooperativistas como alternativa ao modo de produção capitalista vigente. O objetivo inicial da sua proposta era inserir os pobres na esfera da produção e com isso reduzir os gastos com o sustento dessa parcela da população. No entanto, ficava cada vez mais evidente que sua intenção era extinguir a empresa lucrativa capitalista. Aqui temos o nascedouro do que hoje denominamos de Economia Solidária. De acordo com Singer (2002, p. 35), “seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, uma vez que é notória a ligação da Economia Solidária com a crítica operária e socialista ao capitalismo”.

A cooperativa de produção é um modelo de empresa solidária que se desenvolve na perspectiva da autogestão. Nesse tipo de empresa, segundo Singer (2002, p. 9), “[...] todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as

decisões”. Entre os sócios não há competição, se a cooperativa obtiver ganhos positivos em termos de capital todos ganham por igual, e se tiver prejuízo, todos arcam com uma parcela para saldar as dívidas. Na empresa solidária ninguém manda em ninguém, pois uma economia para ser solidária presume-se que seja organizada igualmente entre os membros que a compõe e isso tanto na hora de produzir, como de comercializar, consumir ou poupar.

Como podemos ver, em cada fase que compõe o processo de desenvolvimento histórico da humanidade, o trabalho está presente, seja como um ato de complementar a ação da natureza ou de transformá-la. Isso vai depender de como o trabalho é visto em cada em cada contexto e de acordo com o momento da historia.

4.2. Concepções da categoria trabalho

De acordo com Alborno (1986), nas mais diversas línguas o termo trabalho se apresenta com mais de uma significação, variando entre a tortura, fadiga, dor e suor do rosto, e a ação humana de transformar a natureza em objeto de cultura. A autora diz que trabalho “é o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas” (ALBORNOZ, 1986, p. 8).

Na língua portuguesa a palavra trabalho origina-se do latim *tripalium*, que “[...] era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-lo e esfiapá-los” (ALBORNOZ, 1986, p. 10). Esse instrumento, embora tenha sido criado para o uso na agricultura, ele foi bastante utilizado como meio de tortura, o que fez o significado da palavra trabalho conotar por muito tempo, e ainda hoje, como compadecimento e cativo, segundo a autora. O sentido de sofrimento designado a palavra trabalho manteve-se até inícios do século XV, quando passa então a assumir outro significado, o de esforçar-se, laborar e obrar.

Segundo Alborno (1986), deduz-se que todo trabalho tem um fim e um esforço, que pode ser preponderantemente físico ou intelectual. Contudo, essa noção que divide trabalho físico (corporal) e trabalho intelectual se apresenta um tanto limitada, uma vez que o esforço intelectual também demanda esforço corporal, e vice-versa, no

processo de realização de seu objetivo que é a obra, a qual também passa a ser chamada de trabalho. Assim, “trabalho é o esforço e também o seu resultado” (ALBORNOZ, 1986, p.12)

A autora ressalta que para muitos, no ato do trabalho, o que diferencia o trabalho realizado pelo(a) homem/mulher do trabalho realizado pelos outros animais, é exatamente o fato do primeiro envolver a consciência e a intencionalidade e no segundo envolver apenas o instinto que é programado. No entanto, segundo a autora, apesar de ambos serem motivados pela sobrevivência, o que distingue definitivamente o trabalho dos dois é a existência da liberdade. Para Albornoz (1986), o(a) homem/mulher pode parar a realização da sua atividade quando quiser, mesmo correndo o risco de sofrer alguma sanção, assim como pode também executá-la de diversas maneiras, se a máquina não o/a programar.

De acordo com a autora, a ideia do trabalho como ato em que homem transforma a natureza e ao transformá-la modifica a si mesmo, é uma ideia moderna. No pensamento antigo, o homem livre era aquele que vivia no ócio, entregues à contemplação ou a ação política. O trabalho intelectual, por exemplo, era considerado liberto e pertencente à classe dos homens livres, enquanto que o trabalho físico era considerado servil e humilhante, nele estavam os escravos e as mulheres.

Na tradição judaica, o trabalho é considerado um castigo, ao qual o homem ou a mulher estava condenado pelo pecado. Segundo a autora, no início do cristianismo o trabalho era admitido como uma punição para os pecadores, servindo também “[...] para a saúde corpo e da alma, e para afastar os maus pensamentos provocados pela preguiça e a ociosidade” (ALBORNOZ, 1986, p. 51).

Com a Reforma Protestante, o trabalho passa a ser reavaliado, servindo agora como modo pelo qual a humanidade serviria a Deus. Neste sentido, a profissão apresenta-se como uma vocação, uma missão dada por Deus. Para essa doutrina, o trabalho dignifica o homem diante de Deus, possibilitando-o alcançar a salvação. Assim, todo aquele capacitado, segundo Lutero, tinha o dever de trabalhar, uma vez que o ócio poderia trazer consequências danosas a humanidade. No cristianismo calvinista, o trabalho passa pela ideia de predestinação. Apesar de ser da vontade de Deus que todos trabalhem, alguns são predestinados ao êxito conquistado através do trabalho árduo e outros a viver na miséria.

Desta forma, é sob a justificativa de agradecer a Deus para obter a salvação que muitos vão se dedicar intensamente ao trabalho, impulsionando assim o desenvolvimento do capitalismo, cuja desigualdade de riqueza gerada vai encontrar apoio na explicação que coloca tal fenômeno como obra da providência divina.

Segundo Alborno (1986), o século XVIII marca o período de exaltação do homem sobre a natureza, em que o trabalho e a técnica serviam como meio para o homem dominá-la. A autora diz que para Rousseau essa noção não trazia efeitos positivos a humanidade, já que a transformação da natureza só havia servido para transformar o homem de forma negativa. É, portanto, Rousseau que vai relacionar pela primeira vez a transformação da natureza com a transformação do homem, mais tarde utilizada por Marx. A autora diz que ainda neste século, os economistas clássicos, Adam Smith e David Ricardo, desenvolvem teorias que vão reconhecer no trabalho humano a fonte de todo valor e de toda riqueza social.

A autora destaca também as ideias de Georg Hegel sobre o trabalho. Hegel foi um filósofo alemão que viveu no período que compreende o final do século XVIII e início do XIX, para ele o trabalho

é uma relação peculiar entre os homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, através do instrumento que é a ferramenta. Esta é subjetiva na medida em que o trabalhador a utiliza e a preparou. E é objetiva por estar objetivamente orientada em relação ao objeto do trabalho (ALBORNOZ, 1986, p. 62).

Nessa relação em que o homem produz o objeto com o uso de instrumentos que também produziu, ele se autoproduz e cria relação com outros homens. Para Hegel, o homem só se torna humano na sua relação com outro homem. Na sua visão, é, portanto, em comunidade que o indivíduo torna-se indivíduo humano. Ele diz que trabalho é processo de transformação através do qual o homem transforma a natureza direcionado a satisfação de sua necessidade e que é nesse processo que o homem vai desenvolver sua autoconsciência mediante o reconhecimento de si, dos outros e dos outros com relação a si. Por isso, para ele, o trabalho representa muito mais do que a simples objetivação da natureza, ele é, sobretudo “[...] mola que impulsiona o desenvolvimento humano” (KONDER, 1991, p. 23), uma vez que por

seu intermédio o ser humano produz a si mesmo indo além da natureza pura.

De acordo com Albornoz (1986, p. 69), é na teoria de Marx, no século XIX, onde vamos encontrar uma “[...] análise mais detalhada do significado concreto do trabalho para o desenvolvimento do homem e de suas distorções na sociedade capitalista”.

Na concepção marxista,

o trabalho é, antes de mais, um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem medeia, regula e controla a sua troca material com a Natureza através da sua própria acção. Ele faz face à própria matéria da Natureza como um poder da Natureza. Ele põe em movimento as forças da Natureza que pertencem à sua corporalidade — braços e pernas, cabeça e mão — para se apropriar da matéria da Natureza numa forma utilizável para a sua própria vida. Ao actuar, por este movimento, sobre a Natureza fora dele e ao transformá-la transforma simultaneamente a sua própria natureza (MARX, 1974).

Assim, para Marx, no processo de trabalho, o homem e a mulher ao modificar o mundo exterior modificam a si mesmos, pois além da transformação que ocasionam na natureza, através da sua apropriação para atender as necessidades humanas, criando bens dotados de valores de uso, desenvolvem uma série de conhecimentos e habilidades que possibilitarão o surgimento de novas transformações e consequentemente a realização de novos produtos.

Segundo o autor, “como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social” (MARX, 1999, p. 65). É o trabalho que vai garantir ao homem ou a mulher a obtenção de meios que garantam a sua sobrevivência através da produção de valores de uso. Neste sentido, o trabalho é uma atividade humana que possui um fim determinado que é a fabricação de valores de uso expressa como produto.

Ainda de acordo com Marx (1974), é neste ato que o indivíduo humano se diferencia das formas de vida dos animais, na medida em que idealiza previamente o resultado do seu trabalho, o produto acabado. Ele diz:

uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha, através da construção dos seus alvéolos de cera, envergonha muitos mestres-de-obras humanos. O que, porém, de antemão distingue o pior mestre-de-obras da melhor abelha é que ele construiu o alvéolo na sua cabeça antes de o construir em cera”(MARX,1974)

Os animais também transformam a natureza, mas só o(a) homem/mulher projeta na sua mente o que irá transformar. Os animais agem pelo instinto e o ser humano pela consciência. Desta forma, para o autor, o trabalho é uma ação essencialmente humana.

Porém, na sociedade industrial mecanizada em que a atividade humana se realiza de forma automática na produção cada vez maior de bens, o(a) homem/mulher não domina mais o processo de produção na sua totalidade e o produto do seu trabalho já não lhe pertence mais, convertendo-se em um ser estranho ao trabalhador(a). Aqui o trabalho humano torna-se trabalho alienado, segundo Marx (2007), e quanto mais objetos o(a) trabalhador(a) produzir, menos pode possuir e mais dominado(a) se apresenta ao seu produto. Neste sentido, quanto mais o(a) trabalhador(a) cria bens mais pobre ele fica, já que os bens por ele(a) criados pertencem a outra pessoa que não é o(a) trabalhador(a).

Neste contexto capitalista, de acordo com Marx (2007), “o próprio trabalho é transformado em objeto”, uma vez que “o produto do trabalho humano é o trabalho incorporado em um objeto”, processo através do qual se efetiva o que autor chamou de objetivação do trabalho; e o(a) trabalhador(a) se torna uma mercadoria, que tem valor de uso na confecção de um bem e valor de troca pela venda de sua força de trabalho em troca de salário (MARX, 2007).

Hirata e Zarifian (2003) criticam a concepção moderna do trabalho defendida por Marx que coloca-o como uma atividade que pode ser objetificada. Para a autora e o autor, essa concepção se apresenta insuficiente para definir todas as modalidades de trabalho. No caso do trabalho doméstico, por exemplo, não convém utilizar a noção de

objetificação, uma vez que as relações se estabelecem no âmbito afetivo e na disponibilidade das mulheres pelo trato do lar. Dentro dessa perspectiva, vemos deficiência na concepção marxista de trabalho na medida em que esse é considerado de forma assexuada, colocando o homem como sujeito universal do trabalho.

Outra concepção de trabalho que vale ressaltar é trazida por Arendt (2010), pensadora contemporânea, em seu livro “A condição humana”. Nele, ela traz a definição de trabalho, considerando-o como integrante de uma das três atividades que são fundamentais para conceituação da vida ativa, sendo as outras duas a obra e a ação. Na sua perspectiva, essas atividades no decorrer na história da humanidade se apresentam numa hierarquia, cuja posição vai se apresentar de forma diferenciada de acordo com a conjuntura da época.

Para a autora, o trabalho é a atividade através da qual o homem assegura à sua própria sobrevivência e à vida da espécie, correspondendo assim, ao processo biológico que tem a ver com as necessidades vitais. A própria vida é, portanto, a condição humana do trabalho, o qual nunca acaba enquanto a vida durar. Ao homem que trabalha é conferido o termo *Animal Laborans*.

Já a obra é a atividade que diz respeito à artificialidade da existência humana, por fabricar um mundo de coisas artificiais. Assim, a condição humana da obra, segundo Arendt (2010), é a mundanidade. Ao homem que fabrica é atribuído o termo *Homo Faber*, cujo fim é atingido quando termina a fabricação do objeto.

E a ação é a única atividade que se realiza entre os homens sem a necessidade da mediação do artifício humano, correspondendo à condição humana da pluralidade, pelo fato de sermos todos iguais, humanos, mas diferentes. A ação, portanto, possui um duplo aspecto: a igualdade e a diferença. Somente entre os homens pode ocorrer ação, por isso é condição humana fundamental através da qual se pode atingir a liberdade.

A diferença entre o trabalho do nosso corpo e a obra de nossas mãos²⁷, é que o primeiro, por ser uma atividade que se move na perspectiva de suprir as necessidades vitais do corpo, produz bens que são constantemente consumidos; e o segundo, fabrica objetos que se constitui no artifício humano e seu uso não causa o seu desaparecimento

²⁷ Expressão empregada por Locke e utilizada por Hanna Arendt (2005, p.179) para fazer a distinção entre o trabalho e a obra.

imediatos, pois são duráveis. E a diferença entre um bem de consumo e um objeto de uso, é que o segundo permanecerá no mundo por um maior período de tempo sendo ele usado ou não.

Segundo a autora, quando ela enumerou essas atividades, a ação ocupava a posição mais elevada, estando essa ligada à esfera política da vida humana, baseada na opinião, igualmente a vida da polis grega do período pré-filosófico ou pré-platônico. Para ela, a verdade só poderia ser atingida através da ação. Desta forma, para conhecermos algo, teríamos que agir, e essa ação se dava associada ao discurso.

Para ela é através do ato e da palavra que nos inserimos no mundo e nos relacionamos uns com os outros, não como objetos, mas como seres humanos distintos. E ela acrescenta: a vida sem discurso e sem ação, diz-nos Arendt (2005), está literalmente morta para o mundo, deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. Assim, é a ação e não o trabalho que vai diferenciar o(a) homem/mulher do animal.

Com a ascensão da atividade de fabricar, proporcionada a partir do instrumento fabricado pelo homem, a ação deixa de ocupar o lugar mais elevado na hierarquia das atividades. E do ponto de vista da contemplação, começa-se a perceber nos diálogos platônicos, o aparecimento do artesão. O desejo era conferir aos negócios humanos a mesma solidez que constitui a fabricação. Nesse momento,

a atividade política como algo necessário a vida de contemplação só era reconhecida na medida em que podia ser prosseguida da mesma maneira que a atividade do artesão, que produzisse resultados duradouros. [...] E tais resultados duradouros significava a paz necessária à contemplação. (ARENDRT, 2005, p. 178)

Contudo, não foi só o fato da fabricação do instrumento que elevou essa atividade, outro fator também importante foi o emprego da experimentação na aquisição do conhecimento, uma vez que a ideia principal era de que o homem só conhece aquilo que fabrica. E assim, a história torna-se objeto da ciência.

Dentre as principais características da era moderna, podemos encontrar algumas que são próprias da atitude de fabricação: a instrumentalização do mundo, a confiança nas ferramentas, a

produtividade e o princípio da utilidade. Esse período é considerado como o primeiro momento da modernidade.

O segundo momento registra uma gradual inversão na ordem das atividades, passando o trabalho a ocupar a mais alta posição dentre as atividades humanas na medida em que ele é transformado em trabalho produtivo que, através do incremento da mecanização e de sua organização, vai possibilitar o desenvolvimento dos processos de trabalho da era industrial. Segundo a autora (2005, p. 178), “[...] Marx tentou constantemente re-interpretar o trabalho à imagem da atividade da fabricação”. Ele afirma que a atividade do trabalho independentemente do contexto histórico e de todas as formas de sociedade, possui uma produtividade própria que não se esgota com a aquisição dos meios de subsistência, ela reside na força humana que é capaz de produzir um excedente, ou seja, de produzir mais que o necessário para a sua reprodução.

No século XX, a sociedade de empregos que é considerada como o último estágio da sociedade de operários, consagrou a vitória do *animal laborans*, em que o homem se insere num processo de trabalho cujo funcionamento se dá através da ação automática de seus membros, na qual a individualidade restringe-se ao processo vital, em que a única coisa que importa é garantir a sua sobrevivência e de sua família.

Ainda em torno da discussão do trabalho, tem-se a polêmica que envolve sua classificação, como produtivo ou improdutivo. Do ponto de vista do capital, o trabalho só é produtivo quando gera lucro para a empresa através da mais-valia, que é a parte do trabalho direcionada a produção do excedente. Por outro lado, também se considera produtivo o trabalho que produz objetos. Nesse contexto, os serviços estariam inseridos no rol do trabalho improdutivo.

Para Marx (1987),

trabalho produtivo, portanto é o que - no sistema de produção capitalista - produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital.[...] Seu objetivo é o enriquecimento, o acréscimo do valor, seu aumento, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia.

Na produção capitalista, o produto não é a mercadoria em si, mas a criação de mais-valia para o capital, adquirida pela quantidade de trabalho não pago que se chama de trabalho produtivo, atividade geradora de valor para o capital. Esse trabalho não pago corresponde exatamente aquela quantidade de trabalho exercida no tempo que excede o necessário para pagar o trabalhador que produziu uma certa quantidade de mercadorias. Em duas horas de trabalho já se adquire o valor do salário do(a) trabalhador(a), no entanto ele(a) trabalha oito horas, a mais-valia, portanto é obtida nas seis horas que excede o tempo de trabalho necessário. Desta forma, a valorização do capital que torna o trabalho produtivo se expressa através do lucro obtido pelo capitalista. Marx (1987) diz que quando falamos em trabalho produtivo, nos remetemos a uma relação bem determinada que envolve o comprador e o vendedor do trabalho.

Como trabalho improdutivo, o autor vai exemplificar dizendo que “uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalho produtivo, pois produz capital” (MARX, 1987). Assim também, um alfaiate que produz uma calça encomendada por um particular não é trabalhador produtivo, mas se ele é contratado por uma empresa para confeccionar calças em larga escala, aí sim seu trabalho é considerado produtivo, uma vez que ira produzir mais-valia para o empregador.

De acordo com essa perspectiva, no contexto da pesca podemos dizer que o(a) pescador(a) que trabalha na catação de marisco, se o faz para garantir sua sobrevivência e de sua família, esse trabalho não se caracteriza como trabalho produtivo, mas se esse(a) pescador(a) cata marisco incessantemente para algum empresário do ramo alimentício para exportação e outros fins, esse trabalho é considerado produtivo. Logo, o trabalho das marisqueiras da Ribeira se caracteriza como improdutivo sob esse ponto de vista.

Na visão das marisqueiras a atividade da mariscagem nem sempre é considerada trabalho e isso, em virtude de suas concepções acerca do que representa uma atividade de trabalho. Esse fato vem impactando diretamente no reconhecimento de sua prática e, conseqüentemente, na obtenção de uma melhor qualidade de vida que pode ser conquistada através da garantia de direitos assegurados mediante o registro de pescadora.

Percebo que os significados que norteiam essa temática no universo feminino da catação de mariscos têm suas raízes na dimensão econômica e cultural, construídas ao longo dos anos em função da conjuntura que tem no modo de produção uma forma particular de pensar o que é trabalho e o que não é.

Para algumas marisqueiras, não existe dúvida quanto ao reconhecimento de sua prática como trabalho. Quando perguntei: Você trabalha? Em que?, Edite prontamente respondeu: “trabalho na maré [...] trabalho na maré, trabalho na agricultura de enxada tudinho”. Quando ela repete “trabalho na maré”, ela procura reafirmar o que já havia dito, dando mais ênfase à atividade da mariscagem do que da agricultura, uma vez que na primeira ela garante o seu sustento e se realiza como profissional. O trabalho para ela é a ação através da qual se obtém recursos para prover sua vida. Foi através dele que ela criou todos os seus filhos e hoje demonstra ter uma vida financeiramente tranquila.

Marta também afirma: “trabalho na maré”. O tom da voz emitido na fala de Marta transpareceu muita segurança no que ela denomina de sua atividade de trabalho. A imediaticidade da resposta se assemelha a perspectiva de Edite, em que o trabalho é o meio de garantir sua sobrevivência e de sua família pelos rendimentos obtidos. Isso não seria de se estranhar, já que Marta é filha de Edite e cresceu nesse ofício, o qual lhe faz sentir orgulho da força e coragem que demonstra ter desde os quatro anos de idade, quando começou no ofício. Para ela a maré, referindo-se à catação de mariscos, é um trabalho árduo que só pessoas destemidas como ela são capazes de enfrentá-lo. Ela diz: “[...] é marisco é muito pesado, é muito mesmo, porque da onde a gente puxava a caixa era como daqui lá na beira da rodagem”. No seu relato, Marta não especifica a distância em termos de quilometragem, mas a forma de falar demonstra que o percurso percorrido entre a maré e o local de descarga dos mariscos é significativo e agravado pelo peso da caixa, precisando, portanto, de muita força e coragem para enfrentar.

Para Cida, a questão do trabalho não se apresenta muito diferente da visão de Marta e Edite quando ela diz: “eu pesco, vivo da maré”. É da sua atividade na maré que ela sobrevive. Na sua fala, embora não tenha mencionado o termo trabalho, as palavras já traduzem o que essa categoria representa para ela. De forma incansável, ela enfrenta a maré todos os dias e comanda o processo de comercialização. São horas e anos de dedicação para sustentar a sua família. A concepção de trabalho, então, está diretamente ligada às questões de sobrevivência.

Na visão de Ana Darc, tal atividade é motivo de realização pessoal e profissional, além do apoio financeiro para complementar a renda familiar. É um trabalho, portanto, que a dignifica e lhe trás oportunidades de conhecimento através da apropriação de espaços políticos que só foi possível adentrar pelo seu reconhecimento na categoria de pescadora. Por essa razão, sua resposta com relação ao seu trabalho foi: “sim [...] pescaria, pesco. [...] então dentro da pesca, da minha profissão, tenho várias atividades, como marisqueira, pesco, aí vem o marisco, a ostra, pesco camarão de rede, assim aí tudo, essas três atividades tá dentro da pesca”. Com essa afirmativa deixa claro que a catação de mariscos que exerce é um trabalho do ramo da pesca artesanal.

Na fala de Anunciada, percebo um detalhe a mais quando afirma: “trabalho em casa, no marisco, vendo umas coisas em casa”. Embora demonstre reconhecimento de sua atividade na maré como trabalho, percebo que esse não representa uma centralidade na sua vida como as marisqueiras anteriormente apresentaram. O trabalho em casa, referindo-se ao tipo de comércio que ela montou na sua própria casa, vendendo bebidas, guloseimas e outros produtos, parece ser a forma de maior relevância econômica para sua vida. Ambas as formas de trabalho citadas destinam-se a obtenção de rendimentos que lhe assegurem a sobrevivência. Nesse sentido, vejo que sua interpretação acerca do trabalho é compatível com a de Edite, Marta e Cida.

No entanto, para outras marisqueiras, a atividade que executam não se constitui como uma prática que se caracterize em um trabalho. Parece ser mais uma ação que integra a rotina doméstica, todas sem apresentar algum significado que possibilite uma visualização do esforço na perspectiva do trabalho.

Quando indaguei Janiele sobre o seu trabalho, ela disse: “nada, por enquanto nada”. Ela afirma que no momento está procurando um trabalho, mas que até agora nada. Para ela o trabalho lhe proporcionará o alcance do seu objetivo maior: “[...] quando eu arrumar um trabalho, aí eu ia mudar minha vida do jeito que eu quero mesmo, [...] assim terminar minha casa que é o que eu mais quero e pronto e viver minha vida”. Com essas palavras, vemos que Janiele tem no trabalho a esperança de mudar sua realidade. Na sua visão o trabalho está diretamente relacionado com os aspectos financeiros que poderá obter. Para ela, o trabalho não significa necessariamente uma relação formal mediante carteira assinada, visto que considera a atividade que o marido

executa, fazendo alternativo marítimo, um trabalho. Quanto a isso, ela diz: “trabalha assim né? Fazendo os alternativo que não é carteira assinada não”. Percebo que, sendo o marido o maior provedor das despesas da casa, o trabalho dele obtém maior reconhecimento, de acordo com concepção de Janiele. Nesse contexto, o trabalho da catação continua dentro da noção de ajuda, complemento e auxílio.

No pensamento de Janete, só quem trabalha na sua casa é sua filha e seu marido, ela afirma: “ela trabalha num motel, camareira, [...] ele faz alternativo marítimo”. Com isso, vejo que sua concepção de trabalho está tanto relacionada ao emprego, no caso da filha, e quanto ao provimento das despesas do lar, fazendo referência à posição do marido no contexto familiar. O marido de Janete também é pescador e, segundo ela, ele também cata mariscos. Para Janete, a sua ação não está relacionada ao trabalho, e sim à sobrevivência.

Elizete ao mesmo tempo em que considera a catação de mariscos um trabalho digno, quando interrogado se ela trabalha, responde: “não, só vivo da pesca e faço curso”. No seu contexto familiar quem trabalha é o seu marido, ela diz: “ele trabalha numa empresa”. Percebo que trabalhar pra ela significa tanto trabalhar fora, quer dizer, em outro local distante para onde tenha que se deslocar, como emprego. Isto como se a ação que executa fizesse parte da sua rotina doméstica, a qual não consegue interpretar como um trabalho, e a maré fosse uma extensão do espaço do lar.

Elizete foi criada na maré, a prática da catação de mariscos faz parte do seu modo de vida, ela está tão absorvida no seu dia a dia que embora se esforce para enxergá-la como uma atividade de trabalho, no primeiro momento, não consegue reconhecê-la dessa forma. Vejo que esse esforço deriva do seu envolvimento no grupo de mulheres que participavam das reuniões promovidas pela INCUTES, em que se discutiam pontos específicos ao reconhecimento da mariscagem como prática pesqueira e, portanto, como trabalho. Um dos pontos da discussão envolvia o registro de pescadora junto às colônias como instrumento oficial de reconhecimento da categoria e de garantia dos direitos desta. Sobre isso, ela diz: “[...] eu só me interessei mais depois da reunião que vocês [se referindo à equipe da INCUTES] vieram aqui e explicaram que a carteira servia muito, aí foi que eu me interessei a tirar”. O interesse despertado em Elizete provocou nela uma reflexão acerca do que significa a catação de mariscos, por isso em outro

momento da sua entrevista, ela traz o sentido de trabalho digno para explicar a sua atividade pesqueira.

Nessa mesma linha de raciocínio, Marileide afirma que a pessoa que trabalha na sua casa é o seu marido. De acordo com o seu depoimento, ele trabalha em uma Marina que se localiza na Praia de Jacaré. Contudo, quando questiono se sua atividade na mariscagem não é trabalho ela subitamente responde: “é, muito” e complementa: “assim, trabalhar em marisco eu trabalho né? Na maré, eu trabalho que é muito pesado mesmo”. Então, insisto em saber o motivo pelo qual ela não mencionou que trabalhava; ela justifica dizendo: “é assim né? Porque marisco é outra coisa, eu pensava que trabalhar era assim em casa de família e outras coisas, eu pensava”. Diante de suas narrativas, percebi que o trabalho só é associado à mariscagem quando esse reflete o esforço que exige na sua realização. Desta forma, penso que sua concepção de trabalho se vincula ao recebimento de um salário fixo que pode ser conquistado através da atividade como empregada doméstica ou outros, em que a pessoa tem que sair de casa e passar horas em outro espaço, que não é seu, mas de quem a contratou, realizando atividades em troca de um salário. Nesse sentido, o trabalho doméstico é considerado trabalho exatamente pela existência de uma relação assalariada que pode ser representada pelo emprego formalizado através do registro contratual ou não. E o marisco, por ser uma atividade autônoma, em que ela pode desenvolver algumas etapas em casa e cujo rendimento obtido não apresenta estabilidade, esse não é trabalho.

Vejo na fala de Marileide e de outras marisqueiras, uma subsunção da atividade da mariscagem às tarefas cotidianas desenvolvidas no âmbito de suas residências, e isso de tal forma que elas não conseguem perceber ambas as ações como atividades reconhecidamente de trabalho que também demandam tempo, habilidade e competência.

Da mesma forma, Alessandra também só destaca o marido como a pessoa que trabalha na sua casa. Eu indago: só ele? E ela responde objetivamente: “só”. Seu marido é Agente de Saúde do Município e também pesca, mas só de rede e no horário da noite porque trabalha o dia todo. Quanto à atuação dela na mariscagem, ela diz: “vou pra maré, pegar marisco né? Pescar né? Pra dar uma ajuda”. Para Alessandra, essa ajuda se faz necessária porque é só o seu marido que trabalha e com apenas o que ele ganha, que é um salário mínimo, não consegue arcar com todas as despesas de casa e com a família. Nas suas palavras, ela

explica: “devido assim, por ele trabalhar só, só ganha um salário pra manter uma casa com seis pessoas é muito difícil”. Assim, vemos que na condição de ajuda para complementar a renda do marido, a sua atividade não é percebida como trabalho, mas não é só esse aspecto que influencia na sua visão. Quando questiono sobre seu trabalho, buscando entender porque ela não mencionou que trabalhava, ela diz: “porque ainda não tive oportunidade de emprego”. Com isso, vejo que para ela, trabalho está associado diretamente ao emprego, considerando a prática que exerce na catação uma ajuda.

Sheila também aponta o marido como a única pessoa que trabalha na sua casa. Ele é pescador e, segundo ela, eletricista nas horas vagas. Muito frequentemente Sheila vai pescar acompanhada do seu marido, porque, como ela mesma destacou, a pesca de rede é a atividade que mais desenvolve, embora também cate mariscos. Se ambos são pescadores, penso que, na casa deles, ambos trabalham. Mas então por que Sheila só reconhece o seu marido como o trabalhador? Sobre isso perguntei: o que tu fazes não é trabalho? E demonstrando estar surpresa com o meu questionamento, responde: “é, não, mas eu digo assim né? Fora, assim, tipo sem ter só aquela atividade, outra atividade né? Assim como ele que pesca e é eletricista às vezes quando aparece um bico, aí quer dizer, no caso disso”. Percebo que o sentido de fora, não necessariamente representa fora da comunidade, mas parece-me expressar algo que é fora de casa, contratado por outro para fazer um serviço que não pertence à pesca, já que nessa última, várias ações são executadas na própria casa. Logo, é fora da pesca e, conseqüentemente, fora do contexto da casa.

Das mulheres da Ribeira entrevistadas, quatro reconhecem sua atividade como trabalho e seis não reconhecem, destacando o marido como a única pessoa que trabalha no contexto familiar, exceto Janete que inclui também a filha. Vejo que as primeiras possuem maior quantidade de tempo de trabalho na catação de mariscos, o que pode influenciar na sua concepção, uma vez que é a partir dele que têm garantido o sustento da família. Quanto às demais, percebo a influência de quatro fatores.

O primeiro refere-se à prevalência da noção de ajuda, significando dizer que o marido é o provedor da casa e a sua atividade na mariscagem uma forma de conseguir complementar a renda familiar.

O segundo está associado à obtenção de um rendimento fixo que é possível através do trabalho fora. Acredito que esse posicionamento

advém da segurança financeira que é transmitida pela relação assalariada em contraposição as incertezas existentes no universo da catação, que um dia está rendendo e outro não, o que quer dizer um dia está dando lucro e outro não.

O terceiro justifica-se pela junção da atividade da mariscagem com as demais que fazem parte do contexto doméstico, ela se insere no âmbito dos afazeres cotidianos não apresentando nenhuma distinção por ser um ato habitual assim como os outros.

E o quarto fator está associado ao entendimento de que trabalho significa necessariamente emprego, noção comumente difundida na sociedade capitalista. A diferença deste último fator com relação ao segundo está na formalização do contrato trabalhista expressa através da assinatura na carteira trabalho que, no segundo fator, não apresenta obrigatoriedade. Deste modo, ambos os fatores revelam a concepção de trabalho como emprego.

4.3 Trabalho e emprego

Na atualidade é comum associar o trabalho ao emprego e vice-versa. Isto, em virtude da compreensão de trabalho como uma relação formal assalariada. Uma pessoa que realiza seu trabalho de forma autônoma, como biscateiro, vendedor ambulante, dona de casa, mesmo que o faça de forma regular, ainda assim, em alguns casos, considera-se desempregado. O que podemos perceber nas palavras de algumas marisqueiras que se consideram sem trabalho, apontando essa condição para o membro da família que possui algum tipo de vínculo trabalhista.

Muitas vezes as pessoas que realizam atividade de forma autônoma podem até trabalhar mais e obter salários ainda maiores que outras que possuem emprego fixo. Na verdade o que elas não possuem é um emprego assalariado formalizado através de documento específico que lhes garanta os direitos trabalhistas e previdenciários.

De acordo com Barros (2011, p. 173), “a relação de emprego tem natureza contratual exatamente porque é gerada pelo contrato de trabalho”, cujos principais elementos são:

- a) a personalidade, ou seja, um dos sujeitos (o empregado) tem o dever jurídico de prestar os serviços em favor de outrem pessoalmente; b) a natureza não eventual do serviço, isto é, ele

deverá ser necessário à atividade normal o empregador; c) a remuneração do trabalho a ser executado pelo empregador; d) finalmente, a subordinação jurídica da prestação de serviços ao empregador. (BARROS, 2011, p. 173)

Segundo a autora, nem toda relação de trabalho se constitui em uma relação de emprego, isso só ocorre quando essa apresenta em sua configuração os elementos que caracterizam vínculo empregatício (elementos citados no parágrafo anterior). Como relação de trabalho temos, além da relação de emprego, outras formas de prestação de serviços que são realizadas em forma de trabalho voluntário, trabalho autônomo, eventual, avulso, entre outros. Desta forma, podemos dizer que toda relação de emprego é uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho é uma relação de emprego.

De acordo com Woleck (2008), na língua inglesa, até o início do século VIII a palavra emprego era utilizada relacionando-se a alguma tarefa, só a partir do século seguinte, com o processo de industrialização é que ela vai fazer referência ao trabalho realizado nas fábricas ou nas burocracias das nações.

Antes do século XIX as pessoas realizavam serviços de forma autônoma ou para um empregador para suprirem suas necessidades básicas, elas não eram vinculadas a uma organização e nem tão pouco possuíam uma relação formal de trabalho através do que chamamos usualmente de emprego fixo. Nesse contexto, elas eram detentoras de ocupações, mas não necessariamente de empregos. Como diz o autor citado, “o emprego é um fenômeno da modernidade” (WOLECK, 2008, p. 8) impulsionado pela industrialização que pressupõe uma relação entre o indivíduo e a organização mediada pelo mercado. Nessa relação, o indivíduo realiza uma atividade produtiva em troca de rendimentos que serão utilizados para aquisição de bens e serviços necessários a sua sobrevivência e de sua família. É, portanto, uma relação de troca que se estabelece nesse tipo de sociedade.

Na sociedade do século XX, em que o mercado ocupa um lugar central, o emprego se constitui no critério que define a significação do indivíduo na sociedade. Um indivíduo que não obtém um emprego é considerado um desocupado e, portanto, um excluído desta mesma sociedade, de acordo com Woleck (2008). Nesse contexto, o emprego torna-se categoria central que vai declinando no decorrer da segunda

metade desse século e tomando uma nova configuração em virtude do desenvolvimento tecnológico que se acentuará no século XXI.

Com as transformações ocorridas no mundo o trabalho nas últimas décadas do século XX, mudam-se as formas de contratação do emprego, difundindo o emprego por tempo determinado e de meio período, ao mesmo passo em que se acentua o grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Entende-se por formal o emprego de carteira assinada e informal o trabalho cujo vínculo está isento das obrigações trabalhistas contratuais, são os trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada.

No contexto das marisqueiras, o trabalho se traduz em emprego para algumas mulheres, quando se entende que esse ato expressa um vínculo entre empregado e empregador, através de uma relação de troca representada pelo registro na carteira de trabalho ou não, mas que se configura em uma relação de emprego na medida em que se verifica a existência do(a) empregado(a), do(a) empregador(a), do salário e da regularidade na prestação dos serviços.

De acordo com essa perspectiva, o trabalho autônomo da catação de mariscos que as marisqueiras exercem, por não apresentar subordinação a um(a) empregador(a), obrigatoriedade de horário regular e renda fixa, perdem a identificação de trabalho na perspectiva de seis mulheres entrevistadas.

No caso particular de Sheila, o trabalho eventual e autônomo realizado pelo marido como eletricitista é reconhecido como tal, em virtude de, na sua visão, o trabalho significar uma outra atividade que é exercida fora do âmbito da pesca. Desta forma, posso inferir que a pesca não é considerada trabalho sob o seu ponto de vista.

Já nas falas de Janiele e Janete, percebo a dimensão do sexo como um elemento que interfere na concepção de trabalho. Nesse caso, não é o fator da autonomia que vai incidir no seu entendimento. Além do aspecto relacionado ao provimento das despesas do lar que se apresenta sob o comando dos maridos, vejo que o direcionamento da pesca como atividade masculina histórica e socialmente construída se reproduz no pensamento dessas mulheres, quando reconhecem como trabalho aquele que é executado pelo homem. Nos seus depoimentos, elas mencionam que seus maridos trabalham fazendo alternativo marítimo e também como pescadores, ambas as atividades realizadas de forma autônoma assim como elas. Quando pergunto a Janete se ela cata mariscos, ela responde: “cato, ele [omarido] também cata. [...] quando

eu vou, eu vou com os vizinhos ou com ele mesmo”. Vemos aqui que o seu marido compartilha com ela da mesma atividade, em alguns momentos. Da mesma forma, Janiele diz que seu marido “faz alternativo e de vez em quando vai na maré também”. Nesse momento, questiono sobre a frequência na atividade buscando entender quem trabalha com mais assiduidade na catação e ela explica: “é tudo do mesmo jeito”.

Percebo que a exclusão do sexo na noção de trabalho tem reflexos também no âmbito da pesca artesanal que ainda não foram superados em sua totalidade. Vejo isso a partir dos depoimentos mencionados nesse estudo. Embora já se fale em uma nova conceituação dessa categoria com a inserção sexuada, as raízes da concepção de trabalho que considera o homem como universal, de acordo com Hirata e Zarifian (2003), são profundas. Contudo, os avanços obtidos a partir da perspectiva que visualiza o homem e também a mulher no contexto não apenas da produção, mas também da reprodução, têm contribuído para a construção de um novo olhar sobre o que se denomina de trabalho.

4.4 A inserção da dimensão sexuada na nova conceituação do trabalho

Até a década de 1970, segundo Fassarella (2008), os estudos que tratavam da questão do trabalho faziam referência à classe trabalhadora como se ela fosse homogênea, como se a força de trabalho presente no processo produtivo não tivesse sexo. Essa visão generalista que englobava todos numa só categoria, não levando em consideração as variáveis como: sexo, nacionalidade, idade, qualificação profissional, etc., não permitia visualizar o lugar da mulher no processo produtivo, o que, segundo a autora, contribuiu para a invisibilidade do trabalho feminino e para o aumento das desigualdades de gênero nesse âmbito.

Nos anos de 1970, com a inserção da dimensão sexuada nas análises do trabalho, o conceito deste foi sendo questionado. É a partir da discussão sobre a divisão sexual do trabalho que se desenvolve em torno da categoria trabalho uma proposta de reconceituação, introduzindo a perspectiva do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Algumas pesquisadoras do Grupo de Estudos da Divisão Internacional Social e Sexual do Trabalho propõem uma reconceituação incluindo o sexo social e o trabalho doméstico. Também foi incluído nessa reconceituação, trabalho não-assalariado, não-remunerado, não-

mercantil e informal. Para essas pesquisadoras, trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são categorias que não podem ser tratadas isoladamente, uma vez que são indissociáveis.

Bruschini (2006) nos diz que os primeiros estudos realizados no Brasil sobre o trabalho feminino apresentava como foco privilegiado o espaço da produção, não levando em consideração o importante papel da mulher no âmbito da reprodução social. Só tempos depois é que esse papel teve grande relevância nas produções sobre o tema, permitindo assim a inserção do trabalho doméstico nessas discussões. Segundo a autora,

as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram realmente um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, ou a família, pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento, seja pela superposição (BRUSCHINI, 2006, p. 332).

É muito comum na realidade das mulheres que trabalham na catação de mariscos o entrosamento das atividades do âmbito produtivo e do reprodutivo. Essas atividades são organizadas de tal forma, ao longo do dia, que se misturam e acabam sendo percebidas como integrantes de uma rotina diária habitual que não demonstram diferença na sua natureza para algumas mulheres.

Marta conta como se organiza durante o dia: “eu faço almoço cedo e deixo pronto, e vou pra maré, quando eu chego, almoço e faço a janta e vou balançar o marisco”. Marta balança o marisco no quintal de sua própria casa, o que facilita a alternância das atividades. Essa forma de conduzir as ações diárias é muito semelhante entre as marisqueiras, apresentando alterações quando possuem filhos pequenos pelos cuidados que têm que dispensar-lhes. Todas as atividades, portanto, são absorvidas na esfera da reprodução social.

Muitas críticas foram feitas às pesquisas estatísticas realizadas nos anos de 1970 e 1980 sobre a atividade econômica feminina. Segundo Bruschini (2006), as pesquisas até então desenvolvidas utilizavam referenciais que pouco se adequavam a realidade dos países latino-americanos, nos quais se verifica uma diversidade de atividade

econômica. Por isso, diz a autora, nos censos, o contexto doméstico, a pequena produção mercantil ou o trabalho familiar não-remunerado, que são, geralmente, próprios das mulheres, não apareciam. Nesses censos, o trabalho feito em casa como a confecção de roupas e de alimentos era naturalmente absorvido pelo trabalho doméstico e conseqüentemente omitido.

O aspecto da omissão contido nos censos citados pela autora ainda se encontra presente no cotidiano das marisqueiras da Ribeira que, pelo entrosamento das atividades acabam omitindo o trabalho na maré, mesmo que não seja de forma consciente. Vejo nisso o reflexo, ainda hoje, da construção social do que representava o trabalho feminino reproduzido nas pesquisas censitárias.

Bruschini (2006) destaca o Recenseamento de 1980 como uma importante contribuição para a reflexão do trabalho feminino quando no resultado, a categoria inativo abriga os “[...] indivíduos que não trabalham, seja porque vivem de renda, seja porque são aposentados, pensionistas, doentes ou inválidos, estudantes e os/as que realizam afazeres domésticos” (BRUSCHINI, 2006, p. 333). Ela diz que

[...] apesar do considerável volume de atividades que se escondem sob a rubrica afazeres domésticos e que mantêm ocupadas mulheres de todas as camadas sociais, o trabalho doméstico não é contabilizado como atividade econômica nesse tipo de levantamento (BRUSCHINI, 2006, p. 333).

A razão disso se pauta na noção de trabalho associada ao emprego capitalista utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que não reconhece outras formas de organização do trabalho. Neste contexto, a declaração de dona de casa como a principal ocupação da informante, tende a classificá-la como inativa.

Diante das críticas, nos anos de 1990, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, passou por significativas reformulações, trazendo novo conceito para o trabalho. Nesse processo, a orientação seguida advinha da 13ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Conferência Internacional de Nairobi sobre a Mulher, de 1985, nas quais a recomendação era de que fossem elaboradas estatísticas mais precisas sobre a participação econômica das mulheres, bem como sua

contribuição não-econômica. A recomendação, portanto, era investigar “[...] através do domicílio, a produção da empresa familiar, as fontes de renda e os gastos, além do tempo despendido por cada membro da família em diferentes atividades” (BRUSCHINI, 2006, p. 334). Assim, no que diz respeito ao trabalho feminino, essa metodologia permitiria o estudo da atividade, da inatividade econômica e do trabalho doméstico.

Segundo a autora, a partir dessa revisão, no novo conceito trabalho “[...] caracterizam-se as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e a produção para o próprio consumo e o da família” (BRUSCHINI, 2006, p. 335), o que contribuiu, segundo sua visão, para uma análise mais adequada das atividades econômicas das mulheres.

Ainda em virtude das reivindicações de grupos e dos movimentos sociais, foi introduzida na PNAD de 1992, a categoria trabalhador doméstico se referindo ao serviço doméstico remunerado e não ao trabalho doméstico de reprodução social, que continua inserido na categoria de afazeres domésticos.

Na PNAD consideram-se afazeres

a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (BRUSCHINI, 2006, p. 338).

Sobre esse tema, a partir de 2001, um novo quesito foi inserido pela PNAD, desta vez levando em consideração o tempo gasto na execução dos afazeres domésticos. O objetivo foi obter resultados que justificassem a sugestão de uma nova reformulação sobre o conceito de trabalho doméstico. Esse, a partir de então, sairia do grupo considerado de inatividade econômica para o de trabalho não-remunerado.

A reivindicação era, portanto, que o trabalho doméstico fosse incluído na categoria de trabalho não-remunerado e não como

inatividade econômica, tendo em vista a grande quantidade de horas dedicadas às atividades de reprodução social, sobretudo, pelas mulheres.

Os estudos apresentados por Bruschini (2006) mostraram que o tempo de trabalho das mulheres nos afazeres domésticos é tão extenso que acaba invadindo outros espaços temporais. Marileide destaca na sua fala esse aspecto quando menciona a diferença da realidade das mulheres em relação aos homens, ela diz: “[...] o homem tem muita facilidade de andar, de brincar e a gente nada. [...] o homem pode ir andar, pode ir brincar, pode sair e a gente em casa com os filhos e cuidando da casa”. Nessa fala vemos que o tempo gasto com os afazeres domésticos não permite que a mulher usufrua de outros espaços, uma vez que a responsabilidade está, na maioria das vezes, sobre a mulher e nada mais justo que esse tempo seja computado e os afazeres domésticos reconhecidos como trabalho. A desigualdade, no aspecto destacado por Marileide, manifesta nela um sentimento de inconformismo por ver que o homem dispõe de tempo pra tudo e a mulher não.

Ainda com base nos seus estudos Bruschini (2006) conclui que a maior quantidade de tempo gasto nos afazeres domésticos são de mulheres que são esposas e mães de filhos pequenos, e que estão inseridas também em trabalhos produtivos, enfrentando enorme dificuldade de conciliação de tarefas que envolvem responsabilidade familiar e profissional, o que reforça a noção de trabalho não-remunerado para os afazeres domésticos, reconhecendo a atividade no âmbito do trabalho reprodutivo.

De acordo com Dedecca *et al* (2009), nas pesquisas realizadas no ano 2006, a composição da jornada de trabalho apresenta diferenciação significativa de acordo com o sexo. Os resultados mostraram que

[...] os homens tinham uma jornada de trabalho média equivalente à jornada constitucional de 44 horas e destinavam cinco para a reprodução social. As mulheres exerciam jornadas de 37 horas no mercado de trabalho e 19 horas para a reprodução social, resultando em uma jornada de trabalho total em média 15% superior à dos homens. (DEDECCA *et al*, 2009, p.75)

Entretanto, dizem os autores que em famílias unipessoais a diferença na jornada de trabalho destinado a reprodução social dos

homens em relação às mulheres é mínima, sendo a dos homens um pouco inferior a das mulheres. O contrário do que acontece quando a família é composta do casal mais os filhos, em que a diferença mostra-se substancial. Neste caso, a jornada do homem reduz e a da mulher se intensifica de maneira significativa. Motivo pelo qual a inserção da mulher no mercado de trabalho requer um grande esforço na conciliação das jornadas, dificultando muitas vezes o seu ingresso e a sua permanência no mercado de trabalho.

Na realidade das marisqueiras, os afazeres domésticos, aos que se incluem, os cuidados com os filhos, justificam algumas vezes a sua inserção na mariscagem porque, além de ajudar na renda familiar, é uma ação em que elas podem conciliar as atividades sem maiores dificuldades. Isso é justificado tanto pela proximidade do local em que trabalham com relação a sua casa, como pela possibilidade de executar algumas etapas do processo no próprio domicílio, e pela flexibilidade que a autonomia do trabalho permite, como podemos ver claramente na experiência de Ana Darc que se inseriu na mariscagem depois que seu primeiro filho nasceu e não tinha com quem deixá-lo.

Para as marisqueiras, principalmente, aquelas cujos filhos ainda são pequenos e requerem mais atenção, os motivos se assemelham. Nesse contexto, seguem desenvolvendo seu trabalho na maré, sem associá-lo, em alguns casos, de forma consciente, à esfera da produção do ramo da pesca artesanal. No entanto, isso não pode ser generalizado porque já é possível perceber importantes avanços nesse sentido e um deles está na concretização do registro de pescadoras junto às colônias, que representa o reconhecimento da sua atividade profissional.

4.5 O reconhecimento da atividade pesqueira como trabalho

O reconhecimento da atividade de pesca como trabalho profissional foi formalmente concretizado com a regulamentação do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). O RGP constitui-se em um instrumento utilizado para reconhecer legalmente as pessoas físicas e jurídicas que executam a prática pesqueira e as embarcações empregadas com esse fim, habilitando-as ao exercício da profissão mediante matrícula/inscrição realizada junto aos órgãos competentes.

Com o Decreto, os pescadores obtiveram a oportunidade de efetuar sua matrícula junto a Capitania dos Portos do Ministério da

Marinha, após autorização da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Nesse momento, não era conferido o registro às mulheres, uma vez que sua atividade, segundo Silva e Leitão (2012), era reconhecida apenas como extensão do trabalho doméstico. Essa concepção pode ser percebida ainda hoje na realidade das comunidades pesqueiras que dificulta a compreensão e o reconhecimento das próprias mulheres sobre sua prática como atividade de pesca e, desta forma, como trabalho, Lembro aqui o posicionamento das marisqueiras que não consideraram sua atividade na catação de mariscos como o seu trabalho.

De acordo com o Decreto, a pesca era uma atividade que tinha como direcionamento fins comerciais, desportivos ou científicos; e o pescador, o profissional matriculado em órgão competente que fazia da pesca sua profissão e seu meio principal de vida. No Decreto não se reconhece outros tipos de prática pesqueira que faz parte da realidade do pescador e, sobretudo, da pescadora. O Decreto-Lei nº 221 de 1967 vigorou por quarenta e dois anos quando então foi revogado pela Lei 11.959 de 29 de junho de 2009 que ampliou as possibilidades de reconhecimento profissional, trazendo de forma expressa a classificação da pesca como comercial e não-comercial, bem como a definição da atividade pesqueira incluindo as tarefas de manutenção e confecção dos apetrechos de pesca e outras.

De acordo com a Lei,

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

- a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
- b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
- c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

A inserção na referida Lei da modalidade de pesca artesanal e a de subsistência como está descrita, contempla o contexto em que está inserida uma parcela significativa de profissionais que sobrevivem dessa prática, através da comercialização de uma parte da produção obtida na captura e do consumo da outra parte. Na Ribeira, a pesca se apresenta de forma artesanal, podendo ser em regime de economia familiar ou não, cujos resultados são distribuídos entre a venda do produto e o consumo familiar. Assim é também classificada como pesca de subsistência.

Nos termos dessa legislação temos ainda a definição da atividade pesqueira que vem acrescentar outras possibilidades de ações que fazem parte dessa cadeia produtiva. Isso se estabelece por entender que a atividade pesqueira é composta por um conjunto de procedimentos que se complementam. Vejamos o que está descrito no Art. 4º dessa Lei:

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

É oportuno destacar nas atividades descritas a importante participação das mulheres, que além dos trabalhos realizados nos processos de pesca, tem-se um gama de atividades nas quais estão

inseridas e que, muitas vezes, são as únicas que realizam, a exemplo do processamento do pescado (beneficiamento) que é praticada quase que exclusivamente pelas mulheres.

Das mulheres entrevistadas da Ribeira, apenas Cida aponta o envolvimento do marido nessa etapa. Cida diz: “ele vai buscar na beira da maré, bate, me ajuda a bater também, caça cangaço pra cozinhar, é me ajuda”. O marido de Cida, apesar de não gostar da prática da catação de mariscos, como ela mesma destacou, ele a auxilia no processamento. A sua ajuda se inicia a partir do transporte da produção quando Cida está chegando da maré, seguindo depois na procura de lenha para fazer o fogo e cozinhar os mariscos e, por fim, no balanço das caixas que é o momento popularmente conhecido como “bater os mariscos”. Nessa última parte do processamento, a ajuda do marido se apresenta muito importante pela força física que necessita para balançar as caixas.

Como vimos por muitos anos, a prática pesqueira foi considerada por uma perspectiva que não reconhecia as múltiplas formas de desenvolvimento dessa atividade. Até o ano de 2009, não se consta na legislação uma definição de pesca que considere suas diversas modalidades. Com isso, muitas práticas nesse âmbito foram destituídas de valor e sendo reproduzidas como pertencentes a uma outra categoria, como é o caso da pesca exercida pelas mulheres que até hoje apresenta dificuldade de reconhecimento, embora já seja possível encontrar um importante número de mulheres registradas como pescadoras.

De acordo com o Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP do ano de 2012, divulgado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), “do total de 1.041.967 pescadores profissionais inscritos no RGP, 604.955 (58,06%) são do sexo masculino e 437.012 (41,34%) do sexo feminino, [...] sendo que o Nordeste apresenta o maior número de mulheres, com 230.262, (22,10%), contra 259.677 homens, (24,92%)”. Vemos com a aproximação dos números em termos de gênero, que as mulheres estão buscando a legitimação do seu espaço.

Em 1980, com a inserção das mulheres na Marinha a partir da Lei nº 6.807 de 07 de julho de 1980, foi quando se abriu pela primeira vez a possibilidade de registro para algumas mulheres que trabalhavam na pesca artesanal, mas isso geralmente, para aquelas embarcadas. O que quer dizer que o contingente de mulheres pescadoras registradas era mínimo. Segundo Silva e Leitão (2012), a falta de uma política pública direcionada ao reconhecimento profissional das pescadoras impediu que muitas delas efetuassem seus registros, acarretando na perda de

benefícios garantidos pela Previdência Social e intensificando as desigualdades de gênero presentes nesse contexto.

Ana Darc diz: “minha carteira graças à Deus eu tirei ela em 98”. A carteira que ela se refere é a de pescadora profissional, em que consta o número do RGP. Ela e sua mãe são das poucas marisqueiras que conseguiram o seu registro nessa época. Segundo seu relato, a iniciativa não foi espontânea, elas foram forçadas a tirar a carteira sob pena de não poderem mais praticar a mariscagem. Sobre isso ela conta:

a carteira a gente tirou a carteira forçada. Assim, o IBAMA começou a ir diretamente nos barrancos de areia forçar, diretamente na palavra forçar, porque assim, ou você tinha a carteira pra você pegar marisco ou você não pegava marisco, foi quando aí assim, aí minha mãe foi, ela foi uma das que na época foi tirar [se referindo a tirar mariscos] lá perto do IBAMA, em frente ao escritório do IBAMA e eu fui tirar lá na Ilha da Restinga, aí quando eu cheguei em casa ela tinha voltado, ela tava no marisco, saiu primeiro do que eu, mas teve que voltar, lá ela tinha um saco cheio de marisco, lá derramou todinho, lá no barranco, ela teve que voltar em casa, ela tinha feito a carteira e eu não tinha feito nessa época, aí assim, ela tinha conhecimento que tinha que fazer, ela correu atrás foi lá e fez, e na época era lá na mata do Buraquinho²⁸ que era lá no IBAMA mesmo, aí ela fez, mas também ela não usava, aí foi quando derramaram o marisco dela, ela veio em casa pegar a carteira para mostrar a ele [fiscal do IBAMA] que tinha carteira, aí

²⁸O Jardim Botânico Benjamim Maranhão, denominado popularmente de Mata do Buraquinho, constitui-se em uma das áreas da Mata Atlântica do estado da Paraíba, situada na cidade de João Pessoa, que corresponde a uma área de 515 hectares, sendo por isso considerada uma das mais representativas do estado, segundo Pedro Gadelha Neto e Maria Barbosa (2012). É nesse local que está instalada a sede do IBAMA.

quando eu cheguei da maré que ela me disse, aí no outro dia saiu um grupo na época que tinha um grupo de mulheres. (ANA DARC)

De acordo com o relato de Ana Darc, vejo que a ação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) era mais no sentido de punir do que de conscientizar as pessoas sobre a importância do registro como instrumento de reconhecimento profissional. A meu ver, a intervenção do IBAMA expressava mais um ato de violência, quando na constatação da ausência do referido documento derramavam toda produção, sem nenhuma tolerância. Como vimos, a mãe de Ana Darc já obtinha a carteira, mas por não estar portando-a no momento, eles derramaram os mariscos que ela levou horas para coletar. Por essa razão, muitas mulheres se viram forçadas a efetuar seus registros. Ainda no seu relato, percebi que Ana Darc não tinha a carteira até aquele momento por falta de conhecimento da obrigatoriedade.

Naquela época, segundo Ana Darc, o IBAMA era o órgão responsável pela inscrição dos (as) pescadores(as), passando depois para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e hoje é a Superintendência do Ministério da Pesca do Estado da Paraíba.

Para a inscrição no RGP, as pessoas precisavam apresentar fotos, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Identidade e duas testemunhas para comprovar a atividade na pesca. Ana Darc diz que até hoje é preciso apresentar essas documentações e levar testemunhas. Sua primeira carteira foi tirada no IBAMA, sendo renovada em 2003 junto a SEAP e recadastrada em 2014 na Superintendência. O recadastramento de 2014 podia ser realizado também nas Colônias de Pescadores(as). Acredito que a transferência da inscrição do IBAMA para a SEAP ocorreu devido à promulgação de Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003.

Com a Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego²⁹, durante o período de defeso³⁰, a pesca artesanal passa a ser reconhecida legalmente pela

²⁹ Seguro concedido ao pescador/pescadora artesanal no valor de um salário-mínimo durante o período de defeso.

³⁰ O período de defeso das atividades de pesca constitui-se no intervalo de tempo necessário para a reprodução de espécies de animais aquáticos. Esse período é fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

primeira vez, quando destaca expressamente que esse benefício seria concedido ao pescador profissional que exercesse sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar. Com essa menção, a partir desse momento torna-se possível o acesso dos pescadores artesanais aos mesmos benefícios previdenciários dos pescadores industriais. É importante destacar que com o Decreto-Lei de 1967, o RGP era concedido mais facilmente aos pescadores industriais pelas características descritas de forma muito genérica quanto ao pescador profissional. Ao contrário da Lei nº 10.779/2003 que trata diretamente dos pescadores artesanais. O que facilitou para muitas mulheres a efetuação dos seus registros.

Com o RGP, as pescadoras e os pescadores, considerados como segurados especiais por exercerem seu trabalho individualmente ou em regime de economia familiar, têm acesso aos benefícios sociais concedidos pela Previdência Social que são: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade, auxílio-doença, pensão por morte e o seguro-desemprego, que a partir de 1º de abril de 2005 passou a ser gerenciado pelo Ministério da Previdência Social e não mais pelo Ministério do Trabalho e Emprego³¹.

No contexto da Ribeira, das dez mulheres entrevistadas, sete possuem registro de pescadoras, mas isso não necessariamente está ligado à questão do reconhecimento de sua prática, mas, majoritariamente, aos benefícios que podem acessar através da carteira. Isso pôde ser percebido nos depoimentos das mulheres que não consideraram sua prática como trabalho e que possuem a carteira de pescadora. Janete ingressou na mariscagem desde criança e diz que faz aproximadamente vinte anos que tirou a carteira, por orientação do seu marido e dos seus pais. Com relação à carteira ela diz: “porque quando a gente tá doente né, aquele benefício que a gente paga sobre a carteira de pesca, é a gente tem como precisar né? Precisar e chegar o tempo da gente levar algum acidente, pra se encostar, se aposentar, e se a gente não pagar?”(JANETE). Com essa fala, noto que a importância da carteira para Janete está relacionada aos benefícios que pode obter, se encostar para ela é afastar-se das atividades por doença.

³¹ Informação publicada pelo Ministério da Previdência Social, disponível em: <http://mps.jusbrasil.com.br/noticias/159473650/legislacao-o-seguro-desemprego-do-pescador-artesanal-sera-gerenciado-pela-previdencia-social>. Acesso: 8 jun. 2015,

No caso de Elizete que, na ocasião, fazia quase um ano que havia tirado a carteira, ela destaca a importância do conhecimento na conscientização do significado de obter o registro de pescadora. Ela diz:

desde pequena eu comecei a tirar com mãe, né? Que a gente sempre foi criada na maré, eu ia com ela, mas só que assim eu nunca me interessei assim muito de tirar a carteira, só me interessei mais depois da reunião que vocês [se referindo a equipe da INCUTES] vieram fazer aqui que explicaram que a carteira servia muito, aí foi que eu me interessei a tirar, só que até a agora não chegou porque realmente atrasa muito pra mim, aí eu tô esperando vê se chega. (ELIZETE)

O desinteresse de Elizete é atribuído a sua falta de conhecimento acerca da importância da carteira para o usufruto de direitos conquistados através do acesso aos benefícios sociais e para o reconhecimento profissional, uma vez que ela começou muito cedo na mariscagem e ainda não tinha despertado para a necessidade de realizar o seu registro. Entretanto, ela ressalta que ser pescador não é possuir a carteira. Elizete diz: “pra mim ser pescador [se referindo também a pescadora] é exercer a profissão que você tem, não só ter a carteira e dizer assim “eu sou pescador”, tem uma carteira e muitas vezes não é pescador, então pra mim pescador é exercer a função que você tem de pescador”. Dentro dessa visão, o reconhecimento se efetiva na prática do ofício e não somente através de um documento que pode não condizer a realidade. Isso lembra o que Marta e Edite já haviam denunciado: a existência de pessoas que não executam atividade pesqueira e obtêm a carteira de pescador/pescadora gozando dos mesmos direitos. Diante disso emerge a dúvida sobre a seriedade do processo de inscrição do RGP, que exige dentre outros, a presença de testemunhas.

Quanto aos benefícios que pode acessar com a carteira, Elizete menciona:

conheço alguns né, como auxílio doença, o amparo, alguns benefícios eu conheço, mas nem todos. [...] a gente sabe porque assim a gente só conheceu mais os benefícios depois que vocês [se referindo mais uma vez a equipe da INCUTES] vieram pra cá que abriram a mente da gente né? Que mostraram quais eram os benefícios que a gente tinha, quais eram os nossos direitos, porque muitas vezes a gente procurar os direitos que a gente acha que não tem né? E as vezes a gente tem e pensa que não tem aquele direito

Com essas afirmativas Elizete justifica o seu desinteresse em tirar a carteira, deixando transparecer tanto a falta de conhecimento como de credibilidade na organização responsável pelo cadastro dos (as) pescadores (as) da Ribeira que deveria, a seu ver, estar mais perto da categoria para explicar todas as questões inerentes ao seu ofício. Então, a partir da obtenção das informações que norteiam a efetivação do RGP, sobretudo, aquelas relacionadas às garantias sociais, ela tomou a iniciativa de fazer o seu registro, embora ainda não reconheça claramente o seu trabalho, quando respondeu em um momento da entrevista que só vive da pesca e faz curso, mas não trabalha.

Sheila também afirma que houve desinteresse de sua parte com relação à efetivação da carteira de pescadora e que só a providenciou há cerca de dois anos. Ela também menciona a falta de conhecimento sobre a importância desse documento na vida dos(as) pescadores(as) e diz:

pelo tempo que eu pescava, assim, as meninas me incentivava pra tirar né? Só que eu nunca senti interesse de tirar, depois que vocês [se referindo a equipe da INCUTES] vieram esclareceram a gente tudinho e o curso que teve lá aí esclareceu mais ainda, então aí eu achei que tinha direito de tirar. [...] porque assim, eu vi a necessidade que futuramente né? A gente tem benefícios, [...] porque é um direito que a gente vai ter futuramente, se acontecer algum acidente

com a gente na maré a gente tem, é acobertado né? Por isso. (SHEILA)

Na fala de Sheila, percebo que os benefícios ocupam um lugar central quando expressa a preocupação de estar desassistida no caso de sofrer algum tipo de acidente na maré. O reconhecimento profissional, nessa perspectiva, ainda não se apresenta como o motivo primeiro através do qual a garantia de direitos está intimamente relacionada.

Das sete pescadoras registradas, Edite, Cida, Anunciada e Marta afirmam que trabalham, mesmo tendo efetuado seus registros muitos anos depois de ingressarem na mariscagem. O que é compreensível em virtude da legislação que antes de 2003 não possibilitava abertamente a inscrição das mulheres. Por isso, percebi que as carteiras das pescadoras entrevistadas datam majoritariamente a partir desse ano, exceto as de Janete e Cida.

Edite lamenta por não ter tirado sua carteira antes, pois já poderia ter se aposentado com cinquenta e cinco anos. O tempo de contribuição, segundo ela, não incidirá mais sobre a sua aposentadoria que se concretizará ainda neste ano, quando ela completa sessenta e cinco anos. O que Edite chama de aposentadoria, de acordo com o Ministério da Previdência Social, denomina-se de Benefício Assistencial ao Idoso³², que é concedido ao cidadão ou cidadã maior de sessenta e cinco anos que comprove hipossuficiência de renda para sustentar a si e a sua família, sem a obrigatoriedade de pagamento ao INSS. Contudo, ela se mostra satisfeita por ainda ter conseguido receber auxílio doença no período em que sofreu um acidente. Assim como Edite, Cida também já usufruiu do auxílio doença durante a recuperação da cirurgia do olho que precisou se submeter. Ela tem a carteira há um pouco mais de quatorze anos e exerce a mariscagem há cerca de trinta e oito anos.

Para Marta, que reconhece seu trabalho, o benefício da aposentadoria teve uma importância muito grande na sua iniciativa de tirar a carteira, ela conta:

foi o rapaz mesmo da colônia que me procurou pra eu ir tirar, porque quando eu chegasse numa idade, que eu vivia muito na

³²Disponível em: <http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/352>. Acesso em: 5 jun. 2015

maré, ainda vivo, não vivo muito, mas vivo por aqui né? Que não tenho barco, mas assim mesmo vou buscar pra comer, o meu marido sempre vai pescar aí, porque eu não tenho uma renda, quando eu, se eu tiver quinze anos de carteira paga, pelos quinze anos da carteira paga que eu me aposento, quando chegar os quinze anos da carteira. (MARTA)

No seu relato a participação da Colônia teve um papel importante, sobretudo, porque a conscientizou sobre as condições exigidas no processo de aposentadoria, o que para Marta representa a segurança futura com relação ao seu sustento e de sua família. Atualmente, ela está afastada da maré por orientação médica, mas não recebe nenhum benefício por isso.

A falta de conhecimento também foi destacada na entrevista de Anunciada, ela diz que pescava, mas não sabia da possibilidade de poder tirar a carteira, quando então, seu genro se disponibilizou a intermediar o processo de inscrição, levando a sua documentação para a Colônia. Ela acrescenta que, desde esse momento, ano de 2005, vem pagando a Colônia regularmente.

As pescadoras integrantes deste estudo que não possuem carteira de pescadora são Alessandra, Marileide e Janiele. Nas suas entrevistas elas não mencionaram a atividade que executam como sendo o seu trabalho e justificam o motivo pelo qual não tiraram sua carteira de pescadora.

O descuido e também a falta de condições financeiras se apresentam como os principais motivos para Alessandra, ela explica: “porque assim, uma que é descuido e outra, né? A situação financeira” e complementa, “aqui é R\$ 40,00 reais, e pra tirar R\$40,00 reais assim”. Diante do contexto difícil, em termos financeiros, que vivencia com sua família, não é fácil dispor desse valor para tirar a carteira quando outras necessidades se apresentam prioritárias. Ela não percebe a inscrição no RGP como inserida na lista de prioridades, talvez porque não se veja como trabalhadora da pesca e desconheça os benefícios que pode obter em decorrência disso.

Ainda sobre essa questão ela destaca que a falta de envolvimento da Colônia com a comunidade agrava ainda mais o seu desestímulo. Ela diz: “a gente não vê incentivo da Colônia, a gente sabe que existe uma

Colônia, agora pra que existe ali, me pergunte que eu não sei”. Com isso declara o distanciamento da Colônia para com os (as) pescadores(as) e a sua incredibilidade por não ver um trabalho efetivo sendo realizado por parte dessa.

Marileide também menciona o descuido como justificativa para a falta da carteira de pescadora e sinaliza a vontade de tirar, sobre isso ela explica: “porque eu não quis tirar mesmo a carteira de pesca, tava tirando um tempo desse, mas eu me descuidei não fui, mas a menina vai começar de novo a tirar, a menina lá de cima, até minha mãe disse a eu que ela ia começar tirar pra eu tirar a minha”. Percebo que o descuido de Marileide também está associado à deficiência de conhecimento acerca da importância do RGP para sua vida profissional e pessoal também. Ela menciona claramente que não sabe os benefícios que a obtenção da carteira pode trazer.

Sobre a importância da carteira de pescadora Janiele diz:

não sei, mas pra mim eu acho que é, porque as meninas tudo fica interessada em tirar, tudo fica doida pra ter que ter a carteira de pesca, porque fazer algum curso as vezes precisa, tiver algum curso assim, algum curso que a gente já fez, muitas meninas fizeram com a carteira de pesca que tinha, o curso que eu fiz em Cabedelo mesmo, eu não tinha a carteira, mas eu dei a do meu pai, ai pronto.

Na visão de Janiele, a carteira permite a inserção em cursos que são direcionados a categoria de pescador/pescadora. Ela também não associa o documento a uma forma de reconhecimento profissional, que possibilita ao(à) trabalhador(a) da pesca o acesso aos benefícios sociais.

Segundo Janete, na Ribeira, a maioria dos homens tem carteira de pescador e o curioso é saber que nesse contexto poucos são os homens que estão trabalhando na pesca. Contudo, vale ressaltar que paulatinamente as mulheres estão buscando a concretização do seu registro e disseminando entre elas a importância dessa efetivação, já que são elas que enfrentam a maré todos os dias.

Com o Decreto Nº 8.425 de 31 de março de 2015 que regulamenta os Art. 24 e 25 da Lei Nº Lei 11.959 de 2009, dispondo sobre os critérios de inscrição no RGP e para concessão de autorização,

permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira, a condição da mulher pescadora passa a ser expressamente reconhecida no seu Art. 2º como uma das categorias aptas a se inscrever no RGP.

Art. 2º São categorias de inscrição no RGP:

I - pescador e pescadora profissional artesanal - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte;

Ainda no mesmo Decreto, no inciso VIII, ficam contempladas as pessoas que desenvolvem atividades correlatas a prática pesqueira.

VIII - trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal - pessoa física que, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal;

Considero que o reconhecimento jurídico das mulheres pescadoras expresso no Decreto Nº 8.425 de 2015, facilitará a efetivação de sua inscrição no RGP e conseqüentemente na categoria de seguradas especiais da Previdência Social, garantindo-as o usufruto dos seus direitos.

Na Ribeira, assim como em toda região de Santa Rita (Bebelância, Cicerolândia, Livramento, Forte-Velho e Tibiri), a inscrição no RGP é realizada junto à Colônia Z-11(Colônia de Pescadores Antônio Elias Pessoa), situada em Forte Velho, que encaminha o formulário devidamente preenchido e assinado com a documentação anexada do pescador/pescadora à Superintendência de Pesca do Estado para a emissão da carteira. De acordo com as

informações do então Vice-Presidente da Colônia em exercício, existem cadastradas naquela redondeza um número expressivo de mulheres em relação aos homens. De acordo com o levantamento feito manualmente entre as fichas do recadastramento de 2014, o número de mulheres cadastradas corresponde aproximadamente a 247 e de homens a 154. Os números não são precisos tendo em vista o não recebimento de algumas fichas por parte da Superintendência da Pesca que não teve tempo hábil para encaminhar. É válido ressaltar que o recadastramento poderia ser realizado tanto na Colônia como diretamente na Superintendência e que o período havia se encerrado a bem pouco tempo.

Na visão do Vice-Presidente, a reduzida quantidade de homens está associada à indisponibilidade de seguro defeso. Ele diz que os homens só procuram se cadastrar quando sabem que existe a possibilidade de desfrutar do seguro-desemprego, que é aquele destinado aos pescadores/pescadoras no período de defeso. Já as mulheres, segundo ele, procuram por ocasião do salário-maternidade, aposentadoria e auxílio doença. Ele diz ainda que nenhuma mulher tira o defeso, isso porque não é estabelecido período de defeso para o marisco³³.

Como podemos perceber a Colônia de Pescadores(as) é a instituição que intermedeia o processo de reconhecimento profissional do pescador e da pescadora, através do cadastro que é realizado na sede e encaminhado à Superintendência da Pesca do Estado. Contudo, sua ação deve ir além desse processo como uma entidade que é criada para a defesa dos interesses da categoria.

³³ Essas informações foram obtidas através do Vice-Presidente em exercício durante uma visita à Colônia Z-11 em agosto de 2014 que tinha o objetivo de verificar o número de pescadoras e pescadores da Ribeira. Os dados apresentados correspondem à região de Santa Rita que inclui a também a Ribeira, mas não foi possível obter os números correspondentes só a essa localidade, embora seja uma das maiores, juntamente com Forte-Velho, em número de pescadoras e pescadores. Na visita, percebi a necessidade de manter os dados atualizados de forma organizada e informatizados, já que possui computador para facilitar a organização das informações, que são de extrema relevância. Naquela ocasião, tive que contar as fichas para conseguir as informações que necessitava. Talvez seja falta de uma distribuição equitativa das atividades entre os componentes da Colônia, porém o que eu percebi é que essas pessoas deveriam estar mais envolvidas, visto que no momento da nossa chegada (eu e Ana Darc que me acompanhou), por volta das 15 horas de uma terça-feira, a Colônia se encontrava fechada.

4.6 A Colônia de Pescadores e Pescadoras como organização social e política da categoria

A Colônia de Pescadores(as), assim com a Federação Estadual e a Confederação Nacional, é um órgão de classe dos trabalhadores da pesca artesanal reconhecida pela Lei Nº 11.699 de 13 de junho de 2008, que tem como objetivo defender os direitos e os interesses da categoria no âmbito de sua jurisdição, sendo a Federação no âmbito do estado e a Confederação no âmbito nacional. É, portanto, uma organização social e política de representação das pessoas que integram a atividade da pesca artesanal.

De acordo com a Cartilha Colônia de Pescadores (2004), o surgimento das Colônias de Pesca datam do início do Século XX, ano de 1919, quando o comandante da Marinha Frederico Villar sai dividindo o litoral e os grandes rios brasileiros em zonas de pesca e criando colônias, com o objetivo de oferecer maior segurança a essas áreas, tendo em vista que o período da Primeira Guerra Mundial havia encerrado recentemente. O discurso da Marinha era fundamentado na necessidade de defender a costa brasileira e para isso ninguém melhor que os pescadores que conheciam os segredos do mar. O lema era: “Pátria e Dever”.

Cada Colônia era criada obedecendo a distância e um número de aproximadamente duzentos pescadores por região. Para cada colônia, que equivalia a uma zona de pesca (Z), era estabelecido um número, que seguia uma ordem crescente em cada estado, começando sempre do numeral 1 (um). Por isso, até os dias atuais denomina-se de Colônia Z-1, Z-2 e assim por diante.

Na ocasião do seu surgimento e durante muito tempo, as Colônias eram controladas por órgãos do governo federal, sendo o seu presidente indicado e não eleito pela categoria como acontece atualmente, e podia se associar qualquer pessoa que tivesse alguma ligação com a pesca, podendo ser comerciante de petrechos (utensílios) de pesca, donos de frigoríficos e de fábricas de gelo, funcionários de órgãos ligados à pesca, patrões de pesca, pescadores amadores e pescadores artesanais.

Até 1920, segundo Moraes (2015), as relações entre os pescadores e o estado eram baseadas em ações assistencialistas que se destinavam a conquista da confiança dos pescadores, através da doação de equipamentos pesqueiros, de prestação de serviços gratuitos em

embarcações, serviços de saúde, criação de escolas para os filhos dos pescadores, tendo em vista a militarização dos jovens, dentre outros.

Ainda, de acordo com o autor, na década de 1930, foi criada a Divisão de Caça e Pesca através do Decreto Nº 23.134/33, com o objetivo de administrar a pesca no país. Nesse momento, os pescadores passam a ser subordinados ao Ministério da Agricultura e não mais à Marinha, isso até o ano de 1942, quando durante a Segunda Guerra Mundial, retornam ao controle desta última com Decreto-Lei nº 4.890 de outubro de 1942.

Na década de 1960, durante o período militar, é instituído o Código de Pesca de 1967, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, em que ficava estabelecida as normas para o exercício da atividade pesqueira. A partir de então, as Colônias voltam a ser subordinadas ao Ministério da Agricultura que, em 1973, cria um novo estatuto para todas as colônias de pescadores. Vale ressaltar que o primeiro estatuto data de 1923 e foi organizado pela Marinha.

Com o movimento de democratização do país, em 1985 foi criado um grupo para elaborar propostas reivindicatórias aos parlamentares por ocasião da Constituinte. Com isso, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, as colônias deixam a tutela do estado e passam a ter autonomia, sendo equiparadas em seus direitos sociais aos sindicatos de trabalhadores rurais.

Atualmente, as colônias são constituídas com base na Lei N 11.699 de 13 de junho de 2008, sendo vedado na sua organização qualquer interferência ou intervenção do poder público, bem como da Federação e da Confederação, tendo assim, garantida a sua autonomia.

A Colônia, enquanto entidade representativa dos trabalhadores da pesca artesanal, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Art. 8, inciso I, deve ter seu registro efetuado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e, nessa condição, está apta a receber contribuição sindical por parte dos seus filiados com os quais se comprometem na defesa dos seus direitos e interesses. Além disso, ela é um órgão através do qual se viabiliza o reconhecimento da categoria de pescadores e pescadoras que atuam na pesca artesanal com a inscrição no RGP.

Sobre a atuação da Colônia Z-11 na sua circunscrição, algumas marisqueiras da Ribeira apontam insatisfações. Segundo Janete, a colônia “não dá aquela assistência que os pescadores ou as marisqueiras precisa”. Para ela o papel da colônia significa “ ter auxílio quando a

peessoa tá doente, mandar cesta básica, muita coisa que precisa”. Nessa visão, o papel da colônia é entendido como destinado à realização de ações de cunho assistencial. Sobre isso ela diz que “antes ele [se referindo a colônia] só dava mais [assistência] aos homens, e as mulheres ficava sempre de escanteio”. Aqui vemos a desigualdade de gênero presente no âmbito da organização social e política, reproduzida pela cultura que não considera a mulher como trabalhadora da pesca. Contudo, parece-me que a diferença de tratamento da colônia com relação aos homens e as mulheres têm se modificado na medida em que o pronunciamento é feito se referindo ao passado.

Sobre a atuação Sheila também manifesta o seu pensamento dizendo:

rapaz, não sei nem te dizer, porque assim eles só lembram da gente na hora de pagamento, porque a realidade é essa, e quando vai ter eleição, a não ser isso eu não vejo outra, porque aqui teve pessoas que já precisaram de assistência da colônia, não chegaram junto não, e de ano em ano, pronto esse ano agora em março fez um ano que trouxeram a cesta básica pra gente, até hoje nada mais, aí é uma relação meia complicada.

Com esses relatos, percebo que a ausência de ações da colônia na comunidade tem dificultado o entendimento do seu verdadeiro papel. Parece-me que a aproximação da colônia se realiza apenas quando da existência de interesses próprios, como a cobrança de pagamento da mensalidade e a divulgação de candidatura aos cargos da instituição com a finalidade de angariar votos. Noto também com essa fala o que se espera da intervenção da colônia e vejo que está mais associado à realização de ações emergenciais do que propriamente de melhoria das condições de vida da comunidade através do atendimento às necessidades básicas.

Parece-me que a tendência do pensamento das pessoas sobre o papel da colônia é considerá-la como uma instituição assistencial. Sobre esse aspecto Sheila afirma: “eu acho que o papel da colônia é dá assistência ao pescador em todas as formas”. Pelo destaque a todas as formas de assistência amplia-se a perspectiva, trazendo outras

possibilidades de atuação que não seja de cunho imediatista. Nesse sentido, poderia a colônia, enquanto organismo de defesa dos direitos dos(as) pescadores(as), manter parceria com órgãos públicos responsáveis pela política de assistência social para desenvolver ações articuladas que promovessem a efetivação dos direitos socioassistenciais da categoria.

Sobre o papel da colônia Elizete relata:

eu não sei não, mas assim a colônia né? Como foi falado o negócio de barco, isso aí também é de interesse da colônia, procurar beneficiar o pescador que não tem barco, que o barco é uma necessidade e a colônia não se movimenta pra isso, na minha opinião isso é uma obrigação da colônia em primeiro lugar correr atrás, pra depois trazer o pescador e correr atrás, mas acho que isso tem que partir primeiro da colônia, isso não parte.

A fala de Elizete trás um aspecto que influencia diretamente na vida profissional das pessoas que trabalham na pesca, sobretudo, das mulheres. Como foi mencionado anteriormente neste estudo, a aquisição de barco é comum entre os homens, uma vez que eles têm mais facilidade de obter recursos financeiros derivados de outras fontes para viabilizar a compra ou a confecção. Elizete acredita que a colônia deveria ter a iniciativa de ver uma forma de doação, a exemplo do que aconteceu com Ana Darc que foi contemplada com um barco através de um Programa da Secretaria de Pesca do Município de Cabedelo.

Segundo o representante da colônia, as reuniões que eles organizam acontecem, frequentemente, na própria sede e os assuntos tratados, dentre outros, se direcionam aos benefícios e ao pagamento que é uma contribuição sindical³⁴. Com essa informação podemos ver que talvez a cobrança pelo pagamento esteja ocupando o lugar central das discussões ocorridas no âmbito da reunião, produzindo entre os(as) pescadores(as) uma sensação de que só existe cobrança sem haver uma

³⁴ Na Ribeira o valor pago mensalmente a Colônia é R\$7,00 (sete reais).

contrapartida. E por não saber o destino do valor pago, acabam desacreditando na instituição.

De acordo com Cida as reuniões acontecem esporadicamente, ela conta: “é de tempos em tempos que eles chamam pra conversar lá, pra reunião né?”. E, por isso, ela não sabe avaliar a atuação da colônia junto à comunidade, e ressalta: “rapaz, eu não sei dizer não”. Sobre o papel destaca: “rapaz, não sei nem explicar também assim não”. Entretanto, com relação à questão de gênero ela considera que não existe tratamento diferenciado para homens e mulheres.

Alessandra diz que não faz a mínima ideia acerca do papel da colônia, só sabe que existe, mas não sabe qual a sua finalidade. O seu desconhecimento se verifica em virtude de não ver na comunidade a presença de ações derivadas da sua intervenção, o que também têm prejudicado a iniciativa das mulheres em tirar a carteira profissional. Marileide também expressa desconhecimento sobre esse assunto.

Da parte da colônia é mencionado que as pessoas só a procuram quando necessitam dos benefícios. É importante destacar que a falta de envolvimento da comunidade também prejudica os objetivos da colônia, pois somente com pessoas organizadas e participando que é possível a reivindicação do atendimento às necessidades da comunidade e, conseqüentemente, a concretização dos direitos e dos interesses da categoria.

Sobre a participação em reuniões promovidas pela colônia afirma Janete:

quando eu não vou, meu esposo vai [...] ele vai mais do que eu [...] porque às vezes a gente tem a igreja né? Aí ele vai pra igreja, aí quando vai dirigir o culto, aí ele manda eu ir, aí quando é pra mim ficar, aí ele vai e eu fico, aí um escuta e passa pro outro [...] ele vai mais do que eu.

É importante lembrar com a fala de Janete que apesar de ambos pertencerem a ramo da pesca artesanal, as necessidades das mulheres não correspondem às mesmas dos homens, visto que executam atividades distintas. Percebo que, desta forma, as reivindicações tendem a se expressar de forma generalista, ocultando as diferenças existentes no interior da categoria profissional.

De maneira incerta Elizete também frequenta, ela diz:

algumas vezes eu vou, quando eu posso ir eu vou, quando eu não posso, as vezes eu não gosto muito de ir porque eu sei que ele só vai tratar mais de assunto que beneficie lado dele e o pescador não pode nem quase tirar uma dúvida que muitas vezes até eles mesmo nem sabe explicar, muitas vezes eles mesmo não sabe explicar a duvida que agente tem, eu algumas vezes eu vou, outras não, prefiro ficar em casa.

Elizete faz um destaque importante, quando percebe a fragilidade de conhecimento da própria instituição. Concordo com seu pensamento, pois noto que os(as) integrantes estão, em nível de conhecimento, equiparados aos seus associados. O que não justifica o posicionamento de procurar a comunidade apenas quando tem interesses particulares.

Cida assim como Anunciada e Marta afirmam frequentar todas as reuniões. No entanto, Sheila diz que só participa quando fica sabendo. Deste modo, se a comunicação da reunião não chega para todos(as) não se tem como cobrar a participação efetiva da comunidade.

Na perspectiva de Elizete, a atuação da colônia poderia ser melhor,

a colônia poderia melhorar muito, principalmente em alertar o pescador qual o direito que o pescador tem em relação a colônia, que muitos pescadores tem carteira aqui e nem sabe, nem sabe qual o direito que tem, porque quando se vem fazer uma reunião vem falar de eleição pra presidente, disso e daquilo e muitas vezes o interesse do pescador não fala nada, o pescador vai pra reunião, não, fulano vai ser presidente, e o interesse do pescador fica aonde? O direito do pescador que ele não explica.

Diante dessa afirmativa, vejo que como instituição representativa de classe, a colônia deve atuar na direção de facilitar as condições de acesso dos pescadores e pescadoras aos seus direitos, através, em primeiro lugar, do fornecimento de informações e orientações necessárias a esse fim. A fala de Elizete expressa a carência de informações acerca dos interesses da categoria.

Já Marta faz uma análise positiva da atuação da colônia quando menciona,

rapaz eu tô achando bom sabe por que? Porque os outro, se você não souber da sua casa, os outro vai diz: a sua casa não presta, aquela mulher recebe dinheiro, mas não sabe como que vai tá lá. Você não sabe da minha casa, é como Pessoa disse “ninguém sabe o que tava acontecendo dentro da colônia”. Eu já vi, que ele foi mais eu uma vez em João Pessoa, eu já vi ele pagando da colônia Darc, [se referindo a Ana Darc] R\$200 reais mais de energia, eu já vi ele pagando , que ele mesmo disse a mim, “olhe Marta, tá vendo? Os outro que quando a gente vai pedir R\$50 reais de ajuda não é pra mim é pra colônia”, e com o dinheiro dele mesmo, esse mês ele disse, já comprou ddd [dvd], comprou negócio de internet, computador que tá lá que todo mundo viu, quando abriro a boca aí que ele não botava nada que ele não fazia nada, Darca ninguém não sabe não darc, so ele que sabe, até papel pra bater xecum [xerox] ele não tinha não [...] tá muito melhor 10 vez, mas do que o outro que saiu antigo.

Na visão de Marta, as pessoas falam muito da colônia quando não sabem concretamente o que acontece. Para ela, o Presidente faz mais do que deveria para mantê-la em funcionamento. De acordo com seu relato, percebo que o dinheiro pago pelos associados, parece não estar conseguindo arcar com todas as despesas.

Dessa forma, percebo que é preciso haver de ambas as partes envolvidas (colônia e comunidade) comprometimento com a organização que deve ser entendida como pertencentes a todos(as), uma vez que seus objetivos estão inter-relacionados: a defesa dos direitos e dos interesses da classe dos trabalhadores da pesca artesanal.

5. CONCLUSÃO

No universo da pesca artesanal, percebo que as manifestações de gênero relativas às atividades desempenhadas no contexto do trabalho não seguem um padrão uniforme e universal. Na Paraíba, as comunidades pesqueiras litorâneas apresentam características diferenciadas e acredito que isso se deva as diferentes perspectivas sobre a prática pesqueira.

Na Ribeira, vemos que a catação de mariscos constitui-se em uma atividade exercida, predominantemente, por mulheres, sendo a pesca de rede majoritariamente por homens, ao contrário do que se percebe em uma comunidade próxima em que a presença de homens se mostra significativa. Nesse trabalho nos detemos em estudar apenas a comunidade Ribeira, porém foi possível essa inferência em virtude tanto da observação de outros contextos, como através de alguns depoimentos que evidenciaram a participação e a quantidade de homens advindos de outras comunidades, frequentando às croas com a mesma finalidade, mas em condições diferentes.

Sobre esse último ponto, é importante destacar que as condições diferenciadas apresentadas pelas mulheres expressam um modo particular de lidar com a natureza. O número significativo de homens que praticam a mariscagem nas croas, segundo depoimentos, o fazem com a utilização de instrumentos (pá e ancinho) que aliado a sua força física, favorecem a obtenção de uma boa produtividade em relação às mulheres que utilizam as mãos, mas comprometem a sobrevivência de muitos mariscos que estão se desenvolvendo. Com isso percebo que, embora algumas mulheres da Ribeira tenham mencionado a utilização dos mesmos procedimentos, vejo entre as marisqueiras uma importante preocupação com relação à preservação da espécie, quando fazem referência aos danos causados pela forma de realizar a catação de mariscos. Das marisqueiras entrevistadas da comunidade, sete utilizam, principalmente, as mãos na sua prática sob a justificativa de permitir maior seletividade no processo, mantendo garantida a evolução da espécie.

A divisão sexual das atividades encontradas na Ribeira é explicada, na narrativa das mulheres, pela falta de interesse dos homens por uma atividade que é considerada muito trabalhosa e que, a seu ver, não se apresenta vantajosa em termos de lucratividade se comparada à quantidade de trabalho despendido na sua execução. Quando participam,

limitam-se, apenas, ao momento da extração, ficando as mulheres incumbidas de realizar, além da extração, as demais atividades do processo.

Com a escassez de peixes, os homens preferem ingressar em outras atividades fora da cadeia produtiva da pesca, possibilidade quase que totalmente inviável para as mulheres, caso ocorra uma diminuição drástica de recursos pesqueiros, o que explica sua maior preocupação com a preservação dos mariscos, embora algumas delas não demonstrem muita satisfação com sua atividade.

A dupla jornada de trabalho com suas respectivas cargas de responsabilidades dificultam, muitas vezes, que as mulheres acessem novos espaços. A preocupação com os filhos e com os cuidados da casa ocupam um lugar central em suas vidas, porém vejo que apesar da multiplicidade de tarefas que demandam sua rotina diária, elas estão paulatinamente buscando se inserir em cursos e outras atividades que favorecem, além do aperfeiçoamento da sua prática, a possibilidade de se perceberem enquanto trabalhadoras da pesca e de conhecerem os seus direitos, exercitando assim formas de empoderamento.

No contexto da Ribeira, as diferenças existentes entre as realidades dos pescadores e pescadoras, não apresentam unanimidade entre as mulheres, o que considero um fator positivo, uma vez que possibilita uma diversidade de olhares que podem se complementar e que expressam uma criticidade consciente. Dentre as posições ressaltadas temos: o lazer apontado como privilégio do mundo masculino pela reduzida quantidade de tarefas que lhes são atribuídas; o interesse pela maré como próprio das mulheres; a aquisição do barco como uma das facilidades do homem; e o espírito lutador como inerente às características femininas. Contudo, ainda temos posições que não percebem nenhuma diferença.

Noto que a mariscagem é uma atividade de trabalho pesado, considerando o esforço e a minuciosidade requeridos em todas as etapas do processo, bem como necessária ao sustento de muitas famílias e que, nos últimos tempos, tem sido uma fonte importante de renda, que acaba gerando entre as mulheres sentimentos de divertição e/ou de sacrifício. O prazer que advém do retorno obtido com a comercialização do produto que pode em certos momentos não ser tão lucrativa, mas que contribui para suprir as necessidades imediatas; e o martírio provocado pela exaustão e pela ausência de perspectiva que oferece.

Nesse contexto, a concepção da ajuda culturalmente construída como complemento da renda do marido ainda é muito presente, dificultando em alguns casos o entendimento da mariscagem como atividade de pesca, a qual é concebida mais diretamente como aquela relacionada à ação de pescar de rede. Deste modo, se o que fazem com maior frequência é catar mariscos, se identificam como marisqueiras e não como pescadoras.

Essa compreensão, embora não corresponda à totalidade das opiniões, tem interferido no reconhecimento da catação de mariscos como atividade pesca e, portanto, como trabalho, o que não significa dizer que não sejam legalmente reconhecidas através de documento específico, quando vemos mulheres que mesmo não se identificando como pescadoras e nem reconhecendo suas atividades como trabalho, possuem inscrição no RGP.

Outras opiniões também convergem para a mesma questão que oculta a condição de trabalhadora dessas marisqueiras. O fato de sua prática ser realizada próxima a sua residência, permitindo-lhes, em alguns momentos, a concomitância de ações, atrela o trabalho da maré à condição de trabalho doméstico, que não é reconhecido como tal, impedindo-as de vê-lo sob outra perspectiva quando consideram que para ser trabalho precisa ser fora da pesca. Deste modo, não seria a pesca um trabalho.

Vemos ainda a perspectiva do trabalho aliado ao emprego, que não é exclusiva desse contexto, já que podemos observá-la em outros âmbitos da sociedade. Nessa visão, o trabalho não necessitaria da obrigatoriedade do registro em carteira profissional de trabalho, mas traria outras características que o incluiria na categoria de emprego como a regularidade na atividade, a presença do empregado(a) e do empregador(a) e a remuneração, sendo assim, portanto, um trabalho.

Outra visão que merece destaque é aquela que considera o trabalho como sendo a atividade que provê as despesas do lar em maior abrangência. Então, considera-se trabalhador aquele ou aquela que por meio dos recursos financeiros obtidos através da atividade que executa, consegue suprir o sustento da família na sua quase totalidade.

Nessas visões o marido é considerado a pessoa que trabalha no âmbito da casa. Contudo, temos as mulheres que consideram sua atividade na catação de mariscos como trabalho, uma vez que por meio desse garantem sua sobrevivência e da família. Essas mulheres são as

que possuem mais tempo na mariscagem, correspondendo a 40% das mulheres entrevistadas da Ribeira.

Ao procurar fazer uma relação entre a concepção de trabalho e o reconhecimento legal da categoria, percebi no contexto da Ribeira uma considerável diversidade de situações. Entre as marisqueiras que possuem o Registro Geral da Atividade Pesqueira que totalizam sete delas, quatro consideram sua atividade como trabalho na área da pesca e três não consideram.

Dessas últimas, duas se registraram nos últimos dois anos impulsionadas pela ação de política pública desenvolvida na comunidade pelo IFPB, através da INCUTES. E com relação às marisqueiras não registradas, que corresponde a três, nenhuma delas se reconhecem como trabalhadoras da pesca.

De um modo geral, posso dizer que a questão do reconhecimento profissional está diretamente relacionada ao reconhecimento da atividade como trabalho, exceto em alguns poucos casos em que esses dois fatores se apresentam independentes. Porém, vejo que esse aspecto não é claramente percebido pelas mulheres, que justificam a sua iniciativa pelo registro como decorrente dos benefícios que podem acessar, mas não em virtude de se perceberem como pescadoras e, portanto, como trabalhadoras da pesca, que, enquanto categoria profissional, são dotadas de direitos. Esse aspecto também foi identificado com relação aos homens pescadores.

Nesse sentido, procuram o órgão competente para efetuar o seu RGP, que no caso da Ribeira é a Colônia Z-11, sem o entendimento do verdadeiro papel que essa representa junto à categoria. Percebo que nem a própria instituição tem esse conhecimento. Como uma organização social e política ela deve atuar, prioritariamente, na defesa dos direitos e interesses da classe de trabalhadores(as) da pesca, que nessa comunidade tem a representatividade maior de mulheres. Contudo, vejo que esse dado que julgo importante não tem despertado nelas o interesse de se apropriar desse espaço legítimo para buscar as melhorias necessárias ao seu contexto profissional.

Por fim, gostaria de ressaltar a importância das políticas públicas na valorização do trabalho das mulheres pescadoras, viabilizado pela ampliação das possibilidades de aprimoramento profissional, tanto no âmbito da produção como da comercialização e do reconhecimento; bem como na conscientização dos direitos sociais da categoria; e no exercício das formas de empoderamento.

Espero que essa pesquisa possa contribuir para dar subsídios a elaboração de políticas públicas que atendam as reais necessidades das mulheres pescadoras.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2008.
- _____. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2010. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>> Acesso em: 26 fev. 2015
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 7.ed. São Paulo: LTr, 2011.
- BATISTA FILHA, Maria José Teixeira; MARTINS, Maria Lúcia Ribeiro da Silva; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Mãos que constroem vidas**: relatos de experiências. João Pessoa: IFPB, 2012.
- BELÉM, Talita Pinheiro. MOURA, Rodrigo Sávio Teixeira de. HENRY-SILVA, Gustavo Gonzaga. Distribuição e densidade do bivalve Anomalocardia brasiliana em praias do Rio Grande do Norte durante um período de pluviosidade atípica. **Revista Biotemas**, v. 26, n. 1, mar. 2013.
- BOEHS, Guisla. ABSHER, Theresinha Monteiro. CRUZ-KALED Andrea C. da. Ecologia populacional de anomalocardia brasiliana (gmelin, 1791) (bivalvia, veneridae) na baía de Paranaguá, Paraná, Brasil. **B. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 259 - 270, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm . Acesso: 10 jun. 2015

_____. **Decreto Nº 8.425, de 31 de março de 2015**. Regulamenta o parágrafo único de art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015.../2015/Decreto/D8425.htm. Acesso: 10 jun. 2015

_____. **Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008**. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111699.htm. Acesso: 12 jun. 2015

_____. **Lei Federal Nº 8.213, de 24 de julho de 1991**, que dispõe sobre os benefícios da previdência social e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm. Acesso: 10 jun. 2015

_____. **Lei Federal No 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../Lei/L11959.htm. Acesso: 10 jun. 2015

_____. Ministério da Pesca. **Pesca Artesanal**. Publicado em 29 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>. Acesso em: 10 jun. 2013

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim da Pesca e Aquicultura 2008/2009**. Disponível em
: <http://www.mpa.gov.br/index.php/informacoes-e-estatisticas/estatistica-da-pesca-e-aquicultura>. Acesso em: 10 jan 2014

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral Da Atividade Pesqueira – RGP 2012**. Disponível em:
<http://www.mpa.gov.br/files/Docs/Pesca/Boletim%20do%20Registro%20Geral%20da%20Atividade%20Pesqueira%20-%202012%281%29.pdf>.
Acesso: 10 jun. 2015

_____. Ministério de Minas e Energia / Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado da Paraíba – Diagnóstico do Município de Santa Rita**. Disponível em:
<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/SANT219.pdf>.
Acesso em: 25 nov. 2013

_____. Ministério do Trabalho em Emprego / Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária, outra economia acontece.**, Brasília, DF: MTE, SENAES, FBES, 2007. (Cartilha Nacional de Mobilização Social)

BISPO, Eliete da Silva *et al.* Aproveitamento industrial de marisco na produção de linguça. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, v. 24, n. 4, p. 664-668, out./dez. 2004. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/cta/v24n4/a31v24n4.pdf.> Acesso em: 10 jan. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf>.
Acesso em: 27 mai. 2015

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. v. 12, n.761, nov. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-761.htm>. Acesso em: 16 abr. 2015.

CARTILHA Colônia de pescadores. Esta publicação contou com o apoio Pro Varzea/IBAMA e do Fundo Mundial para a Natureza WWF - Santarém Baixo Amazonas, Pará, 2004. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/zezinhocoimbra/ogaaah8dyti4yabudtz1zu94twvu mdcemjxtntgiedh9qjxt20kpyaei15jlqs?related=1> Acesso em: 1 jun. 2015

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. Entre a casa e a pesca: discutindo gênero e pesca no litoral paraibano. IN: FAZENDO GÊNERO 8., 2008, Florianópolis – de 25 a 28 de agosto de 2008. **Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST64/Diego_Rocha_Medeiros_Cavalcanti_64.pdf>. Acesso em: 3 jan 2014.

_____. **Mulheres nas águas**: um estudo sobre as relações de gênero na pesca. João Pessoa, PB, 2010. Dissertação (Mestrado do programa de Pós- Graduação em Sociologia) – UFPB. 2010.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Jr. Arlindo *et al.* **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

DEDECCA, Claudio Salvadori. RIBEIRO, Camila Santos Matos de Freitas. ISHII, Fernando Hajime. Gênero e Jornada e Trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. *Trab. educ. saúde*, v.7 n. 1 Rio mar./jun. 2009. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 27 mai. 2015

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: MMA/NUPAUB/USP, 1999.

Disponível:

<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 3 jan 2014.

_____. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FABER, Marcos. História ilustrada do feudalismo. (2011). Disponível em: <http://www.historialivre.com/medieval/feudalismo.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **SER Social**, Brasília, DF, v.10, n.23, p.171-194, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/26/26>. Acesso em: 5 jan 2014.

FOUCAULT, Michel. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. In: _____ **O sujeito e o Poder**. Tradução: Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GADELHA NETO, Pedro da Costa. BARBOSA, Maria Regina de V. Angiospermas Trepadeiras, Epífitas E Parasitas Da Mata Do Buraquinho João Pessoa, PB. **Revista Nordestina de Biologia**, v. 21, n. 1, p. 81-92, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/revnebio/article/view/15014>>. Acesso em: 22 mar. 2015

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katalysis**. Florianópolis, SC, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, p. 1-18, Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.

_____. (org.). **Trabalho de campo e subjetividade**. Antropologia em primeira mão, Florianópolis: PPGAS, 1992. (Impresso).

GUBER, Rosana . El trabajo de campo como instancia reflexiva del conocimiento. In:_____. **El selvage metropolitana**: reconstrucción del conocimiento social em el trabajo de campo. Bueno Aires: Paidos, 2004, p. 83-98.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: _____. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafio para as políticas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

_____; KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margareth (orgs.). **As fronteiras das desigualdades**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003. 364 p.

_____. Reorganização da Produção e Transformações do Trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero e democracia**. Rio de Janeiro, Editora 34, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Perfil das cidades brasileiras**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>; <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=251370&idtema=16&search=paraiba|santa-rita|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 15 out 2013

INÁCIO, Pedro Henrique Dias; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Pesca, Gênero e Políticas Públicas: uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fatima Leitão e CRUZ, Maria Helena Santana. **Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

KARL Marx: os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção os pensadores)

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli *et al.* **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para políticas públicas**. São Paulo: Coordenação Especial da Mulher, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 22. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1991

LAGO, Mara Coelho de Souza. Interdisciplinaridade: algumas reflexões e vivências. In: RIAL, Carmen. TOMIELLO, Naiara. RAFAELLI, Rafael (orgs). **A aventura interdisciplinar: quinze anos de PPGICH/UFSC**. Blumenau: Nova Terra, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n.73. p. 1-23, Florianópolis, UFSC, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/2176/4455>. Acesso: 02 fev. 2014

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Extensão rural, extensão pesqueira: experiências cruzadas** Recife: FASA, 2008.

_____. Gênero e Pesca: 30 anos de Registro Geral da Pesca. IN: FAZENDO GÊNERO 9., 2010, Florianópolis – 23 a 26 de agosto de 2010. **Diásporas, diversidades, deslocamentos**. Florianópolis, 2010. Disponível em:http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278250506_A_RQUIVO_ROSARIO_Texto_Competo_FG9.pdf Acesso: 20 mai 2013

_____; CRUZ, Maria Helena Santana. **Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres, 2012.

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como processo político de conquista da cidadania e de inclusão social das mulheres. ENCONTRO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis, SC. **Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: UFSC, 2008.

_____; LUSA, MailizGaribotti; SABASTIÃO, Angélica Carlos. (orgs.). **O protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais para o desenvolvimento sustentável – Brasil, México e Cuba**. Florianópolis, SC: Postmix, 2011.

_____. As trajetórias de vida como construtos histórico-sociais. In: **ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL**, 4., 2007, Florianópolis, SC. **Culturas, identidades e memórias**. Florianópolis, SC: UFSC, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MADALOZZO, Regina. MARTINS, Sergio Ricardo. SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 352, maio /ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/15.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014

MALDONADO, Simone C. **Pescadores do mar**. São Pulo: Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Proposta**, n. 84/85, p. 82-91, mar./ago. 2000.

MARX, karl. **O capital**. Tradução: J. Teixeira Martins e Vital Moreira. Coimbra: Centelha – promoção do Livro, 1974. Volume I, Parte III (1ª Edição da obra: 1867).

Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>>. Acesso: 15 out. 2014.

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**.

Transcrição: Alexandre Moreira Oliveira, 2007. (Obra Escrita: 1844).

Disponível

em:<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>.

Acesso em: 16 out. 2014

_____. Produtividade do capital, trabalho produtivo e improdutivo:

Manuscritos Econômicos de Marx de 1861 a 63. In: **Teorias da Mais**

Valia. Transcrição: "O Vermelho". São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

(Obra escrita: 1863) Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/prodcapital.htm>>.

Acesso em: 16 out. 2014

MAZOYER, Marce. ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução: Cláudia F.

Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF:

NEAD, 2010. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/790.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v.32, n. 1, p.117-125. Junho 2006. Disponível em: <:revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/.../1009>. Acesso em: 05 dez. 2013.

MORAES, Sérgio Cardoso. Origem das Colônias de Pescadores. **Jornal o Liberal**. 12 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.pppedam.ufpa.br/index.php/insercao-social/2015-05-25-17-03-01/437-2015-05-25-16-51-04.html>>. Acesso: 1 jun. 2015

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Revista de Estudos Feministas**. v. 8. n.2.. Florianópolis/SC: CFH/CCE/UFSC, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>>. Acesso em: 5 set. 2014.

NISHIDA, Alberto Kioharuet *et al.* Aspectos socioeconômicos dos catadores de moluscos do litoral paraibano, nordeste do Brasil. **Revista de Biologia e Ciência da Terra**, Campina Grande, PB, v. 8, p. 207-215 set. 2008.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULARES –ABEP, 14., 2004. Caxambú-MG. **Anais**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/.../ABEP2004_51.pdf>. Acesso em 30 jan. 2012.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, n. 28. Florianópolis/SC: Departamento de Ciências Sociais, 1987.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. **A Reima do peixe**: proibições alimentares numa Comunidade de Pescadores. Brasília, 1975. Dissertação (Mestrado) – UnB, 1975. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/teses/proibicoes_alimentares.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. de 1996.

_____. História oral como gênero. **Projeto História**: revista do Programa de Estudo de Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP, v. 22, p. 9-36, jan./jun. 2001.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**: revista do Programa de Estudo de Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP, v. 14, p. 25-38, fev.1997.

PLANO Diretor 2006. Santa Rita, PB: Prefeitura Municipal de Santa Rita. Disponível em: <<http://www.santarita.pb.gov.br/s/plano-diretor>>. Acesso em: 25 nov. 2013

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexão sobre história a oral de mulheres. **Revista de História Oral**. v. 8, n. 1, p.29-42, 2005. Disponível em:<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=11>. Acesso em: 1 maio 2014

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, p.71-99, jul/dez. 1995.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo, CaribbeanEcologicalResearch, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004. p. 73-102.

SILVA, Vera Lucia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO. 17.,2012. João Pessoa/PB. Anais ... João Pessoa,PB: UFPB, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>>. Acesso em: 10 jan 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Globalização da economia e processos de exclusão social. In: _____. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD – universidade de Brasília, 1999. (Módulo, 01)

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação (ICPG). Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-05.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2015.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.” In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Cap. 1, p. 07-72.

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Brasília, DF: [s.n.], 2001. Disponível em:<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomarb-d/files/2010/10/Serie111empdf4.pdf>. Acesso: 5 jan 2014

APÊNDICE A - Roteiro da entrevista com as mulheres da Ribeira

1.Dados pessoais

1.1.Nome: _____

1.2.Idade: _____

1.3.Local onde nasceu: _____

1.3.Estado civil: _____

1.4.Escolaridade.: _____

1.5. Numero de filhos: _____

2.Você trabalha? Se trabalha, em que? Se não trabalha, quem trabalha na casa?

3.O que faz seu companheiro?

4.Para você, o que é catar marisco?

5.Como começou na atividade de catação de mariscos? Desde quando e com quem?

6.No tempo em que ingressou na mariscagem, como era esse espaço? Os homens também faziam a mesma tarefa ou se dedicavam a outra e qual seria?

7.Como você realiza essa atividade hoje? (Descrever o processo de trabalho). Mudou alguma coisa com relação ao passado? Em que?

8.Como se realiza o beneficiamento do marisco e por quem?

9.Você sempre realiza no mesmo local? Se há mudança de local, existe algum conflito por isso?

10.No dia de ir para a maré, como você organiza sua vida? Com quem ficam seus filhos e as tarefas de casa quem executam? O seu marido participa desses cuidados, como?

11.Como o ciclo das marés interfere na organização da sua rotina diária?

12.Com quem você vai catar mariscos? Caso vá em família, como se dá a divisão do trabalho na maré (divisão sexual do trabalho)?

13.De quem é o barco que você utiliza? Se for de outra pessoa, por que você não tem barco?

14.Como se dá o beneficiamento do pescado, quem participa desse momento e como são divididas as tarefas?

15.Você percebe alguma diferença entre condições de trabalho das mulheres e dos homens que realizam esse tipo de atividade?

16.Quanto à comercialização do produto, como ela se realiza e por quem?

17. Qual a quantidade de pescado recolhido e por quanto é vendido e como? Existe diferença nas épocas do ano?
18. Você vê a atividade de marisqueira uma atividade de pesca? Se não, por quê?
19. Você se considera marisqueira ou pescadora?
20. Você possui carteira de pescadora? E seu companheiro possui?
21. Você conhece os benefícios que poderia obter com a carteira? Pode citar alguns?
22. Você tem conhecimento do papel da colônia para com as pescadoras e os pescadores?
23. Como é a relação dessa colônia com as marisqueiras?
24. Você frequenta as reuniões promovidas pela colônia de pescadores?
25. Você acha que existe alguma diferença entre a realidade das mulheres e a dos homens que vivem da atividade pesqueira? Qual?

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista com Ana Darc

1.Dados pessoais

1.1.Nome: _____

1.2.Idade: _____

1.3.Local onde nasceu: _____

1.3.Estado civil: _____

1.4.Escolaridade.: _____

1.5. Numero de filhos: _____

2.Você trabalha? Se trabalha, em que? Se não trabalha, quem trabalha na casa?

3.O que faz seu companheiro?

4.Para você, o que é catar marisco?

5.Como começou na atividade de catação de mariscos? Desde quando e com quem?

6.No tempo em que ingressou na mariscagem, como era esse espaço? Os homens também faziam a mesma tarefa ou se dedicavam a outra e qual seria?

7.Como você realiza essa atividade hoje? (Descrever o processo de trabalho). Mudou alguma coisa com relação ao passado? Em que?

8.Como se realiza o beneficiamento do marisco e por quem?

9.Você sempre realiza no mesmo local? Se há mudança de local, existe algum conflito por isso?

10.No dia de ir para a maré, como você organiza sua vida? Com quem ficam seus filhos e as tarefas de casa quem executam? O seu marido participa desses cuidados, como?

11.Como o ciclo das marés interfere na organização da sua rotina diária?

12.Com quem você vai catar mariscos? Caso vá em família, como se dá a divisão do trabalho na maré (divisão sexual do trabalho)?

13.De quem é o barco que você utiliza? Se for de outra pessoa, por que você não tem barco?

14.Como se dá o beneficiamento do pescado, quem participa desse momento e como são divididas as tarefas?

15.Você percebe alguma diferença entre condições de trabalho das mulheres e dos homens que realizam esse tipo de atividade?

16.Quanto à comercialização do produto, como ela se realiza e por quem?

17. Qual a quantidade de pescado recolhido e por quanto é vendido e como? Existe diferença nas épocas do ano?
18. Você vê a atividade de marisqueira uma atividade de pesca? Se não, por quê?
19. Você se considera marisqueira ou pescadora?
20. Você possui carteira de pescadora? E seu companheiro possui?
21. Você conhece os benefícios que poderia obter com a carteira? Pode citar alguns?
22. Você tem conhecimento do papel da colônia para com as pescadoras e os pescadores?
23. Como é a relação dessa colônia com as marisqueiras?
24. Você frequenta as reuniões promovidas pela colônia de pescadores?
25. Você acha que existe alguma diferença entre a realidade das mulheres e a dos homens que vivem da atividade pesqueira? Qual?
26. Você participa do Movimento de Articulação Nacional das Pescadoras. Desde quando ingressou no movimento? Fale um pouco sobre sua experiência?
27. Nós do IFPB conhecemos a Ribeira por seu intermédio. O que lhe motivou a nos procurar para fazer algum trabalho na Ribeira?
28. Fale um pouco da sua relação com as mulheres da Ribeira.

APÊNDICE C - Autorização

Eu, _____,
marisqueira e morador(a) da Ribeira, na cidade de Santa Rita/PB,
autorizo a doutoranda Maria José Teixeira Batista Filha, devidamente
matriculada no Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade
DINTER (Doutorado Interinstitucional), com número de matrícula
201100204, a publicar a entrevista concedida por mim para sua tese e
também para outras produções por ela desenvolvidas, que tenham a
mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e
similares. Da mesma forma autorizo a publicação das fotos necessárias a
sua pesquisa e a utilização do meu nome.

Santa Rita/PB, _____ de _____ de _____.

Nome do(a) entrevistado(a)